



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
E URBANISMO



Tibelle Cristina Rabello de Oliveira

ASPECTO COMUNICATIVO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO
DE PLANOS DIRETORES: LIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA
DE FLORIANÓPOLIS - SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

A ficha catalográfica é confeccionada pela Biblioteca Central.

Tamanho: 7cm x 12 cm

Fonte: Times New Roman 9,5

Maiores informações em:

<http://www.bu.ufsc.br/design/Catalogacao.html>

Dedico este trabalho em especial a minha mãe, Simone Regina Rabello, a meu namorado, Leonardo Sedrez dos Santos, e sua família, minha avó, Virginia Rabello, que participaram e auxiliaram em minha trajetória acadêmica. E a todos aqueles que me ajudaram direta ou indiretamente para que eu chegasse aonde estou e concluísse esta pesquisa.

E, também, a todos aqueles profissionais que lutam por um município mais justo, com mais qualidade de vida e por uma ocupação melhor ordenada de Florianópolis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. À minha mãe, Simone Regina Rabello, que tornou possível a realização do meu sonho, que como mãe e amiga soube agir com compreensão, me apoiando nos momentos difíceis e dividindo as alegrias nos momentos de realizações. Ao meu namorado, Leonardo, que foi companheiro e amigo nas horas complicadas e me acompanhou nas pesquisas em campo, contribuindo significativamente no decorrer do mestrado.

A todos meus amigos, com carinho a Mariana Vivan e a Virgínia Gomes de Luca, pela gratificante convivência, troca de experiência e por todo apoio na conclusão deste trabalho, e à Lílian de Souza, amiga inseparável, que me deu muita força ao longo desta pesquisa. Ao sr. Lyes Louali pelas contribuições e incentivo.

E também a meus familiares, que me entusiasmaram a continuar e lutar pelo que eu almejo, sem esquecer a minha prima Juane Setubal Rabello Nome e seu esposo, Marcelo Nome, que contribuíram nas referências bibliográficas, e em especial à família do meu padrinho, Amilton Luiz Rabello (Luciane, Nicole e Camila da Cruz Rabello), pelo votos nesta fase tão sensível da minha vida.

Aos participantes do Plano Diretor de Florianópolis, que sem hesitar contribuíram de diferentes formas para a conclusão desta pesquisa, em especial a Geraldo Von Muhler, Gert Schinke, Prof. Lino Peres e Carmen Garcez.

A todo o corpo docente e àqueles que contribuíram com seus conhecimentos, favorecendo meu aprendizado.

Ao orientador desta dissertação, Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya, por sua dedicação, quando sua experiência profissional e orientação foram fundamentais para a realização deste, e que me recebeu por diversas vezes com o propósito de qualificar minha pesquisa.

Por fim, a todos que colaboraram para esta dissertação de Mestrado, disponibilizando dados para o melhor embasamento da pesquisa, acompanhando as pesquisas de campo, concedendo entrevistas individuais ou durante reuniões do processo estudado, manifestando seu apoio e interesse pelo planejamento da cidade com a participação popular.

EPÍGRAFE

“Ao participar de uma decisão, um cidadão se sente muito mais responsável pelo seu resultado – para o bem, caso a decisão se mostre acertada, e para o mal, caso a decisão se revele equivocada. Isso não é relevante apenas sob o ângulo do amadurecimento político da população; isso é importante também na medida em que, ao sentir-se mais responsável, a população irá cuidar mais e fiscalizar mais.”

(Marcelo Lopes de Souza).

RESUMO

Um plano diretor pode ser definido como o conjunto de princípios e regras que orientam a ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O plano diretor define qual é a melhor forma de ocupação de cada área do município, seja ela pública ou privada, urbana ou rural. Prevê as transformações necessárias dos locais, para facilitar o crescimento e propor mudanças para um desenvolvimento mais qualificado. A promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) modificou a maneira como se elaboravam os planos diretores municipais, incluindo a participação da sociedade civil em todas as suas etapas (na sua elaboração, na implementação e na avaliação). Com isso, a população tomou conhecimento da sua importância no planejamento da cidade e vem procurando garantir seus direitos na construção dos projetos de lei dos planos diretores. Este trabalho busca analisar o processo de elaboração participativa do plano diretor de Florianópolis, com base no referencial teórico da racionalidade comunicativa de Habermas, já adaptada para o planejamento por outros autores. Faz uma análise do processo de elaboração do referido plano diretor desde o seu início oficial, em agosto de 2006, até a audiência pública de março de 2010, na qual a população do município impediu a prefeitura de apresentar sua proposta de projeto de lei, sob a alegação de que a participação popular não estava sendo efetiva. Como objetivo, portanto, de entender o processo e os problemas que levaram a esse desfecho parcial, este trabalho utiliza o referencial teórico comunicativo para analisar o conteúdo de entrevistas realizadas com participantes do processo, integrantes do Núcleo Gestor Municipal e da equipe técnica da prefeitura.

Palavras-chave: Planejamento. Comunicação. Participação popular.

ABSTRACT

A master plan can be defined as the set of principles and rules that guide the agents' action who build and use urban space. The master plan sets out what is the best form of occupation of each area of the county, whether public or private, urban or rural. Provides the necessary transformations of the sites, to facilitate growth and propose changes to a more qualified development. The promulgation of the City Statute (Law N°. 10.257, of July 10, 2001) changed the way we elaborate the municipal master plans, including the participation of civil society in all its stages (in its preparation, implementation and evaluation). With that, the population became aware of their importance in city planning and has been trying to ensure their rights in the construction of the master plans bills. This paper analyzes the process of participatory preparation of Florianópolis master plan, based on the theoretical framework of Habermas's communicative rationality, already adapted for planning by other authors. Analyzes the process of drawing up the master plan since its official opening in August 2006, the public hearing until March 2010, in which the population of the city prevented the city to submit its proposed bill, under the claim that popular participation was not being effective. Aiming, therefore, to understand the process and the problems that led to this partial outcome, this article uses the communicative theoretical framework to analyze the content of interviews with participants in the process, members of the Municipal Management Center and crew from the City Hall.

Keywords: Planning. Communication. Popular participation.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Níveis de participação autêntica. Souza, 2003, p. 207.	35
Figura 2 – Localização de Florianópolis no Brasil	57
Figura 3 – 4 ° Fórum da Cidade (UFSC, 2006).....	59
Figura 4 – 4 ° Fórum da Cidade (UFSC, 2006).....	59
Figura 5 – 4 ° Fórum da Cidade (UFSC, 2006).....	60
Figura 6 – Primeira reunião pública em 06/07/06.....	61
Figura 7 – Fluxograma de trabalho apresentado para o NGM (IPUF, 2006)	62
Figura 8 – Primeira audiência pública municipal (TAC – 01/08/06).....	63
Figura 9 – Primeira audiência pública municipal (TAC – 01/08/06).....	63
Figura 10 – Fluxograma de trabalho apresentado para o NGM (IPUF, 2006)	65
Figura 11 – Reunião do Núcleo Gestor de Florianópolis (2006)	66
Figura 12 – Reunião do Núcleo Gestor de Florianópolis (2006)	66
Figura 13 – Reunião do Núcleo Gestor de Florianópolis (2006)	67
Figura 14– Divisão dos núcleos distritais para o processo do PDP (2010).....	68
Figura 15 – Divisão dos bairros do município de Florianópolis (2010).....	69
Figura 16 – Mapa da população por distrito com a divisão distrital (2010).....	70
Figura 17 – Fluxograma do processo apresentado pelo IPUF ao NGM (2006). Fonte: IpuF.....	73
Figura 18 – Oficina de leitura comunitária do distrito do Campeche 27/10/2007.....	74
Figura 19 – Foto da base do Núcleo distrital do Campeche (2006).....	75
Figura 20 – Leitura comunitária/capacitação no distrito do Saco Grande, bairro Saco Grande (2007).....	77
Figura 21 – Leitura comunitária/capacitação no distrito do Saco Grande, bairro João Paulo (2007)	77

Figura 22 – Oficina de leitura comunitária (sistema viário) do distrito do Campeche (2007)	78
Figura 23 – Oficina de leitura comunitária (sistema viário) do distrito do Campeche (2007)	78
Figura 24 – Oficina de leitura comunitária (sistema viário) do distrito do Campeche (2007)	79
Figura 25 – Audiência Pública Campeche (2008).....	80
Figura 26 – Oficina de apresentação do macrozoneamento (2010).....	85
Figura 27 – Oficina de apresentação do macrozoneamento (2010).....	85
Figura 28 – Audiência pública para apresentação do projeto de lei do PDP de Florianópolis (2010).....	87
Figura 29 – Audiência pública para apresentação do projeto de lei do PDP de Florianópolis (2010).....	88
Figura 30 – Protesto feito pela população na audiência pública para apresentação do projeto de lei do PDP de Florianópolis (2010) Fonte: Rodrigues Viana.	88
Figura 31 – Linha do tempo do processo do Plano Diretor de Florianópolis até 2010 - 2012. Fonte: Renato Saboya.....	91
Figura 32 – Montagem protestando e demonstrando a evolução de 2005 a 2010 do plano diretor de Florianópolis – 2010. Fonte: ND Pântano do sul.....	102
Figura 33 – Boletim que resume os primeiros quatro anos do processo de elaboração do plano diretor de Florianópolis – 2010. Fonte: ND Pântano do sul.	104
Figura 34 – Modelo de folder para mobilizar a população a participar do PDP, distrito do Campeche – 2007. Fonte: NDCampeche	110
Figura 35 – Modelo de folder para mobilizar a população a participar do PDP, 2007. Fonte: COMINTER.	111

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da construção participativa do plano diretor – 2008. Fonte: Ministério das Cidades (Adaptado).....	39
Quadro 2 – Levantamento de participantes por audiência pública distrital	80
Quadro 3 – Quadro síntese do Plano Diretor participativos – 2012. Fonte: Elaborado pelo autor	92
Quadro 4 – Quadro síntese dos aspectos comunicativos no Plano Diretor participativos – 2012. Fonte: Elaborado pelo autor	129

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APD – Audiência Pública Distrital
APM – Audiência Pública Municipal
CEPA - Centro de Estudos e Planejamento Ambiental
CMV – Câmara Municipal dos Vereadores
COMINTER – Comitê interuniversitário
EC – Estatuto das Cidades
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MPF – Ministério Público Federal
NG – Núcleo Gestor
NGM – Núcleo Gestor Municipal
ND – Núcleo Distrital
NDC – Núcleo Distrital do Campeche
NDBHSG – Núcleo Distrital Bacia Hidrográfica do Saco Grande
NDCampeche – Núcleo Distrital do Campeche
ND Pântano do Sul - Núcleo Distrital do Pântano do Sul
ONG – Organização não governamental
PD – Plano Diretor
PDP – Plano Diretor Participativo
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PP – Participação Popular
SMDU - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
TAC – Teatro Álvaro de Carvalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2 JUSTIFICATIVA	20
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos específicos	21
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	23
2.1 PLANEJAMENTO URBANO	23
2.2 PLANO DIRETOR	28
2.3 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E O ESTATUTO DA CIADE	31
2.4 ETAPAS DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	36
3 TEORIA DA COMUNICAÇÃO EM PLANEJAMENTO	41
3.1 INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS COMUNICATIVOS NO PLANEJAMENTO	46
4 METODOLOGIA	53
5 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS: DESCRIÇÃO DO PROCESSO ATÉ 2010	57
5.1 A PREPARAÇÃO PARA O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDP DE FLORIANÓPOLIS	57
5.2 LANÇAMENTO DO PROCESSO E CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO GESTOR	60
5.3 ESTABELECIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO PROCESSO	71
5.4 CAPACITAÇÃO E LEITURA COMUNITÁRIA	73
5.5 LEITURA TÉCNICA	81
5.6 ROMPIMENTO: DISSOLUÇÃO DO NÚCLEO GESTOR	82
5.7 ELABORAÇÃO DAS MACROS E MICRODIRETRIZES DE PLANEJAMENTO	84

5.8	AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI	86
6	ASPECTOS COMUNICATIVOS DO PLANEJAMENTO NO PROCESSO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS	95
6.1	A INCLUSÃO DE UMA GAMA COMPLETA DE PARTES INTERESSADAS	95
6.2	UMA TAREFA QUE É SIGNIFICATIVA PARA OS PARTICIPANTES E QUE TEM A PROMESSA DE TER UM IMPACTO EM TEMPO OPORTUNO	99
6.3	OS PARTICIPANTES DEFINEM SUAS PRÓPRIAS REGRAS BÁSICAS DE COMPORTAMENTO, SUA AGENDA, TOMADA DE DECISÕES E OUTROS ASPECTOS	107
6.4	UM PROCESSO QUE COMEÇA COM A COMPREENSÃO MÚTUA DOS INTERESSES E EVITA BARGANHA POSICIONAL	113
6.5	UM DIÁLOGO ONDE TODOS SÃO OUVIDOS E RESPEITADOS E IGUALMENTE CAPAZES DE PARTICIPAR	117
6.6	UM PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO, SEM CONSTRANGIMENTO POR ORGANIZADORES EM SEU TEMPO OU DE CONTEÚDO, E QUE PERMITE QUE O STATUS E TODAS AS HIPÓTESES SEJAM QUESTIONADAS	120
6.7	INFORMAÇÃO ACESSÍVEL E PLENAMENTE COMPARTILHADA ENTRE OS PARTICIPANTES .	123
6.8	UM ENTENDIMENTO DE QUE O “CONSENSO” É ALCANÇADO QUANDO TODOS OS INTERESSES TIVEREM SIDO EXPLORADOS E CADA ESFORÇO TIVER SIDO FEITO PARA SATISFAZER ESSAS PREOCUPAÇÕES	125
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
7.1	QUANTO AS HIPÓTESES	130
7.2	QUANTO AOS ASPECTOS COMUNICATIVOS	131
7.3	QUANTO A GESTÃO PARTICIPATIVA	132
7.4	QUANTO AO ACERVO E COMPREENSÃO DOS DADOS DISPONÍVEIS	132
7.5	QUANTO AS ENTREVISTAS	134

7.6	QUANTO A POSSÍVEIS AÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO	135
8	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
9	APÊNDICES	135
10	ANEXOS	141

1 INTRODUÇÃO

O planejamento das cidades e os planos diretores passaram por transformações após mudanças na política urbana com a reforma urbana e com a promulgação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada **Estatuto da Cidade**. Esta lei prevê a participação de diversos interessados no crescimento da cidade, como organizações, comunidades, órgãos competentes e a sociedade civil em geral, o que para o município de Florianópolis é a primeira vez que ocorre, em um processo que iniciou no ano de 2006.

Como há envolvimento de pessoas que normalmente não têm o mesmo foco e conhecimento a respeito do crescimento da cidade, isso gera conflitos nesse processo, para a elaboração de um plano que atenda a todos os anseios e na criação de um consenso, pois são atores com ideais, culturas, valores e objetivos diversos.

Esta pesquisa pretende explicar como evoluiu o processo de planejamento da cidade, a elaboração e a evolução do plano diretor participativo do município de Florianópolis, descrevendo todos os fatos ocorridos buscando explicar os fatores que contribuíram ou prejudicaram seu andamento. O período analisado abrange desde o início oficial do processo, em agosto de 2006, até a audiência pública de março de 2010, na qual a população do município impediu a prefeitura de apresentar sua proposta de projeto de lei, sob protestos veementes e alegações de problemas na participação popular. Dessa forma, o trabalho parte da premissa de que o processo não foi bem-sucedido até esse ponto (entendendo “bem-sucedido” como tendo sido considerado satisfatório pela maioria dos participantes) e procura analisar a fundo os motivos para que isso tenha acontecido. Outro indício de que o processo não foi satisfatório é o fato de que, até o presente momento, ele ainda não foi concluído. Ao todo, já são mais de seis anos de duração.

Com base na teoria de Habermas, que aborda os aspectos comunicativos, pretende-se identificar fatores que contribuíram para o fracasso ou sucesso do processo (pois, conforme será visto mais adiante, houve partes do processo que foram consideradas bem-sucedidas). Além disso, pretende-se também identificar se um entendimento sobre os aspectos comunicativos em processos de planejamento podem auxiliar no seu aprimoramento e na melhoria da evolução desses processos participativos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE DE PESQUISA

Um plano diretor é o conjunto de princípios e regras que orientam a ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. Ele define qual é a melhor forma de ocupação de cada área do município, seja ela pública ou privada, urbana ou rural¹. Além disso, prevê as transformações necessárias para melhorar e viabilizar o crescimento, dispor mudanças para um desenvolvimento mais qualificado.

Desse modo, estabelece as funções sociais de um território, como também seus usos organizando seu funcionamento e seu crescimento, voltados para garantir à população um local com melhor qualidade de vida.

O Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição federal, sendo a principal base do planejamento participativo e institui diretrizes gerais da política urbana. Segundo Saboya (2007, p. 21):

Os princípios e diretrizes do estatuto da cidade trazem algumas mudanças no que diz respeito à forma como os planos são elaborados, principalmente no que concerne à participação da sociedade no processo. Essa nova forma de gestão, mais democrática e agora amparada por lei, traz inúmeros benefícios para o processo de planejamento, mas também traz dificuldades para um corpo técnico que não foi preparado para trabalhar em conjunto com a população. Tradicionalmente, esta no máximo referendava ou solicitava pequenos ajustes nas propostas feitas pelos técnicos.

Esta pesquisa apoia esse novo modelo de gestão urbana democrática e parte do princípio de que é necessário encontrar uma forma em que o corpo técnico saiba como intervir no processo para

¹ Com relação à ingerência do Município sobre as áreas rurais ainda há certa controvérsia, por conta da sobreposição com atribuições do Incria; entretanto, o Estatuto da Cidade exige que o plano diretor compreenda toda a área do Município, e não apenas o limite urbano.

fazer com que os participantes procurem solucionar os problemas das cidades.

A interação de diversos interessados procura amenizar a desigualdade de oportunidades em relação à tomada de decisão, traz diferentes pontos de vista do tema abordado e faz com que as pessoas procurem chegar a um consenso sobre esses temas ouvindo e sendo ouvidos, baseados no melhor argumento sobre cada assunto. Esta diversidade de participantes também traz desigualdade nas diferenças da capacidade de mover recursos para essa participação, o que por sua vez pode gerar distorções. Entretanto, a oportunidade de participação é um primeiro passo na direção de decisões mais democráticas, sem a qual as demais ações no sentido de minimização das distorções são impossíveis.

Com relação a isso, Habermas (1997, p. 418) relata:

Chamo ação comunicativa aquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, e isso fazendo uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento.

Segundo Habermas, a razão apoia-se na validade da fala e manifestações extraverbais; está presente na atividade comunicativa que conduz ao entendimento mútuo. Trata-se de uma racionalidade associada com a forma com que os planejadores fazem uso do conhecimento, como eles esclarecem os fatos para a compilação das ideias por todos apontadas.

Os atos comunicativos estão presentes em várias ações. Forester (1980, p. 277) exemplifica algumas delas, apontando que, entre outras coisas, os planejadores:

[...] alertam as outras pessoas sobre problemas; apresentam informações para a equipe técnica (e para os moradores, empresários, etc.); sugerem novas ideias; concordam em executar determinadas tarefas ou reunir-se em determinados horários; solicitam esforços específicos; relatam eventos importantes; oferecem opiniões; e comentam sobre ideias e propostas de ação.

Nesta mesma linha, Saboya (2007, p.35), baseando-se em Forester (1980) e Innes (1996a), descreve o papel do planejador:

Os planejadores podem atuar preparando as reuniões, convocando grupos que ainda não estejam representados a participarem dos debates, esclarecendo fatos ou informações confusas, realizando versões preliminares de documentos para discussão, moderando encontros e arregimentando especialistas nas diversas áreas, que são aspectos comunicativos apontados por Habermas.

Formulação do problema:

Qual é a importância dos aspectos comunicativos para o processo de elaboração de planos diretores e qual sua influência sobre a satisfação dos participantes quanto aos resultados alcançados?

Acredita-se que os seguintes fatores relacionados aos aspectos comunicativos são essenciais para os processos de elaboração dos planos diretores, no sentido de que, quando não são observados por aqueles que os organizam, tendem a promover resultados considerados insatisfatórios para a maioria dos participantes:

- a) Uma ampla divulgação e transparência nos resultados produzidos e apresentados no decorrer do processo;
- b) Maior comunicação entre planejadores e atores do município, contando com transparência pública das informações, sem restrições;
- c) Uma metodologia clara e consensuada entre os participantes, de forma a permitir uma visão compartilhada das etapas a serem seguidas no processo e o tempo de desenvolvimento desse trabalho; e
- d) Apresentação à população dos aspectos que eles precisam avaliar para se construir o plano diretor do município, os assuntos abordados e qual sua função na elaboração do projeto de lei.

1.2 JUSTIFICATIVA

As pessoas mais adequadas para contribuir no planejamento do município, juntamente com uma equipe técnica multidisciplinar, são os que vivenciam esses locais. A democracia e o planejamento se modificam, aprimorando a qualidade dos espaços, quando o poder

público e o conhecimento técnico se unem à experiência da sociedade, potencializando a elaboração e a execução de um plano diretor.

A participação da sociedade na formulação das políticas urbanas e públicas é proposta para rescindir com um costume de planejamento desarticulado e excludente que os municípios produziam.

A base para a construção de uma política urbana democrática, uma parceria com todos os interessados, está no reconhecimento dos governos de que a participação popular na elaboração e execução de um plano é um direito dos cidadãos, enfatizado na lei Estatuto da Cidade.

Entretanto, tal participação introduz um novo nível de complexidade a esses processos, que passam a incluir pontos de vista e interesses ainda mais heterogêneos do que até então. Por isso, entender quais aspectos podem contribuir para – ou prejudicar – o compartilhamento de informações e as negociações envolvidas em processos de decisão coletiva pode auxiliar a aprimorar esses processos na direção de maior democratização e justiça nas decisões.

Nesse sentido, a teoria da racionalidade comunicativa de Habermas (1997) e suas adaptações ao planejamento urbano (FORESTER, 1980; INNES, 1996), têm se mostrado valiosas no entendimento de processos participativos, jogando luz sobre aspectos que, tradicionalmente, eram mantidos à margem dos estudos sobre o tema (influência política, manipulações entre os atores, sonegação de informações, etc.).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem a finalidade de entender e explicar os aspectos comunicativos relacionados ao planejamento urbano e se estes podem contribuir para o sucesso ou o fracasso desses processos.

1.3.2 Objetivos específicos

a) Investigar quais são as atividades relevantes realizadas pelos atores responsáveis pela elaboração de um plano diretor participativo (PDP);

b) Identificar quais aspectos contribuíram ou prejudicaram para a satisfação dos participantes quanto ao plano diretor analisado, no que diz respeito à forma de participação e à criação de um consenso para tomada de decisão; e

c) Constatar, no processo de planejamento de forma participativa, se os aspectos comunicativos contribuiriam de alguma forma para a melhor evolução do processo de um plano diretor.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em **seis** partes. A **primeira parte** corresponde à introdução, na qual se explica o problema de pesquisa, a justificativa e relevância do estudo proposto, como também seus objetivos.

A **segunda parte** corresponde à revisão bibliográfica que envolve o planejamento urbano e o plano diretor, conceituando e entendendo sua importância. Na **terceira parte** serão compreendidos os conceitos da teoria da comunicação, que permite entender o desenvolvimento da pesquisa e do estágio atual do problema, o que se realizou a respeito e como outros pesquisadores têm tratado o tema. Também é abordado como os aspectos comunicativos influenciam no planejamento urbano.

Na **quarta parte** é realizada uma explicação detalhada da metodologia adotada para atingir os objetivos da pesquisa. A **quinta parte** corresponde a uma descrição do processo de planejamento do município de Florianópolis, com o objetivo de preparar a base para a **sexta parte**, que faz uma análise desse processo sob o ponto de vista dos aspectos comunicativos, relacionando a teoria com o relatado pelos entrevistados.

Na **sétima parte** são analisados todos os pontos levantados e é concluída a pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo corresponde a uma definição geral dos conceitos básicos envolvidos no planejamento urbano. Para entender a influência dos aspectos comunicativos no planejamento é importante revisar as teorias que podem, de alguma forma, lhe fornecer subsídios. Entretanto, é impossível revisar aqui todas as teorias de planejamento existentes.

Por esse motivo, serão apresentadas apenas algumas delas, consideradas mais relevantes por sua influência histórica atual ou por estarem em afinidade teórica com o tema desta pesquisa.

2.1 PLANEJAMENTO URBANO

Planejamento urbano são estudos referentes aos fenômenos urbanos, sua dimensão espacial, sua evolução, como também aspectos relacionados com o desenvolvimento, uma forma de prever a transformação de um município.

O planejamento surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelos municípios, tanto aqueles não resolvidos pelo urbanismo moderno como aqueles que ele causou. Taylor (1998, p. 64, tradução livre da autora) relata que:

No início, o planejamento urbano estava relacionado com as qualidades físicas e estáticas do meio ambiente, a teoria e prática tradicional do planejamento da cidade exibiam uma falta de compreensão da vida social e econômica dos municípios.

Para Choay (2003), as raízes do planejamento urbano remontam ao trabalho dos primeiros urbanistas (século XIX), que se insurgiram contra as consequências advindas da intensa urbanização causada pela Revolução Industrial. “No momento em que a cidade do século XIX começa a tomar forma própria, ela provoca um movimento novo, de observação e reflexão” (CHOAY, 2003, P. 4).

De acordo com Taylor (1998, p. 16), em geral as teorias sobre o planejamento urbano preocupavam-se com projetos ou planos visionários que mostravam como a cidade ideal deveria ser organizada espacialmente.

Em complemento, Choay (2003) e Taylor, (1998) apontam que urbanistas partem do princípio de que precisam tentar entender os

processos relacionados com o crescimento da cidade, desde a Revolução Industrial, quando elas começam a se adensar, trazendo transformações sociais e econômicas. Os urbanistas adotaram concepções muito próprias sobre as cidades e se propunham a “desenhá-las” da forma que deveriam ser. Os trabalhos de Le Corbusier (Cidade Radiante), Frank Lloyd Wright (Broadacre City), Ebenezer Howard (Cidade Jardim) e Tony Garnier (Cidade Industrial) são exemplos significativos (tradução nossa).

As consequências dessa forma de planejamento foram diversas, como, entre outras, a excessiva priorização das redes de circulação por automóveis, a descaracterização das ruas como espaços de convívio e espaços públicos excessivamente amplos, com pouca apropriação. Segundo Souza e Rodrigues (2004, p. 15-16):

O planejamento urbano, como qualquer outro tipo de planejamento, é uma atividade que remete sempre para o futuro. É uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios.

O planejamento busca primordialmente alcançar uma visão geral e integrada do território a nível local, regional ou nacional, estabelecendo metas para o desenvolvimento social e econômico. Com relação ao planejamento, Loch e Erba (2007, p. 116) constata que:

A gestão do território requer o acompanhamento sistemático da dinâmica dos fenômenos que interferem no espaço físico rural ou urbano e exige mapas da área de interesse (em escala compatível à análise que se pretende executar), elaborados em diferentes épocas, de maneira que os gestores visualizem o presente e entendam, através da análise, as mudanças temporais.

Nota-se que, para se pensar um município, os planejadores precisam ter um diagnóstico do local e assim avaliar as intervenções necessárias para uma evolução mais sustentável desses locais. Loch e Erba (2007, p. 116) relatam que:

O planejamento é essencialmente uma função ou ato executivo de natureza econômica e administrativa. Planejar consiste basicamente em prever, da maneira mais detalhada possível, o que vai acontecer e tomar medidas para que as tendências evidenciadas se consolidem ou sejam revertidas no tempo e no lugar certos.

Percebe-se que para haver planejamento de uma área, seja ela urbana ou rural, é preciso conhecer o local, diagnosticar a realidade vivenciada e tentar entender os desdobramentos desse processo, para prever suas transformações, assim formando uma diferente maneira de planejar a cidade.

Com isso, o ideal é que haja diversos pontos de vista, profissionais com visões diversificadas, uma equipe multidisciplinar para estudar todo o território, com o objetivo de prever futuros problemas, propor intervenções e auxiliar no crescimento mais sustentável dos municípios. Relacionado com essa informação, Souza (2003) afirma:

O planejamento é necessário e arriscado. É uma necessidade econômica e política. Deve-se optar pela descentralização do Estado, incorporando elementos tanto do mercado como da democracia participativa. [...] Planejamento urbano deve englobar diversos especialistas: arquiteto-urbanista, geógrafos, profissionais do direito urbano, cientistas sociais.

Taylor compara o método de planejamento antigo com o atual, relatando que a teoria mudou após a Segunda Guerra Mundial. Antes era estático, e hoje é dinâmico. Mas é preciso entender e conhecer como funciona o local, para que se possa controlar esse sistema dinâmico que é a evolução dos municípios. O autor menciona cinco pontos a se levar em consideração (TAYLOR, 1998, p. 62-63, tradução nossa):

1. No primeiro método os locais eram pensados separadamente. Hoje é realizado um estudo preliminar, pesquisa do local antes de fazer o plano, com o intuito de conhecer o município e entender seu relacionamento com as demais regiões – conhecer para planejar, as interações.
2. Antes não se tinha um entendimento do crescimento da cidade, preocupava-se com a parte física e estética do

município, e hoje se trabalha com o conhecimento global da área, do município, entendimento social, econômico e logístico da área urbana e rural da gleba, para propor transformações.

3. Não é só planejar a cidade em si (método antigo), tem que se pensar nos demais municípios correlacionados. Não se pode fazer um planejamento fixo, é preciso propor trajetórias e analisar a cidade como um organismo vivo, que está sempre em desenvolvimento, e assim propor diretrizes para auxiliar suas transformações.
4. Planejamento urbano era rígido e hoje é um processo contínuo de monitoramento, análise e intervenção de situações que não são estáticas, funciona como um organismo vivo.
5. Visualizando cidades (ou outras áreas distintas do ambiente) como sistemas implícitos de atividades interligadas, considerando-as economicamente e socialmente, não só fisicamente e esteticamente.

Complementando, Taylor (1998, p. 62, tradução nossa) relata que uma vez que os municípios são vistos como inter-relacionados, seus sistemas de atividades e lugares, entende-se que uma mudança em uma parte da cidade irá causar alterações em outras partes.

Entender como se deu o desenvolvimento da sociedade é importante, tem sido o foco desde a década de 1970. Foi objeto de análise de diversos estudiosos, pois nem sempre desenvolvimento significa crescimento e é imprescindível que hoje ele esteja pautado sob conceitos que sirvam de subsídio para a melhor evolução do local. Com isso, Souza (2003, p. 55) relata: “Em países com uma larga tradição e uma cultura de planejamento consolidada, o planejamento urbano é, de fato, um campo que congrega os mais diferentes profissionais”.

Portanto, com diversos olhares, os planejadores podem refletir sobre o município, o seu construir e o de seus vizinhos de maneira correlacionada, com diferentes interpretações sobre o desenvolvimento local, onde um possa se conectar ao outro, formando um único plano, ou *máster plan*, propondo a diminuição de obstáculos no planejamento.

Segundo McLoughlin (1969, tradução nossa), a cidade é um sistema composto por partes (atividades humanas e os espaços que as suportam) intimamente conectadas (por fluxos e canais de circulação). Por isso, para intervir nesse sistema não é mais suficiente a visão dos

arquitetos, é preciso profissionais com diferentes pontos de vista, como geógrafos, engenheiros e outros.

Para Cullingworth (1997, p. 6, tradução livre da autora) o planejamento urbano deve contar com quatro elementos básicos:

1. Pensamento orientado para o futuro;
2. Escolha entre alternativas;
3. Considerações de limites, restrições e potencialidades, bem como considerações sobre prejuízos e benefícios;
4. Possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis.

Ainda é possível acrescentar um quinto elemento, relacionado à *preocupação com a resolução de conflitos de interesse* (Cullingworth, 1997, p. 6, tradução livre da autora). Para alcançar um planejamento municipal mais adequado, desafios precisam ser superados, para assim obter uma perspectiva socialmente crítica do planejamento e da gestão urbana. Souza (2003, p. 38-39) cita alguns:

Entre eles estão a valorização crítica das dimensões política e técnico-científica do planejamento e gestão; conhecimento dos instrumentos de planejamento e gestão; atenção para o agir comunicativo; proposição da participação popular, refletindo sobre seu verdadeiro significado; reflexão teórica sobre desenvolvimento e contextualização do planejamento nos marcos mais amplos da produção teórica do conjunto das ciências sociais.

A finalidade do planejamento e da gestão urbana deve ser alcançar o desenvolvimento urbano e rural de maneira eficaz, prever suas transformações sob a visão de uma “mudança social positiva da e na cidade”, conforme mencionado por Souza (2003, p. 40).

A realidade é que todas as ações de planejamento têm como prioridade garantir o melhor desenvolvimento da cidade e originar mais qualidade de vida para a sociedade. No planejamento atual, na maioria dos municípios vem se iniciando a participação de quem vivencia o local nesse diagnóstico e idealização dos municípios.

Houve uma mudança importante no ato de planejar, principalmente quando os planejadores se deram conta de que o desenvolvimento urbano não estaciona, que a cidade é um fenômeno

sistêmico, funciona como um organismo vivo. É preciso entender a evolução, a cultura, para propor o futuro.

Com isso, McLoughlin (1969, tradução nossa) aponta uma sequência de etapas que devem ser seguidas durante o processo de planejamento, no qual os resultados alcançados pelas ações passam a servir de objeto de análise, gerando um *feedback* para as outras fases do processo. As etapas prescritas são:

1. Avaliação preliminar;
2. Formulação dos objetivos;
3. Descrição e simulação do sistema;
4. Definição de alternativas (cursos de ação);
5. Avaliação das alternativas;
6. Seleção das alternativas; e
7. Implementação.

Em acréscimo aos aspectos levantados por McLoughlin, é importante que nas seleções das alternativas estas sejam classificadas, como também é necessário conhecer o município para que se possa propor o planejamento. Conhecer o passado é relevante para se planejar o futuro.

2.2 PLANO DIRETOR

Definir o conceito de Plano Diretor (PD) não é tão simples, pois muitas vezes as pessoas vinculam o termo ao zoneamento, que por sua vez também é alvo de diversas definições, onde suas particularidades ou implantação têm variado de município para município.

Villaça (1999) aponta essa falta de conceituação aceita por estudiosos de áreas diversas, de o que é plano diretor, argumentando que não existe um consenso entre os atores envolvidos na sua elaboração e utilização – engenheiros, urbanistas, empreendedores imobiliários, proprietários fundiários, etc. – quanto ao que seja exatamente esse instrumento. Com isso, segue algumas tentativas de definição deste termo:

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de

propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (Villaça, 1999, p. 238).

É plano, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque determina as diretrizes do desenvolvimento urbano e rural do município. (SILVA, 1995, p. 124).

O Plano diretor é um instrumento primordial de um processo de planejamento municipal, para a implantação da política de desenvolvimento urbano, direcionando a ação dos agentes públicos e privados (ABNT 1991).

Para Brasil (2008, p. 40), o plano diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano.

De acordo com o Estatuto da Cidade (2001), o plano diretor é definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana e rural do município. Seu objetivo é orientar as ações do poder público visando compatibilizar os interesses coletivos e garantir de forma mais justa os benefícios da urbanização, para garantir os princípios de reforma urbana, direito à cidade e à cidadania, uma gestão democrática. As funções do plano diretor são:

1. Garantir o atendimento das necessidades da cidade;
2. Garantir uma melhor qualidade de vida na cidade;
3. Preservar e restaurar os sistemas ambientais;
4. Promover a regularização fundiária; e
5. Consolidar os princípios da reforma urbana.

Há princípios que norteiam os municípios que têm a necessidade de elaborar um plano diretor. O Ministério das Cidades aponta:

O plano diretor é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, com áreas de interesse turístico, situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no País (BRASIL, 2008, p. 14).

O plano diretor deve ser um instrumento que orienta todas as ações concretas de intervenção sobre o território, independentemente do fato de essas ações serem levadas a cabo pelos indivíduos, pelas empresas, pelo setor público ou por qualquer outro tipo de agente. Neste aspecto, Saboya (2007, p. 39) aponta:

O Plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.

O plano diretor é um documento, o que significa que ele deve ser explicitado, ou seja, não podem ficar implícitos os assuntos nele abordados. Ele precisa ser formalizado e, no caso do Brasil, essa formalização inclui a aprovação de uma lei do plano diretor na Câmara de Vereadores.

Esse plano deve ser estruturado, mencionando os objetivos para o desenvolvimento urbano e rural dos municípios. Quando se deseja planejar algo, um elemento fundamental é poder responder à pergunta: qual cidade se tem no momento (com todos os pontos positivos e negativos) e qual futuro queremos para esta (como melhorar seu desenvolvimento, sua transformação, como organizá-la melhor). Que caminho devemos seguir para que melhore a realidade da cidade? Nesta linha, Innes (1996, tradução livre da autora) declara:

É verdade que o processo organizado é necessário, como cenário para o planejador, com suas etapas (metas e identificação de problemas, análise e geração de alternativas, avaliação, escolha e implementação) bem executadas, sendo subsídio para a etapa seguinte até a execução do plano diretor.

Os objetivos do planejamento, a estrutura e/ou metodologia do PD não estão definidos no primeiro momento do processo, precisam ser discutidos democraticamente e consensuados de alguma maneira.

A diversidade dos municípios faz com que seja normal a existência de objetivos conflitantes e, por isso, discutir sobre os objetivos pode ajudar a encontrar soluções que contemplem mais de um ponto de vista. Com isso, descreve-se uma citação de Souza (2003, p. 400):

Planos não precisam ser rígidos e excessivamente detalhados, ou formalistas, ou obcecados com projeções e prognósticos a respeito da “cidade ideal” mais que com o fornecimento de instrumento adequados e realistas para a superação dos problemas da cidade real. Planos são documentos consolidadores de uma dada estratégia de desenvolvimento urbano e, como tais, serão aquilo que deles fizermos – nem mais, nem menos.

2.3 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E O ESTATUTO DA CIDADE

A participação popular no planejamento dos municípios é um processo que acontece em cadeia, vem do movimento da reforma urbana, nos anos 1960. É uma luta antiga da sociedade civil de que os municípios deveriam ter uma organização espacial, um planejamento do município aliado a questões de redistribuição de imóveis urbanos ociosos e maior participação da sociedade nas decisões.

Antigamente o planejamento era mais técnico, feito entre quatro paredes pelos profissionais do órgão público e atualmente tem evoluído na direção de uma gestão mais democrática do município, da participação da sociedade.

Em 2004, o Conselho Nacional das Cidades, por meio da Resolução nº 15, inicia “uma Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização visando à elaboração e implantação dos Planos Diretores Participativos, com o objetivo de construir cidades includentes, democráticas e mais sustentáveis” ALMEIDA (2004). Com os seguintes eixos:

1. Inclusão territorial – Assegurar aos pobres o acesso à terra urbanizada e bem localizada, garantindo, também, a posse segura e precisa da moradia das áreas ocupadas por população de baixa renda.

2. Gestão democrática – Oferecer instrumentos que assegurem a participação eficaz de quem vive e constrói a cidade nas decisões do Plano.

3. Justiça social – Distribuição mais justa dos custos e benefícios do desenvolvimento urbano e rural.

Contribuindo com essa teoria, seguem os princípios constitucionais fundamentais norteadores do plano diretor, expressos no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2008, p. 44):

1. Da função social da propriedade;
2. Do desenvolvimento sustentável;
3. Das funções sociais da cidade;
4. Da igualdade e da justiça social; e
5. Da participação popular e da gestão democrática.

Nesta mesma linha Souza (2003) dispõe que o analista tem a última palavra no processo de planejamento, mas deve passar pela aprovação dos indivíduos (participantes). O conteúdo definido (ou seja, todos os aspectos levantados e aprovados pelos integrantes) irá nortear as ações dos profissionais, que resultaria no desenvolvimento socioespacial. Planejamento é a formulação de estratégias de mudança social, desenvolvimento de políticas nos âmbitos regional, nacional etc. E Saule Jr. (2002) confirma dizendo:

O princípio da participação popular tem como elemento identificar o seu cumprimento, o exercício do direito à igualdade, pois não pode haver exclusão de qualquer segmento da sociedade nos processos de tomada de decisões de interesse da coletividade.

Para esse autor, para haver a participação efetiva de interessados no planejamento é necessária a ampla divulgação do processo, para convocar a população a participar deste novo e importante modo de planejamento. Brasil (2005a, p. 195) reforça essa visão:

Devem ser convocados com antecedência e divulgados amplamente para que a participação não seja restrita a poucos envolvidos. Devem sempre procurar trazer o contraditório, ou seja, diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter espaço equivalente para expressar sua opinião.

Sanoff (2000, tradução nossa) aponta três objetivos principais relacionados à participação popular:

1. Uma maior confiança nas instituições, resultante do envolvimento da sociedade nos processos decisórios, tornando mais provável que o plano seja efetivamente seguido;
2. Permitir que a população seja realmente ouvida, como forma de melhorar a qualidade dos planos e das decisões; e
3. Promover um senso de comunidade, através da reunião de pessoas com interesses comuns.

Esses interesses podem ser divergentes também, porém os participantes precisam ir dispostos a buscar acordos através de argumentos embasados na realidade local, melhor defendidos, para assim chegarem a um entendimento mútuo e promover o consenso sobre cada tema abordado no processo.

Além disso, Sanoff (2000, tradução nossa) destaca três benefícios de um processo participativo de planejamento: do ponto de vista social, os desejos e necessidades coletivos são mais amplamente atendidos; do ponto de vista dos atores, aumenta a sensação de que influenciou a decisão final; Do ponto de vista dos técnicos, aumenta a qualidade das informações disponíveis para serem utilizadas como subsídios para o processo de planejamento.

Na construção coletiva das diretrizes e definição de estratégias, a sociedade se envolve em um processo participativo no qual são construídas redes sociais e de contatos, desenvolvendo confiança mútua, divulgando os acontecimentos relacionados ao crescimento do município e reforçando valores comuns a todos.

Campbell (2003, tradução nossa) aponta alguns benefícios complementares a esses levantados por Sanoff: resultados equilibrados entre as diversas partes; diminuição das disputas legais e animosidades (aversão) entre grupos; maior entendimento dos diferentes pontos de

vista; maior envolvimento e comprometimento da população com os resultados obtidos, e com o bom emprego do plano diretor.

Souza (2003, p. 333-334) aponta que *a participação é um direito inalienável* e descreve dois pontos importantes da participação popular:

É bem verdade que ela não elimina os erros ou que é uma garantia de acerto (pois uma coletividade bem pode, livre e soberanamente, tomar uma decisão injusta ou equivocada); no entanto, uma ampla participação pode contribuir para minimizar certas fontes de distorção. Outro argumento é o de que, ao participar de uma decisão, um cidadão se sente muito mais responsável pelo seu resultado – para o bem, caso a decisão se mostre acertada, e para o mal, caso a decisão se revele equivocada. Isso não é relevante apenas sob o ângulo do amadurecimento político da população; isso é importante também na medida em que, ao sentir-se mais responsável, a população irá cuidar mais e fiscalizar mais.

Este aspecto aponta um benefício relevante, a possibilidade de traçar estratégias que auxiliam ao plano diretor a alcançar resultados em que o município se sinta recompensado, ou seja, em que seja buscado o benefício de todos. Souza descreve os níveis de participação no processo de planejamento para se ter uma participação autêntica da população

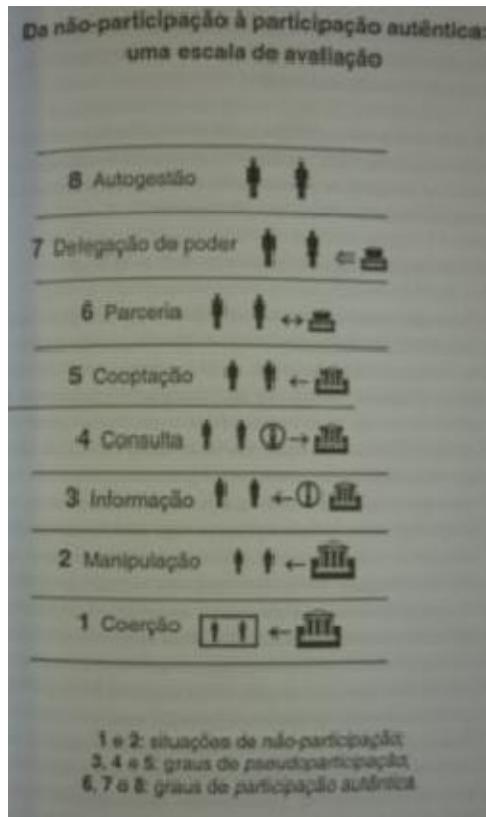


Figura 1 – Níveis de participação autêntica. Souza, 2003, p. 207.

Plano diretor participativo deve garantir a comunicação entre poder público e demais interessados, a transparência pública, onde cada cidadão possa ver a realidade levantada, os problemas e as propostas para as intervenções que permitam a solução dos conflitos que prejudicam o desenvolvimento econômico, social e urbano do município.

Brasil (2008, p. 12) dispõe:

O plano diretor deve ser discutido e aprovado pela Câmara dos Vereadores e sancionado pelo prefeito de cada município. O resultado, formalizado como Lei Municipal, é a expressão

do pacto firmado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo.

2.4 ETAPAS DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Para entender o procedimento participativo no plano diretor de um município, esta recente maneira de planejar o espaço urbano, foi preciso entender as etapas do processo.

O Ministério das Cidades (2004), no manual que apresenta as propostas de financiamento de planos diretores, estabelece três etapas a serem seguidas:

Etapa 1: Leitura da cidade – Essa etapa engloba a leitura técnica e a leitura comunitária do município. Nesta deve ser feita a mobilização dos atores envolvidos e os eventos participativos com o intuito de reconhecer e sistematizar informações sobre o local.

O principal objetivo é compreender a situação do município, principalmente quanto aos problemas, conflitos e potencialidades. Para finalizar, os diferentes pontos de vista devem ser compatibilizados e sistematizados em uma única leitura da cidade.

Etapa 2: Formulação de propostas e definição dos eixos estratégicos – Com base nos resultados da etapa anterior, esta deve definir os pontos prioritários de intervenção, assim como os objetivos e metas para o futuro do município e os instrumentos necessários para alcançá-los.

Etapa 3: Projeto de Lei do Plano Diretor – redação final do Projeto de Lei.

Em 2008 o Ministério das Cidades elaborou um guia (anexo A) para auxiliar os planejadores dos municípios a implantarem os planos diretores participativos, dividindo em quatro (4) etapas. Na primeira parte o guia oferece princípios, explicações e diretrizes para elaborar e revisar os planos diretores, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

Planejamento participativo: Construir cidades melhores e mais justas (Brasil, 2008, p. 13): Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento da cidade, podem e devem intervir na realidade do município. Para que essa capacidade saia do imaginário e concretize-se na forma de ação participativa, os processos de elaborar

planos têm de prever métodos e passos que todos os interessados compreendam facilmente.

Conteúdo do Plano Diretor (Brasil, 2008, p. 14): O objetivo principal do plano diretor é estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada aos habitantes.

Construir o Plano Diretor: Atividade participativa (Brasil, 2008, p. 17): O plano diretor deve ser elaborado e implementado com a participação efetiva de todos os cidadãos. O processo deve ser regido pelo Poder Executivo, articulado com os representantes no Poder Legislativo e com a sociedade civil. É importante que todas as etapas do plano diretor sejam conduzidas, organizadas e acompanhadas pelas equipes técnicas de cada prefeitura municipal e por moradores locais. A participação popular não deve estar restringida apenas à solenidade do plano diretor, em audiência pública.

A primeira etapa da elaboração do plano diretor, de acordo com Brasil (2008, p. 20), é ler o município. Nesta etapa são feitas a leitura técnica e a leitura comunitária; trata-se de identificar e apreender a situação do município (área urbana e a área rural) seus problemas, seus conflitos e suas possibilidades de crescimento.

A leitura técnica auxilia a população a entender o município, pela comparação entre dados apresentados por moradores e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura levantadas. O Ministério das cidades dispõe que essa ação deve ser executada pela equipe técnica da prefeitura e, se necessário, pode ser complementado com estudos contratados ou disponibilizados por universidades e instituições de ensino e pesquisa. Em Brasil (2008, p. 20) são apontadas informações importantes referentes as leituras comunitária e técnica:

Para alimentar e consolidar a leitura comunitária é importante que o público encontre informações sistematizadas na leitura técnica, construídas em linguagem acessível à maioria; essas informações são importantes para orientar as discussões, no sentido de estabelecer uma compreensão geral do município. Dentre os aspectos que todos devem conhecer destacam-se, por exemplo, a distribuição dos equipamentos públicos e de infraestrutura existentes; a relação entre terras disponíveis para habitação e possibilidade de acesso a elas, dentre outras.

Na leitura comunitária podem-se usar diferentes dinâmicas e materiais: construir mapas temáticos do município, com elementos

oferecidos pelos participantes; usar fotos antigas e atuais, para visualizar mudanças e diferenciais; oferecer equipamento fotográfico, para que os interessados façam registros pessoais dos pontos importantes e/ou problemáticos do município; fazer e apresentar entrevistas e pesquisas, resgatar a história, ou usar desenhos para documentar, discutir e refletir sobre o município e região.

Uma maneira que facilita à população entender e fazer essa leitura são os mapas temáticos, cuja importância é confirmada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2008, p. 22): Os mapas são importante recurso para facilitar a leituras da realidade local, porque ajudam a visualizar as informações reunidas nas leituras técnica e comunitária, e a localizá-las no território.

São exemplos de mapas temáticos os: mapas temáticos sobre o território, mapas de caracterização e distribuição da população e seus movimentos, mapas de uso e ocupação do solo, mapas de infraestrutura urbana, mapas de atividade econômica do município, conforme a necessidade do município. No fim da etapa 1 é necessário confrontar as leituras técnica e comunitária, para sobrepor essas leituras.

Na segunda etapa, Brasil (2008 p. 27), indica “formular e pactuar propostas, apontando que nem todas as questões são igualmente relevantes em todos os momentos da história de um município”. A partir da etapa de leitura, serão deliberados os temas prioritários para o futuro do município e para a sua reorganização territorial. “De nada adianta um plano diretor tratar de dezenas de aspectos do município e não ter capacidade para intervir sobre eles”. Portanto, é importante trabalhar com perspectiva estratégica, selecionando temas e pontos cruciais que, se enfrentadas rapidamente e de maneira eficaz, podem redefinir o destino do lugar.

Na terceira etapa Brasil (2008, p. 30) define os instrumentos “Os instrumentos são ferramentas que viabilizam as intenções expressas no plano diretor”. Os objetivos e estratégias devem estar bem articulados com os instrumentos de planejamento e de política urbana, onde o Estatuto da Cidade oferece mais que 30, com o intuito que o município tenha melhor controle e eficácia no planejamento local.

Por fim, a quarta etapa estabelecida por Brasil (2008, p. 32) é o sistema de gestão e planejamento do município. “A Lei do Plano Diretor deve estabelecer a estrutura e o processo participativo de planejamento para implementar e monitorar o plano diretor”. No monitoramento envolve avaliações, atualizações e ajustes sistemáticos, que devem estar contemplado na lei. O plano diretor deve definir também as “instâncias

de discussão e decisão do monitoramento”, como no fórum da cidade, com sua composição e suas atribuições.

A conclusão do plano diretor não encerra o processo de planejamento quando a Lei é promulgada. Ajustes podem e devem ser realizados, porém é recomendável que o próprio plano diretor determine os meios, a metodologia e a sistemática para revisá-lo. Conforme o Estatuto da Cidade, a lei que institui o plano diretor deverá ser revista pelo menos a cada dez (10) anos (BRASIL p. 32).

Em Brasil (2008 p. 51) são apresentados instrumentos e a metodologia de participação popular no plano diretor, resumidos no quadro a seguir:

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR	ASPECTOS A DESTACAR
1. Constituir o Núcleo Gestor	Equipe de coordenação
2. Preparar o processo	As condições locais
3. Lançar e divulgar	Por que e como participar
4. Capacitar	O que é um plano diretor
5. Ler o município (leitura técnica e comunitária)	O município que temos
6. Formular a estratégia	O município que queremos ter
7. Construir o Pacto e o Projeto de Lei	O caminho para o município viável
8. Discutir na Câmara Municipal, para aprovar	O município que podemos ter
9. Implementar projetos	O município em transformação
10. Monitorar	Por e para uma cidade melhor

Quadro 1– Etapas da construção participativa do plano diretor – 2008. Fonte: Ministério das Cidades (Adaptado).

Após o item 6 formulado pelo Ministério das cidades, seria importante acrescentar as audiências públicas temáticas (setoriais e globais), para que cada tema do Plano Diretor seja discutido, debatido e consensuado por todos os participantes, de maneira organizada, minimizando que as pessoas se percam no que está sendo levantado.

Na seção seguinte serão apresentados os aspectos comunicativos que estão diretamente relacionados com o processo do planejamento do município.

3 TEORIA DA COMUNICAÇÃO EM PLANEJAMENTO

Dentro desse universo amplo de planos e planejamento para municípios, é estudada a teoria da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas e sua influência nos trabalhos em grupos.

A teoria do planejamento urbano/comunicativo visa à melhor participação da população, em que todos interagem e participam de uma decisão. Desse modo, a ação comunicativa entre interlocutores é analisada segundo suas relações, trata-se de uma análise do comportamento. De acordo com Habermas (1987, p. 39):

[É] uma teoria crítica da sociedade, funciona como uma teoria do comportamento, uma propedêutica (ciência preliminar, introdução), um conjunto de regras morais para a vida, que afirmam a infraestrutura da linguagem humana, do conhecer, do agir e da cultura.

Os primeiros estudos de Habermas sobre a teoria do *agir comunicativo* foram publicados em 1981 (ALMEIDA; BALDER, 2009). Innes (1996) relata que a perspectiva “comunicativa” representa uma mudança a partir de uma visão amplamente difundida pelo menos nos últimos 30 anos, de que o trabalho do planejador é principalmente a prestação de aconselhamento imparcial², profissional e de análise para os funcionários públicos que, por sua vez, tomam decisões. Na mesma linha, defende:

O trabalho do planejador é “falar a verdade ao poder” ao invés de se deixar levar pela desordem das ações. A expressão “agir comunicativo” indica aquelas interações sociais para as quais o uso da linguagem orientado para o entendimento ultrapassa um papel de coordenador da ação. Os pressupostos idealizadores imigram, por cima da comunicação linguística, para dentro do agir orientado para o entendimento, INNES (1998, p. 52, tradução nossa).

² Ainda que a imparcialidade total seja impossível, mesmo assim é um objetivo que deve ser buscado em processos participativos de planejamento.

O conceito de agir comunicativo (interação social), apontado por Jürgen Habermas, relaciona-se às “ações orientadas para o entendimento mútuo”, em vista da percepção mútua e consensual de um grupo de pessoas, suas visões sobre algum aspecto. Habermas (1997, p. 418), relata:

Chamo ação comunicativa aquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, e isso fazendo uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientadas ao entendimento.

Com isso, ele quer mostrar que as pessoas pensam de maneiras diferentes sobre diversos aspectos, conforme sua cultura, sua formação, vivência e experiência. Quer explicar que esses atores absorvem os fatos de maneiras diferentes, porém é preciso que haja um debate para que cheguem a um consenso sobre o assunto abordado, atingindo um entendimento sobre cada fato.

Quando atores se unem para planejar, discutir um assunto, um aprende com o outro, socializam informações, conhecem visões diferentes sobre o mesmo assunto e juntos procuram chegar a um entendimento comum. Habermas (2001, p. 30, tradução nossa) descreve:

Há três pressupostos pragmáticos formais do agir comunicativo. A suposição comum a respeito de um mundo objetivo, a racionalidade que os sujeitos agentes supõem reciprocamente, e a validade incondicional, que exigem para as suas afirmações (informação) nos atos de fala, remetem umas às outras e constroem aspectos de uma razão dessublimada, corporificada na prática comunicativa cotidiana.

Nesse caso ele quer dizer que as pessoas esperam que os demais participantes usem a razão para se comunicar a respeito dos assuntos considerados relevantes sobre o “mundo objetivo”. Neste ponto Habermas cita:

A unidade da razão não pode ser percebida a não ser na multiplicidade de vozes, como sendo uma possibilidade que se dá, em princípio, na forma de uma passagem ocasional, porém, compreensível,

de uma linguagem para a outra (HABERMAS, 2002, p. 153).

Almeida e Balder (2009, p. 243) citam que as regras às quais qualquer comunicação obedece, que complementa a visão de Innes e Habermas e que, portanto, formam os pressupostos gerais do agir comunicativo em processo de planejamento, visam alcançar:

1. Entendimento mútuo;
2. Saber compartilhado;
3. Confiança recíproca; e
4. Consenso recíproco.

Estes fatores precisam ser bem explicitados no início do processo para que as pessoas que se interessem por planejar algo saibam que é preciso estarem abertas a discussões que visam o melhor para todos. Para iniciar qualquer debate é necessária a confiança de que este levará ao melhor para o coletivo, minimizando assim a possibilidade de manipulação do processo e de informações. Habermas (2003a, p. 27, tradução nossa) descreve:

A racionalidade comunicativa possui conotações que, em última instância, remontam à experiência central do agir comunicativo. A capacidade que, ainda sem coações, uma fala argumentativa possa gerar consenso em processos, em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista; e graças a uma conformidade de convicções, racionalmente entendidas, se asseguram da unidade objetiva do mundo e da intersubjetividade do contexto em que desenvolvem suas vidas.

A informação é uma ferramenta que os decisores políticos podem e devem usar para fazer escolhas e auxiliar os atores a discutirem o assunto. Habermas (2003, p. 165, tradução nossa) explica:

Falo em *agir comunicativo* quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só prosseguir suas respectivas metas sob a condição de um *acordo* existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas.

Forester (2006, p. 447, tradução nossa) afirma:

Muitos planejadores enfrentam desafios, pois como eles tentam promover a participação em conflito de interesses, eles enfrentam desafios complexos denominados “participação mediada”, lembrando sempre que, o trabalho destes “mediadores”, entre múltiplas partes interessadas, é incentivar a sua participação nas tomadas de decisões, pois influenciará nas suas vidas.

Habermas chama de racional a relação intersubjetiva de “entendimento mútuo”, que permite relações críticas sem perturbações; o ator social inicia o processo da comunicação que é produto dos processos de socialização, em vista da compreensão mútua e consensual.

Um relato é racional quando satisfaz as condições necessárias de uma comunicação, voltada ao consenso; quando falantes e ouvintes saem dos limites peculiares em favor da teoria global, formada e justificada em comum acordo.

Habermas defende que o entendimento se alicerça no reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade, compreendendo as razões de escolha do falante que busca se entender com o ouvinte. Ele comenta ainda que “o valor real do entendimento consiste, pois, em um acordo alcançado comunicativamente, que se mede por pretensões de validade e vem amparado por razões potenciais” (HABERMAS, 2003b, p. 380, tradução nossa). Habermas (2004, p. 71, tradução nossa) aponta:

Um olhar comum sobre a realidade como uma “região intermediária” entre as “visões do mundo” de diferentes línguas é um pressuposto necessário para toda a conversa dotada de sentido. Para os interlocutores, o conceito de realidade vincula-se à ideia regulativa de uma “soma de todo o cognoscível”.

Forester (2006, tradução nossa) lista seis pontos importantes para os planejadores enfrentarem os desafios e as oportunidades do envolvimento público no planejamento.

1. Os planejadores devem “reconhecer e trabalhar” assiduamente para ir além, perceber satisfações e insatisfações dos participantes da comunidade com os trabalhos de governos passados.

2. Quando as partes interessadas empregam a acusações e recriminações mútuas, os planejadores podem utilizar “estratégias indiretas” para explorar estes pontos, “possibilitar o aprendizado” e, respectivamente, construir relacionamentos.

3. Como os participantes costumam trazer suspeitas e vulnerabilidades para encontros de planejamento comunitário, essas reuniões podem frequentemente se beneficiar do uso de mediadores treinados.

4. Planejamento, educadores e profissionais de planejamento devem cultivar um amplo repertório de habilidades e estratégias para o planejamento em fase de situações de conflito.

5. Participação negociada exige deliberadamente reconhecer o passado e enfrentar as possibilidades futuras.

6. Como mediar a participação significa a construção de acordos viáveis e reciprocamente vantajosos para agir, os planejadores devem distinguir entre (a) promover diálogos, (b) moderar debates moderados, e (c) mediar as negociações.

Innes (1996, tradução nossa) relata que os mediadores apontam que os processos de planejamento participativo e de disputas públicas vão muito além da discussão e do debate, precisam criar e demonstrar uma forte capacidade para ouvir as pessoas, são preocupações que as partes podem elaborar opções que oferecem benefícios mútuos e até mesmo ajuda mútua. Nesse processo, as ações comunicativas adquirem importância principal:

O que os planejadores fazem, principalmente, é conversar e interagir, mas isso não é só falar. É principalmente através da prática comunicativa que os planejadores influenciam a ação pública. [...] A ideia de planejamento de comunicação exige uma nova concepção da informação e das formas de ação que influenciam a informação. Primeiro, as informações que influenciam a prática comunicativa tornam-se incorporadas ao entendimento, nas práticas e nas instituições. Em segundo lugar, o processo pelo qual a informação é produzida e acordada é crucial (INNES, 1996, p. 12, tradução livre da autora).

Planejadores estão profundamente engajados em uma rede de atividades comunicativas e altamente interativas que influenciam as ações públicas e privadas de maneiras diretas e indiretas (INNES, 1996, p. 1, tradução nossa).

Porém, é importante que essas ações comunicativas satisfaçam aos cinco princípios citados na seção 1 por Innes, complementados pelos aspectos diagnosticados por Forester (1980, tradução nossa). Estes aspectos apontam que os argumentos dos atores devem atender aos quatro requisitos da comunicação defendidos por Habermas, ressaltados por Almeida e Balder (2009, p. 243), que estabelecem o que cada participante necessita ser:

1. Compreensível – que seja capaz de ser entendido pelas outras pessoas;

2. Sincero – no sentido de que ele não esteja deliberadamente inventando ou distorcendo aquilo que está sendo dito;

3. Legítimo – que ele tenha a autoridade para falar em nome de quem ele está representando, e que ele fale apenas sobre assuntos que sejam da sua alçada; e

4. Verdadeiro – que o que está sendo dito corresponda à realidade dos fatos.

Fica claro que esses princípios não podem ser entendidos como uma expectativa realista de como os processos comunicativos acontece em situações concretas, visto que estas estão sujeitas a todo tipo de manipulações e distorções, sejam conscientes ou inconscientes. Entretanto, é razoável entender que são princípios que os participantes esperam uns dos outros, sob pena de prejudicar as interações e os esforços feitos no sentido de construir acordos coletivos.

3.1 INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS COMUNICATIVOS NO PLANEJAMENTO

Com base na teoria exposta anteriormente, fica claro que a racionalidade comunicativa influencia no planejamento, pois são aspectos que acabam norteando as discussões para chegar ao entendimento comum de um assunto, chegar ao consenso ou, por outro lado, dificultar sua obtenção, ainda que às vezes os atores não se deem conta dessas influências.

Para Innes (2004, tradução nossa), na visão convencional de informações em planejamento, os especialistas desenvolvem a

informação em resposta às perguntas dos decisores ou para resolver problemas que os decisores tenham identificado. Essa informação pode incluir fatores como pesquisas, identificação e comparação de políticas alternativas em termos de custos e benefícios, estudos de viabilidade, as previsões, e assim por diante.

Innes (1996, p. 2, tradução nossa) argumenta:

No planejamento comunicativo, a informação torna-se gradualmente incorporada no entendimento de quem são os atores da comunidade, através de processos nos quais os participantes, incluindo os planejadores, coletivamente criam significados aos temas abordados.

Os envolvidos, além disso, contam com vários tipos de “informação”, muitas vezes informais, como em relatórios analíticos, imagens amadoras, descrição do fato por nativos, ou seja, que vivenciam há muito tempo o local (no caso de planejamento da cidade), medidas quantitativas ou qualitativas. Estas informações, muitas vezes, são cruciais para pensar no que é mais relevante para o município e formar os acordos sobre o tema abordado.

Às vezes os acordos são o menor dos resultados de processos bem-sucedidos (Innes e Booher, 1999a, p. 13, tradução nossa), porque tantas outras coisas são realizadas. Muitos processos, aliás, não são projetados para procurar um acordo, mas sim, por exemplo, para construir um entendimento em uma comunidade ou mobilizar participantes. Estes pensadores definem um “assunto consensuado como um diálogo autêntico” (Innes e Booher, 2002, tradução nossa), um conceito muito semelhante à noção habermasiana de racionalidade comunicativa. Innes (1996, p. 10, tradução nossa) relata:

O planejamento abrange a compilação de objetivos, de diretrizes e de propostas por um conjunto de atores heterogêneo relacionados aos interesses, valores, grau de organização, poder de pressão, capacidade de geração de conhecimento e acesso à informação, entre outros fatores.

Entende-se que o processo pelo qual esses acordos são feitos é decisivo e essencial para o melhor resultado de um processo de planejamento de municípios. Segundo Saboya (2007, p. 35)

O papel dos planejadores é, também, assegurar que essas condições sejam atendidas nos processos de planejamento. Isto pode ser feito mediante um bom processo de facilitação, em que o planejador tome o cuidado de explicar os assuntos, traduzir os discursos, as informações, bem como de oferecer as condições necessárias para que os argumentos e opiniões apontados possam ser postos à prova e devidamente aceitos ou negados.

O conhecimento que o planejador pode proporcionar é importante, mas a capacidade de criar ou gerenciar uma forma comunicativa racional de deliberação é ainda mais significativa. Habilidades como negociação, mediação e resolução de conflitos, portanto, tornam-se essenciais para os planejadores. Caso essas condições sejam atendidas, aumentam-se as chances de se alcançar consensos em que todos tendem a ganhar (INNES, 2004, tradução nossa).

Para Forester (1989, tradução livre da autora), o planejamento se torna positivo na medida em que os praticantes de planejamento comunicativo concentram-se em fatos, regras, consequências prováveis e medidas estratégicas de solução de problemas, as diretrizes. O autor afirma que o entendimento é alcançado quando nenhum participante tem uma posição predominante, e todos precisam dialogar e negociar para chegar a um consenso.

No que diz respeito à construção de consenso, estudos têm demonstrado que, quando é implementado um processo que atende essas condições, ele pode produzir aprendizado mútuo, capitais sociais, políticos e intelectuais, ações viáveis, soluções inovadoras, entendimento compartilhado sobre o problema e sobre os outros atores, capacidade de trabalho em conjunto, habilidades de diálogo e abordagens compartilhadas para a implementação de ações (INNES, 2004, p. 8, tradução nossa).

Innes (2004, p. 7, tradução nossa) explora as condições necessárias para que as decisões sejam consideradas “comunicativamente racionais”, e defende a importância do “consenso como um modo de decisão”. Segundo Innes, que compartilha a ideia com a maioria dos profissionais e teóricos da formação de consenso (“Sociedade de Profissionais de Solução de Controvérsias, 1997; Susskind et al., 1999”), algumas condições devem ser atendidas para que seja possível caracterizar o processo como uma busca pelo

consenso. Estes princípios complementam os por Innes citados na seção 1, caso não sejam seguidos, o fracasso de vários tipos de planejamento são prováveis. Essas condições são:

1. A inclusão de uma gama completa de partes interessadas;
2. Uma tarefa que é significativa para os participantes e que tem a promessa de ter um impacto em um horizonte de tempo razoável;
3. As regras básicas de comportamento, a definição de agenda e das condições para a tomada de decisões devem ser discutidas e definidas pelos próprios participantes;
4. Um processo que começa com a compreensão mútua dos interesses e evita barganha posicional;
5. Um diálogo onde todos são ouvidos e respeitados, e igualmente capazes de participar;
6. Um processo de auto-organização, sem constrangimento por organizadores em seu tempo ou de conteúdo, e que permite que o status e todas as hipóteses sejam questionadas;
7. Informação acessível e plenamente compartilhada entre os participantes;
8. Um entendimento de que o “consenso” é alcançado quando todos os interesses tiverem sido explorados e cada esforço tiver sido feito para satisfazer essas preocupações.

As influências dos aspectos comunicativos acima apontados – a informação (transparência pública), o consenso, o diálogo entre os atores nas ações públicas e no planejamento urbano – tornam-se aliados ao pensamento e práticas de uma comunidade e, portanto, influenciam suas ações e seu cotidiano. Esses aspectos serão utilizados como um quadro de referência de entendimento e avaliação no processo de planejamento participativo no município de Florianópolis, no capítulo 8 desta pesquisa.

Com os oito apontamentos citados, Innes quer evitar que apenas alguns interesses sejam contemplados. Diversas pessoas devem participar, escolhendo o que é primordial para ser discutido e a maneira de elaborar o processo, através do consenso.

Os participantes debatem os assuntos para resolver o problema de todos, com a mente aberta para chegar à melhor resolução, organizando a melhor forma de se detectarem os problemas e apontar diretrizes/estratégias para o melhor desenvolvimento.

Com isso, essa autora aponta o caminho e define a natureza da realidade enfrentada. Os assuntos são trazidos à mesa e utilizados em suas discussões, a fim de argumentar, persuadir, determinar a natureza do problema, ou para decidir que ação estratégica poderia funcionar para a melhor resolução dos problemas. Para Innes (1996, p. 12, tradução nossa), os aspectos comunicativos atuam como uma lente nos processos que compilam várias ideias, são a base (plano de fundo) que contribui para o sucesso de um planejamento.

Portanto, se o planejamento é entendido como ação comunicativa, o desafio não é apenas articular os aspectos comunicativos (informação, consenso, moderação, diálogo, entendimento mútuo), mas também desenvolver uma concepção dessa racionalidade que proporcione uma postura ética e legítima para os planejadores e atores. Essa busca pelo consenso, de acordo com Souza (2003, p. 150 – grifo no original):

O agir comunicativo, assim, pode colaborar para a realização de mais autonomia, entretanto, conquistar certo grau de autonomia é um pré-requisito para a ação comunicativa. É uma tipologia que exige alto grau de interdisciplinaridade e remete também a um alto grau de participação popular, teoricamente falando; seu comprometimento com a realidade é grande.

O sentido de autonomia é a importância de um indivíduo tomar suas próprias decisões, com base na razão, argumentando o seu ponto de vista. E cabe ao planejador (coordenador) mediar a discussão para chegar ao consenso do que é viável para o todo.

Uma das principais funções dos planejadores na construção do planejamento de um município (que é um papel difícil e importante no processo de planejamento com a participação popular) é identificar e apresentar as informações formalmente, de maneira clara, e responder às questões que surgirem ao longo do processo.

Os planejadores precisam saber lidar com desafios críticos da participação de diferentes pessoas com conceitos e ideais diferentes, e muitas vezes divergentes, e em muitas ocasiões redesenhar o debate quando os participantes não percebem uma perspectiva importante no processo. Sobre esse tipo de processo, Brasil (2008, p. 50) descreve:

O momento de construir o pacto, para elaborar o Projeto de Lei “Plano Diretor Municipal”, é decisivo, porque nesse momento afloram as divergências e os conflitos. Essas divergências e conflitos, se bem trabalhados e negociados em espaços transparentes de decisão, produzirão um novo patamar de relações e propostas viáveis e pactuadas que, portanto, terão maiores chances de serem concretizadas. Afinal, se planejamos segundo a realidade, é de suma importância que todos reconheçamos nossas limitações, para que todo o trabalho feito até aqui não seja levado ao descrédito.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentadas as etapas e as técnicas que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa a fim de atingir os objetivos propostos. Os passos gerais podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

1. Revisão de literatura;
2. Coleta de referências documentais sobre o processo (ofícios, atas, decretos, notícias de jornal, fotografias, comunicados, etc.);
3. Estudo piloto (entrevistas semiestruturadas com participantes do processo de elaboração do PDP de Florianópolis);
4. Análise preliminar do conteúdo das entrevistas;
5. Reestruturação e ajuste das entrevistas;
6. Entrevistas semiestruturadas com participantes do Núcleo Gestor do PDP de Florianópolis e membros da equipe técnica da Prefeitura Municipal;
7. Descrição do processo de elaboração do PDP de Florianópolis: fases e etapas;
8. Análise de conteúdo das entrevistas: categorização e avaliação segundo os requisitos para a obtenção de consenso propostos por Innes (2004);
9. Conclusões e considerações finais.

Num primeiro momento, através de pesquisa bibliográfica, procurou-se saber sobre teorias que estão embutidas no planejamento urbano. Essas teorias são apontadas a fim de obter um embasamento teórico sobre como os aspectos comunicativos de planejamento e participação popular influenciam no planejamento do município.

Além disso, foi feito um levantamento de dados (documentos e fotos) sobre o desenvolvimento do Plano Diretor Participativo (PDP) de Florianópolis, descrevendo como foi o processo no período considerado neste estudo, que vai desde agosto de 2006 até março de 2010, conforme explicado anteriormente. Esse levantamento teve como principais objetivos, por um lado, auxiliar a reconstruir e descrever o processo e suas etapas e, por outro, auxiliar a triangulação dos resultados das entrevistas, ou seja, verificar a confiabilidade das informações adquiridas através desse método em face dos documentos existentes.

Foram entrevistados os atores envolvidos mais ativamente no processo do PDP, incluindo participantes ativos do Núcleo Gestor Municipal e membros da equipe técnica da Prefeitura Municipal, responsáveis pela leitura técnica e/ou pela organização do processo.

As entrevistas semi-estruturadas, segundo Lakatos e Marconi (1996), caracterizam-se por conversas informais orientadas por um roteiro previamente estabelecido. A entrevista mescla perguntas e busca identificar como se deu a participação popular e os aspectos comunicativos que surgiram no processo de elaboração do PDP e como era o contato da sociedade civil com os órgãos mediadores para execução do plano diretor.

Entrevistaram-se 15 participantes do plano diretor do município de Florianópolis. Apesar de não ser um número de entrevistas significativo estatisticamente, foi considerado satisfatório³ uma vez que as informações obtidas eram compatíveis ao observado e é uma pesquisa qualitativa que tem a intenção de entender e averiguar os fatos ocorridos no processo, para assim diagnosticar os aspectos comunicativos de planejamento. Além disso, considerando que o número de integrantes do Núcleo Gestor é 39, a quantidade de entrevistados representa quase 38,5% do total, tendo em vista que dos 39 alguns representam a mesma localidade. É importante ressaltar que houve ainda o cuidado de incluir representantes com afiliações diversas (técnicos da Prefeitura, representantes dos setores sociais e representantes comunitários) para conferir a maior representatividade possível.

A aplicação das entrevistas aconteceu de julho de 2011 até setembro de 2012, divididas entre o estudo piloto, no qual foram entrevistadas 8 pessoas, e a entrevista definitiva, que acrescentou novos entrevistados e refez algumas das entrevistas já realizadas, complementando-as. Alguns entrevistados solicitaram a entrevista por correio eletrônico para saber que aspectos seriam abordados e por isso foi enviada junto com a entrevista uma breve explicação do tema abordado na pesquisa (apêndice A). As entrevistas não citam nomes, apenas foi numerado o entrevistado e apontado o setor da sociedade que ele representava junto ao PDP.

A entrevista com os participantes consta de 26 questões: 1 questão sobre a formação, 2 questões para avaliação da relação com o processo (os vínculos), 1 questão com dados relativos à participação no

³ Kvale (1996, p. 103) argumenta que o número “ideal” de entrevistas é “tantas quantas forem necessárias para descobrir o que você precisa descobrir” e que, em termos práticos, esse número costuma girar em torno de 15±10.

plano diretor (como foi), 1 questão sobre a divulgação do plano e 21 questões em que o indivíduo expôs sua opinião sobre o processo e a elaboração do plano diretor no município.

Isso permitiu conhecer o funcionamento e a evolução do processo do PDP, como foi o andamento e a satisfação ou insatisfação dos participantes, enfatizando sempre a teoria comunicativa apresentada. Portanto, será possível detectar os aspectos comunicativos de planejamentos no PDP e sua influência no processo. A análise das entrevistas produziu dois resultados distintos, porém complementares: o primeiro é uma descrição do processo, contemplando suas principais etapas e atividades desde o início oficial do processo, no dia 1º de agosto de 2006, até a audiência pública do dia 18 de março de 2010, conhecida como a “Revolta do TAC”. Essa descrição buscou estabelecer uma base sólida para poder situar os acontecimentos e proporcionar o entendimento do processo como um todo.

O segundo resultado é a análise de conteúdo propriamente dita, que foi estruturada adotando os princípios propostos por Innes (2004), que foram utilizados como elementos de categorização das entrevistas. Os critérios levantados por Innes em 2004 foram adotados, pois ela faz uma compilação dos estudos feitos na área do planejamento comunicativo e elenca os principais fatores para um planejamento racionalmente comunicativo, traduzindo os princípios de Habermas para o campo mais específico do planejamento urbano. Esses critérios podem ser considerados, atualmente, como aqueles mais utilizados como referência pela literatura sobre o tema do planejamento comunicativo.

Assim, para cada um dos princípios foram elencados os juízos, opiniões e considerações dos entrevistados, o que permitiu organizar suas visões de acordo com o referencial teórico adotado.

5 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS: DESCRIÇÃO DO PROCESSO ATÉ 2010

Com base nos relatos das entrevistas aplicadas, no acompanhamento do processo, em documentos publicados, jornais, blogs e redes sociais, são explicados o processo do PDP em Florianópolis, as etapas e sua evolução.

O município de Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina (figura 2), localiza-se no centro-leste do estado e é banhada pelo Oceano Atlântico. Grande parte de Florianópolis (97,23%) está situada na Ilha de Santa Catarina. Segundo o Censo IBGE do ano de 2010, a população é de 421.240 habitantes.

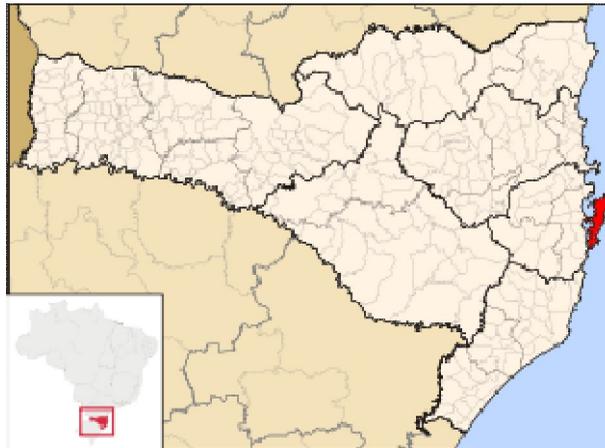


Figura 2 – Localização de Florianópolis no Brasil

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Florian%C3%B3polis>>.

Acesso em: 19 outubro 2011.

5.1 A PREPARAÇÃO PARA O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDP DE FLORIANÓPOLIS

O plano diretor vigente em Florianópolis é do ano de 1997 e em 2005 a população, com base no Estatuto da Cidade (que está em vigor desde 2001), começou a se preocupar com o PD, que não era participativo, e sim elaborado pela equipe técnica dentro da Prefeitura,

procurando valer seus direitos de como fazê-lo participativo. Segundo o entrevistado 3 (representante de movimentos sociais):

Percebemos que não era apenas o nosso local (bairro) que estava com problemas e sim em toda a cidade e o fórum [Fórum da Cidade] que havia sido formado em 2001 já tinha feito eventos, já tinha discutido o Estatuto da cidade [...] Foi aí que percebemos que em 2006 iria acabar o prazo para o prefeito chamar o plano diretor participativo [de cinco anos, segundo o Estatuto da Cidade].

Nesse ano ocorreram ações preliminares ao plano diretor, ações políticas e legais para cobrar o PDP do poder executivo e da Câmara Municipal, para regulamentar a Lei do Estatuto da Cidade e iniciar um processo de discussão democrática sobre o PD.

Segundo a PMF (2012), o processo participativo do plano diretor foi iniciado oficialmente com a realização da 2ª Conferência da Cidade de Florianópolis, que aconteceu nos dias 30 e 31 de julho de 2005. Entretanto, os trabalhos só começaram a acontecer realmente no ano seguinte. Para a realização da conferência foram formados grupos que trabalharam com base em temas sugeridos pelo Ministério das Cidades.

Esse fato despertou a organização da sociedade civil em geral (organizações, movimentos sociais e populares, associações) com chamadas para discussões como, por exemplo, no Fórum da Cidade (figuras 3 a 5). Estavam em debate o Plano Diretor e a Gestão Democrática da Cidade, conferências e outros eventos que tratavam do futuro do município, com o intuito de motivar o governo municipal à elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP), democrático, e assim foi dado início ao processo da elaboração do plano.



Figura 3 – 4 ° Fórum da Cidade (UFSC, 2006)
Fonte: Arquivo NDCampeche.



Figura 4 – 4 ° Fórum da Cidade (UFSC, 2006)
Fonte: Arquivo NDCampeche.



Figura 5 – 4º Fórum da Cidade (UFSC, 2006)
Arquivo NDCampeche.

5.2 LANÇAMENTO DO PROCESSO E CONSTITUIÇÃO DO NUCLEO GESTOR

Em 12 de junho de 2006 através do decreto 4.215/06, o prefeito de Florianópolis inicia o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo. Neste mesmo ano e em 2007, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) começou a se organizar para a criação do trabalho e apresentação do que era esse novo processo de elaboração do plano diretor do município, distribuindo materiais informativos aos cidadãos (anexo B).

A gestão anterior, prefeita Ângela Amin, tentou fazer alguns anos antes, alterações no plano diretor de 1997, com o intuito de adaptar-se ao Estatuto da Cidade, aplicando alguns instrumentos, porém a participação popular não ocorreu.

A gestão de 2004, prefeito Dário Berger, em uma reunião pública no IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), em 06 de julho de 2006 (figura 6), informou a população e mobilizou para a participação popular no planejamento da cidade (figura 7), para cumprir a Lei Estatuto da Cidade. Nessa oportunidade também foi explicado o

processo participativo de planejamento da cidade e houve uma primeira proposta da PMF de composição do NGM.



Figura 6 – Primeira reunião pública em 06/07/06
Fonte: Arquivo NDCampeche.

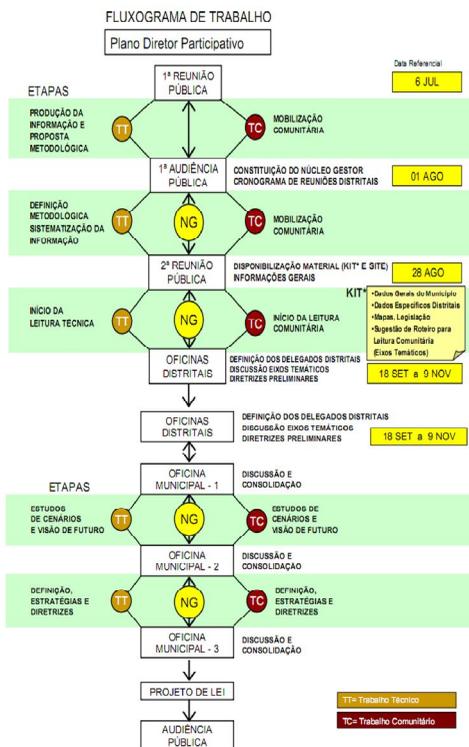


Figura 7 – Fluxograma de trabalho apresentado para o NGM (IPUF, 2006)

Fonte: Arquivo NDCampeche.

Em 1º de agosto de 2006 houve a primeira audiência pública municipal, no Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), na qual foi apresentada à população como seria o Plano diretor Participativo, o cronograma das reuniões distritais (anexo C) e como seria constituído o NGM (figuras 8 e 9).



Figura 8 – Primeira audiência pública municipal (TAC – 01/08/06).
Fonte: Arquivo NDCampeche



Figura 9 – Primeira audiência pública municipal (TAC – 01/08/06).
Fonte: Arquivo NDCampeche.

Nesse momento, houve discordância por parte dos presentes sobre a constituição proposta para o NG que, conforme dito acima, limitava-se a membros do Poder Executivo e da sociedade civil organizada. Representantes dos movimentos sociais propuseram uma adaptação na composição apresentada pela PMF, incluindo representação de base territorial, segundo a qual cada distrito do Município teria um representante no NGM. O setor empresarial também fez uma proposta alternativa de composição, incluindo representante do setor de hotelaria e turismo. A decisão foi a votação, e a proposta dos movimentos sociais foi vitoriosa.

Foi apresentado também nesta APM, como se escolheriam os representantes dos distritos que poderiam interferir na representatividade, a divisão que o município teria em relação ao processo, para que fossem exercidos os trabalhos nos distritos, e por fim foi apresentado os assuntos que seriam discutidos.

A partir disso, houve um longo processo de definição dos representantes distritais. Em cada núcleo e subnúcleo (explicado a seguir) houve uma audiência pública distrital (APD), para que o processo fosse apresentado sucintamente e para que candidatos a representantes pudessem se identificar e defender por que gostariam de representar seu distrito. Em seguida era consensuado ou havia votação para eleger o representante, conforme a situação.

O NGM foi constituído entre agosto e novembro de 2006. Iniciou com 26 membros (proposta PMF) e após a eleição dos representantes distritais passou a contar com 39 membros titulares. Estes, distribuídos em três representações: representantes do governo (10 pessoas), representantes da sociedade e organizações (16 pessoas) e representantes distritais (são 12 núcleos distritais (ND), sendo que o distrito sede está dividido em ilha e continente), totalizando 13 ND (figura 10).

Em dois dos distritos, Centro Ilha e Pântano do sul, houve polêmica quanto à validade da audiência que elegeu o representante. Os candidatos derrotados contestaram o resultado e o processo de definição arrastou-se ainda por vários encontros do NGM. No Pântano do Sul, os moradores escolhiam o grupo com o qual mais se identificavam e participavam do processo (nesse distrito houve duas APDs de aprovação das diretrizes). No Centro Ilha, foi considerado válido o resultado original.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS

NÚCLEO GESTOR

Competência: Emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da lei 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano. (Resolução nº34 de julho de 2005 – Ministério das Cidades / Conselho das Cidades)

Proposta de Composição: 60% Sociedade civil
40% Governo Municipal, Estadual e Federal



Figura 10 – Fluxograma de trabalho apresentado para o NGM (IPUF, 2006)

Fonte: Arquivo NDCampeche.

Este NGM passa a se reunir quinzenalmente para avaliar e obter esclarecimentos sobre o processo do PDP, e todos os apontamentos eram descritos em ata de reunião (anexo D). Os representantes assinavam uma lista de presença (anexo E) para registro e controle da PMF sobre as reuniões do NGM e, na reunião seguinte, tomavam conhecimento do conteúdo da ata, para aprovação de todos (figuras 11 - 13).



Figura 11 – Reunião do Núcleo Gestor de Florianópolis (2006)

Fonte: Renato Saboya.



Figura 12 – Reunião do Núcleo Gestor de Florianópolis (2006)

Fonte: Renato Saboya.



Figura 13 – Reunião do Núcleo Gestor de Florianópolis (2006)
Fonte: Arquivo NDCampeche

Os núcleos distritais são: Sede (ilha e continente), Santo Antonio, Ratonos, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Campeche, Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha (figura 14).

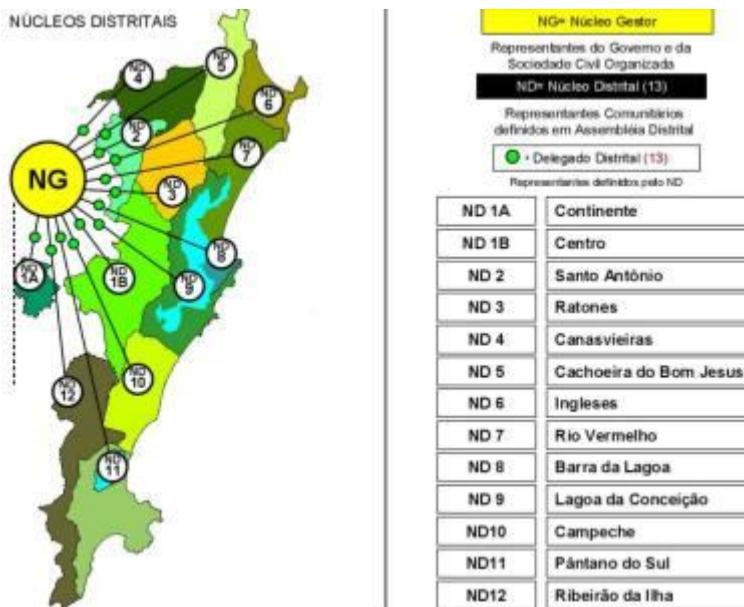


Figura 14– Divisão dos núcleos distritais para o processo do PDP (2010)

Fonte: IpuF.

Como o município e sua população são relativamente grandes, para facilitar o desenvolvimento do processo, dentro do distrito constituem-se subdistritos, como no distrito Sede Ilha, em que há subdistritos ou subnúcleos, que são: Maciço da Costeira, Maciço Central, Itacorubi e Saco Grande. E no distrito Sede Continente há os subdistritos: Jardim Atlântico, Capoeiras, Estreito e Coqueiros. Para facilitar a discussão do processo de 12 núcleos ficaram um total de 18 distritos e subdistritos (figuras 15 e 16) definidos por todos os participantes, sendo que cada distrito abrange mais de um bairro, como no exemplo do subdistrito Saco Grande, que abrange os bairros Saco Grande, João Paulo e Monte Verde.

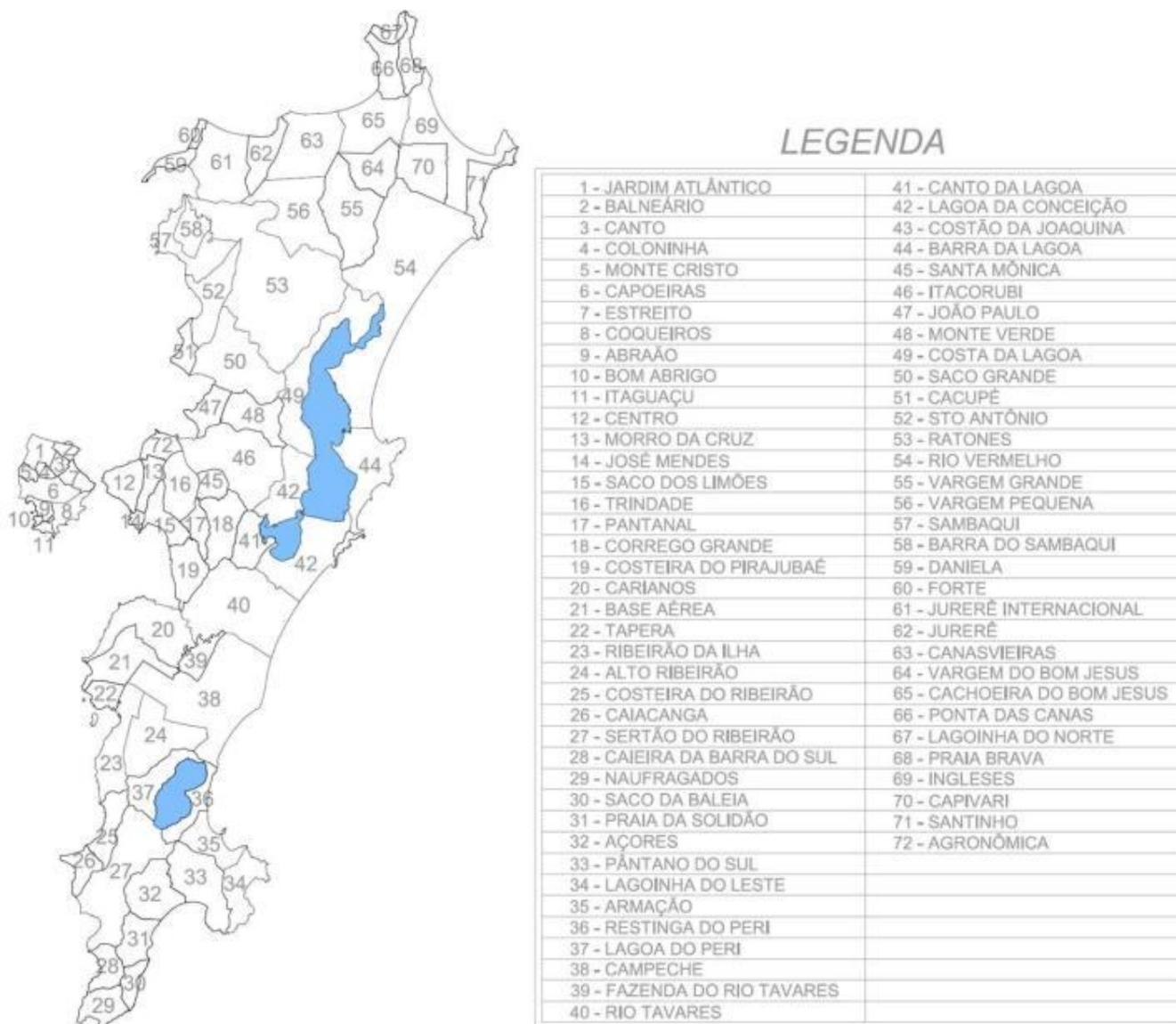


Figura 15 – Divisão dos bairros do município de Florianópolis (2010)

Fonte: IpuF.

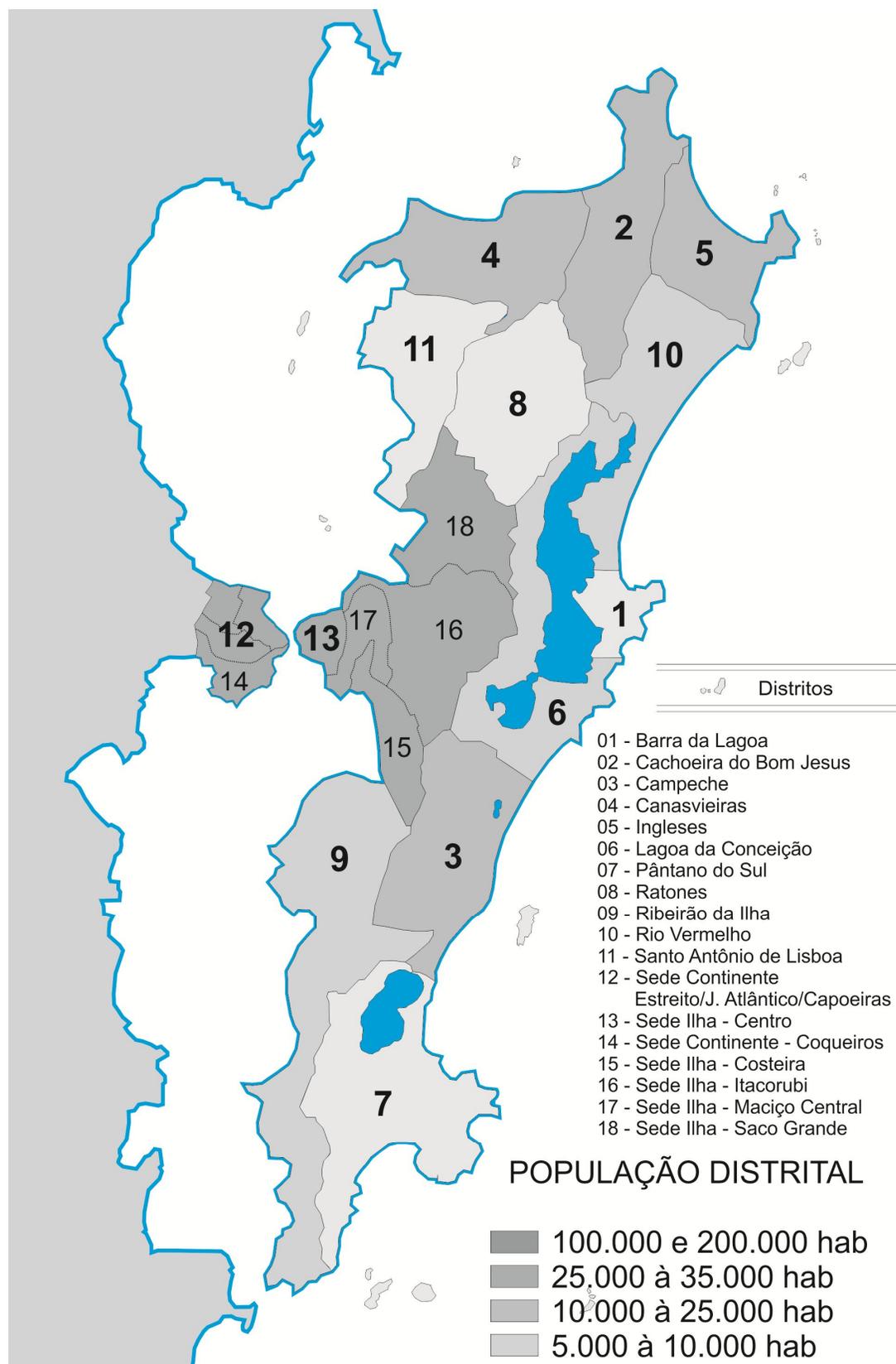


Figura 16 – Mapa da população por distrito com a divisão distrital (2010)
 Fonte: IpuF, adaptado pela autora.

O Núcleo Distrital é um colegiado composto por moradores do distrito (cada distrito tem sua representação), representantes de entidades, associações de bairro e segmentos sociais. A escolha dessa representação foi feita através das audiências públicas distritais (APD) nos próprios distritos, com votação da melhor representação pela comunidade, conforme relatado anteriormente.

O ND tem como função, no âmbito do distrito, o que o NGM faz na esfera municipal: planejar, organizar, mobilizar a população e fomentar a discussão nas leituras comunitárias, propor e aprovar diretrizes de melhoria para o plano diretor nas comunidades, garantindo a transparência pública, a democracia e a participação ativa da sociedade civil, estimulando o planejamento democrático.

Segundo a PMF (2012), foram incorporados ao Núcleo Gestor Municipal um representante de cada distrito do município, somando mais 13 integrantes ao NGM (eram 26 membros), que totalizou 39 membros, eleitos com a finalidade de promover eventos públicos comunitários e institucionais, (fóruns, oficinas e reuniões). Estes representantes eram auxiliados pelos representantes dos subdistritos que também participavam das reuniões do NGM, entretanto sem direito a voz completamente.

5.3 ESTABELECIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO PROCESSO.

Escolhidas as representações, iniciou-se o processo de planejamento. Em um primeiro momento a PMF propôs uma mobilização para a participação por meio de encartes, TV, rádio, jornal impresso, site, cartilha (entregue em 2008, próximo às APDs, não foi utilizada nas leituras – anexo F), busdoor. Foi sugerido um plano de mídia de divulgação do PDP, que não foi executado com eficácia (de acordo com as entrevistas apresentadas na próxima seção) (anexo G), como também havia um roteiro / metodologia para as leituras comunitária e técnica, proposta pelo coordenador do processo, Ivo Sostizzo (anexo H), porém cada distrito elaborou sua própria metodologia (conforme será explicado na seção 6).

Para dar início ao processo, no início de 2007 houve seminários internos para capacitação do NGM (anexo I), auxiliando-o nos trabalhos técnicos e comunitários, para que pudessem realizar as oficinas

distritais, que fariam a leitura da realidade local e proporiem diretrizes e estratégias de crescimento com mais qualidade de vida. Foram tratados os seguintes temas: o que é o Plano Diretor Participativo, como está disposto no município e quais temas compõe o Plano Diretor. Essa capacitação não era aberta às comunidades, muito menos aos representantes dos subdistritos, era restrita aos 39 membros do NGM.

Após o processo de capacitação do núcleo gestor e elaboração de uma linha de trabalhos, apresentação do fluxograma do processo para o NGM (figura 17), iniciou-se a capacitação da população (cada um a sua maneira, algumas ocorreram simultâneas às leituras comunitárias), para a partir daí começar a leitura da cidade, com o seguinte mote: **A cidade que temos e a cidade que queremos.**



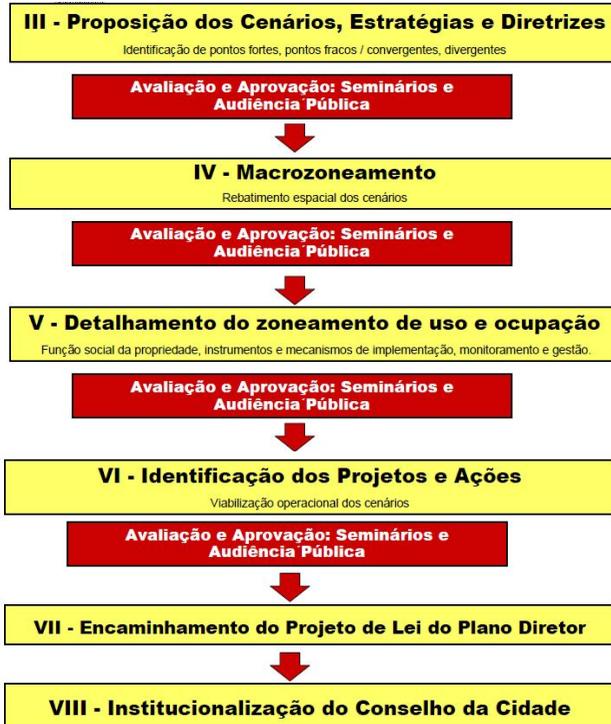


Figura 17 – Fluxograma do processo apresentado pelo IPUF ao NGM (2006). Fonte: IpuF.

Como ficará mais claro adiante, essa proposta de metodologia não foi seguida pela PMF. Cabe destacar, por enquanto, a previsão de audiências públicas para validação de cada etapa principal da elaboração da proposta, que não foram cumpridas.

5.4 CAPACITAÇÃO E LEITURA COMUNITÁRIA

Em um primeiro momento, a PMF tinha a ideia de que todo o processo ocorresse em 2007, até mesmo a audiência municipal, na qual seria discutida a proposta e se consolidaria o projeto de lei, para aprová-lo em audiência pública. Esse documento seria encaminhado para a Câmara Municipal dos Vereadores (CMV) em fevereiro de 2008 (anexo J)mas, até o momento em que o presente trabalho está sendo redigido, o

processo ainda está em andamento (outubro de 2012), totalizando mais de seis anos.

A PMF criou um plano para estimular a mobilização e sensibilização das pessoas a participarem desse processo, mas não concluiu a estratégia. A intenção era que a população tivesse uma capacitação, como ocorreu com o NGM, para que todos entendessem o que o processo abrange e qual a função de um plano diretor.

No entanto, a capacitação da população ocorreu de maneira independente (em alguns distritos a capacitação ocorreu simultaneamente com a leitura comunitária), cada distrito fazendo a seu modo, conforme orientados pelos representantes distritais (figura 18). Assim ocorreu com o método dessas oficinas, que também foi criada por cada distrito. A condução dessas oficinas era feita pelo representante distrital e por pessoas que o auxiliavam, que estavam a par do assunto. Na maioria das vezes havia um representante da PMF (SMDU, IPUF, Habitação e Saneamento ambiental) auxiliando e dando apoio às capacitações/leituras.



Figura 18 – Oficina de leitura comunitária do distrito do Campeche
27/10/2007

Fonte: Arquivo NDCampeche.

No final de 2007 começaram as leituras comunitárias, com oficinas distritais, em que ocorreu a leitura da realidade local para, em sequência, serem propostas as diretrizes e estratégias de crescimento.

Em alguns locais, para que a população entendesse os conteúdos estudados, as pessoas mais envolvidas no processo chamavam algum especialista que se dispusesse a comparecer à reunião, quando o técnico da PMF não podia ir.

A PMF, após intensa pressão por parte dos representantes distritais junto ao NGM, forneceu um local para as bases distritais (conforme disponibilidade de cada distrito), porém essas bases só foram concluídas no segundo semestre de 2007. Esses locais tinham: 1 computador com impressora, material para escritório e 1 estagiário para auxiliar nas leituras e manter a ligação da comunidade com o órgão público (figura 19 e anexo K). A base solicitava materiais e quando recebia assinava um ofício da PMF confirmando o que recebeu (anexo L).



Figura 19 – Foto da base do Núcleo distrital do Campeche (2006)

Fonte: Arquivo NDCampeche.

A proposta do órgão público era disponibilizar materiais (mapas, cartilhas explicativas e outros materiais de apoio) para que essa etapa tivesse um método a ser seguidos por todos os distritos.

Esse material de apoio era: uma cartilha que apresentava o que era PD, mapas temáticos, imagens aéreas, levantamento de dados (econômicos, saneamento, demográficos) e demais materiais que as

bases solicitassem, porém materiais como a cartilha e imagens aéreas foram entregues no decorrer do processo e outros materiais não foram disponibilizados para todas as bases distritais.

Seguindo as etapas 1, 2 e 3 do Ministério das Cidades, o processo começou pelas leituras comunitárias, nas quais os assuntos abordados, denominados blocos temáticos⁴, foram explorados pelos participantes do processo.

Essa exploração foi feita da maneira possível, isto é, da forma como os representantes distritais encontraram para recolher, sistematizar e priorizar o que era considerado pertinente pelos moradores do seu distrito. Como não houve uma proposta metodológica unificada para todos os distritos, cada um definia à sua maneira os procedimentos a serem adotados.

Mesmo quando a leitura comunitária era feita minuciosamente, as pessoas não estavam bem atentas ao que precisaria ser estudado, no que atentar-se em cada tema pesquisado, como avaliar cada temática, o que foi ocasionado pelo pouco tempo de capacitação das comunidades, faltou a fase inicial, explicativa do PD. No documento gerado pela comunidade surgiram diretrizes com âmbito municipal e outras com demandas imediatas como exemplo:

- Consulta à comunidade para definição de horários e itinerários (diretriz do tema Mobilidade e Transporte Público do subnúcleo BHSG);

- O incentivo a atividades de ecoturismo para as áreas de parque, integrando a Ilha do Campeche, hoje ameaçada de privatização, como também de superlotação. Necessidade de uma política de visitação (diretriz do tema Esporte, Cultura e Lazer do ND Campeche).

O objetivo da leitura comunitária consistiu em oportunizar a participação da comunidade por meio de levantamento dos problemas e, a partir daí, a indicação de diretrizes para melhoria de cada região e do município. Essas leituras foram acompanhadas por um técnico enviado pelo órgão público para auxílio e esclarecimentos à comunidade (figuras 20 e 21).

⁴ Segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF), blocos temáticos são os agrupamentos das diretrizes por temáticas, as quais foram ordenadas por temas e agrupadas por similaridade ou complementaridade visando à elaboração de diretrizes sínteses a serem submetidas a audiência pública municipal para apreciação e aprovação.



Figura 20 – Leitura comunitária/capacitação no distrito do Saco Grande, bairro Saco Grande (2007).

Fonte: Arquivo SNBHSC.



Figura 21 – Leitura comunitária/capacitação no distrito do Saco Grande, bairro João Paulo (2007)

Fonte: Arquivo SNBHSC.

Era feita uma breve apresentação dos temas e, após esse momento, a divisão dos grupos temáticos, de acordo com o interesse de cada pessoa (figuras 22 a 24). Cada um desses grupos levantava os problemas existentes no bairro, de acordo com o tema escolhido, e suas possíveis soluções. Os temas analisados: Sistema Viário e Acessibilidade; Transporte Coletivo; Segurança Pública; Saúde; Educação; Saneamento; Gestão Democrática; Trabalho e Renda;

Esporte, Cultura e Lazer; Uso e Ocupação do Solo; Regularização Fundiária/ZEIS; Meio Ambiente.



Figura 22 – Oficina de leitura comunitária (zoneamento) do distrito do Campeche (2007)

Fonte: Arquivo NDCampeche



Figura 23 – Oficina de leitura comunitária (sistema viário) do distrito do Campeche (2007)

Fonte: Arquivo NDCampeche



Figura 24 – Oficina de leitura comunitária (sistema viário) do distrito do Campeche (2007)

Fonte: Arquivo NDCampeche

Nessa fase houve o acompanhamento do órgão público, como dispõe o Ministério das Cidades, em parte das reuniões. No entanto, ficou constatado e consensuado através das entrevistas, que as pessoas que participaram da leitura comunitária não conseguiram entender os conteúdos e seu papel no processo, devido à falta de mobilização, divulgação e metodologia geral no processo.

Toda a leitura comunitária era apresentada em uma assembleia popular (os problemas encontrados e as propostas para solucioná-los), na qual poderiam ser acrescentadas novas propostas. Depois, em audiência pública distrital eram apresentadas apenas as propostas aprovadas na assembleia popular.

Todas essas audiências distritais ocorreram entre o fim do ano de 2007 e o primeiro semestre de 2008. Data e número de participantes relacionados no quadro a seguir (figura 25):

CÓD.	DISTRITO	DATA	N° DE PARTICIPANTES
01	Barra da Lagoa	25/04/08	37
02	Cachoeira do Bom Jesus	25/03/08	99
03	Campeche	13/12/07	133
04	Canasvieiras	24/04/08	252

05	Ingleses	10/03/08	339
06	Lagoa da Conceição	12/05/08	158
07	Pântano do Sul 01	10/04/08	243
	Pântano do Sul 02	12/12/07	136
08	Ratones	15/04/08	101
09	Ribeirão da Ilha	15/05/08	211
10	Rio Vermelho	12/12/07	39
11	Santo Antonio de Lisboa	14/05/08	266
12	Sede Continente	--	--
--	Estreito/Jardim Atlântico/ Capoeiras	22/04/08	76
13	Sede – Ilha Centro	11/06/08	79
14	Sede continente - Coqueiros	01/04/08	192
15	Sede – Ilha Costeira	13/05/08	75
16	Sede – Ilha Itacorubi	29/04/08	206
17	Sede – Ilha Maciço Central	06/05/08	134
18	Sede – Ilha Saco Grande	07/05/08	166
TOTAL	18 APDs realizadas	--	2942

Quadro 2 – Levantamento de participantes por audiência pública distrital
Fonte: IpuF, 2012 (montado pela autora).



Figura 25 – Audiência Pública Campeche (2008)
Fonte: Arquivo NDCampeche.

Os produtos gerados (anexo M), em termos de informação que possa ser comunicada e que mostre o que foi decidido (tanto para quem não participou do processo como para auxiliar nas etapas posteriores, para que a informação não se perdesse), foi um material de 3.240 diretrizes comunitárias.

Após a aprovação das diretrizes das leituras comunitárias foi realizado no dia 3 de julho de 2008 uma audiência municipal no Clube 12 de Agosto para a apresentação das diretrizes distritais, dos segmentos sociais e as diretrizes sínteses, estas últimas obtidas através de sistematização por técnicos da PMF.

5.5 LEITURA TÉCNICA

Após a leitura comunitária, foi desenvolvida a leitura dos técnicos da Prefeitura, denominada leitura técnica. Esta, que ainda é parte da etapa 1 do Ministério da Cidades, foi elaborada com apoio jurídico, baseada na leitura comunitária, a fim de elaborar o projeto de lei do município.

Não há registros que confirmem alguma audiência realizada para divulgar o início das leituras técnicas e muito menos discuti-las ou explicar o que nela seria trabalhado.

A primeira etapa da leitura técnica foi realizada durante o segundo semestre de 2008. O arquiteto Otávio Franco Fortes foi contratado pela PMF para fazer uma compilação das análises técnicas já disponíveis sobre o Município, realizadas de forma independente por técnicos do IPUF e de outros órgãos municipais relacionados à área de planejamento urbano. O resultado desse trabalho foi disponibilizado no site da PMF ainda no ano de 2008, e foi chamado de “leitura integrada da cidade” (anexo N)., com dados como: demografia, zoneamento, uso e ocupação do solo (sem diretrizes comunitárias, apenas dados técnicos). Entretanto, esse material não permaneceu disponível por muito tempo. De acordo com os poucos relatos que se tem desse material, estavam faltando alguns aspectos, conforme relata um *post* de Renato Saboya⁵ (2010):

⁵ O Prof. Renato Saboya, orientador deste trabalho, participou do processo como representante suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil de Santa Catarina (IAB/SC).

Ainda em 2008, uma leitura técnica foi discretamente anunciada. Nenhuma audiência foi realizada para divulgá-la nem para discuti-la. Além disso, ela estava visivelmente incompleta, faltando, por exemplo, o levantamento das áreas de proteção ambiental do Município. O documento foi disponibilizado, mas o site do plano foi retirado do ar e só em final de 2009 voltou a operar. Ainda assim, esse documento da leitura não foi disponibilizado novamente.

Após essas leituras, foi divulgada uma cartilha do plano diretor que apresentava as diretrizes apontadas pela população, separadas por blocos temáticos e com diretrizes sínteses formadas pelos técnicos da PMF com base nas levantadas pela sociedade (anexo O). Este ponto é muito importante no processo e evidencia a participação popular.

A complementação da leitura técnica, entretanto, não foi divulgada no período tratado neste trabalho, apesar dele culminar com a tentativa de apresentação de uma proposta de projeto de lei completa. Portanto, essa tentativa foi feita a despeito de não haverem sido divulgadas e debatidas, por exemplo, as análises ambientais e aquelas relacionadas à mobilidade e aos transportes (o mapa ambiental veio a ser divulgado apenas no início de 2012).

5.6 ROMPIMENTO: DISSOLUÇÃO DO NÚCLEO GESTOR

No início de 2009, houve o rompimento da PMF com o NGM, o que acarretou muitos descontentamentos da sociedade civil, pois o NGM é a principal e mais ativa representação popular neste processo. Quando houve esse rompimento com a participação popular, os representantes das entidades civis e dos distritos alegaram que foi anulada a gestão democrática garantida pelo Estatuto da Cidade.

Na entrevista piloto, os entrevistados da PMF alegam que era inviável o acompanhamento do NGM, pois como o trabalho não estava pronto, era prejudicial que ele fosse apresentado a todo momento para os representantes e por isso deu-se o rompimento. O projeto seria apresentado quando estivesse pronto.

Porém, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), no seu artigo 2º, descreve que a política urbana tem por objetivo ordenar o plano

desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Com este apontamento da lei fica evidente que a participação popular deve ocorrer em todas as fases da elaboração de todos os instrumentos (planos, programas e projetos) de desenvolvimento urbano e rural. O que reforça esse aspecto é a Resolução 25, que expõe no artigo 3º:

O processo de elaboração, implementação e execução do Plano diretor deve ser participativo, nos termos do art. 40, §4º e do artigo 43 do Estatuto da Cidade.

§ 1º A coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da participação assídua do poder público e da sociedade civil, sem interrupções, em todas as etapas do processo, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para a tomada de decisões (Resolução 25/2005 /– Concidades).

Com o rompimento entre órgão público e a sociedade, seguiram-se trabalhos paralelos: o do núcleo gestor autoconvocado (anexo P), com suas atividades de continuidade do plano diretor de Florianópolis. Porém as bases distritais foram retiradas, juntamente com os equipamentos fornecidos pela PMF. O núcleo gestor tentou defender a continuidade dos trabalhos, porém foram impedidos (anexo Q).

Neste momento começaram os trabalhos da fundação CEPA, empresa contratada para executar o macrozoneamento e o microzoneamento, bem como a proposta do projeto de lei (anexo R) da qual eles fariam parte. A contratação pelo órgão público da fundação CEPA/Brasil para auxiliar a equipe técnica, na articulação entre as leituras comunitárias e a leitura técnica (feita pelos funcionários da PMF), excluiu a participação popular – não havia fiscalização social, pois nada se divulgava.

5.7 ELABORAÇÃO DAS MACRO E MICRODIRETRIZES DE PLANEJAMENTO

Em 07 de agosto de 2009, foi contratada pela PMF a Fundação CEPA para fazer a junção das leituras comunitárias e técnicas para elaborar o projeto de Lei que tinha previsão de envio à Câmara dos vereadores em fevereiro de 2010. Conforme comentado acima, esse processo aconteceu a portas fechadas, sem a participação da sociedade e, por esse motivo, foi a etapa que apresentou mais dificuldades para a obtenção de informações que permitissem seu melhor entendimento. Várias dúvidas permanecem, como por exemplo, a metodologia adotada para integrar as leituras técnica e comunitária, os procedimentos utilizados para solucionar eventuais conflitos e a coerência entre as macrodiretrizes do plano e as conclusões da leitura integrada.

O primeiro resultado divulgado foram 33 macrodiretrizes que deveriam conduzir a elaboração do projeto de lei do plano, supostamente oriundas da junção de 3.240 diretrizes da leitura comunitária com as diretrizes da leitura técnica. Estas, entretanto, não foram divulgadas nem discutidas com a população e nem com o NGM, que se encontrava oficialmente desativado.

Ao final de um longo período de trabalho, durante o que praticamente não houve interação com a sociedade, em dezembro de 2009 e início de 2010, foram elaboradas três oficinas de três dias cada uma, com o objetivo de expor a proposta elaborada pela Fundação CEPA.

No entanto, nessas oficinas a população não pôde interferir nas diretrizes; opinavam, mas não modificavam, caso contestadas. Isso vai contra o Estatuto da Cidade, tratava-se apenas de uma apresentação e isso gerou mais conflitos entre PMF e sociedade civil (figura 26 e 27). Os temas apresentados foram:

Modelo espacial do plano diretor – 1 a 3 de dezembro de 2009 – no Hotel Castelmar;

Macrozoneamento (Zonas) – 2 a 4 de fevereiro de 2010 – no Hotel Castelmar;

Microzoneamento (Projeto de Lei) – 2 a 4 de março de 2010 – na Fiesc.



Figura 26 – Oficina de apresentação do macrozoneamento (2010)

Fonte: Renato T. Saboya.



Figura 27 – Oficina de apresentação do macrozoneamento (2010)

Fonte: Renato T. Saboya.

É possível perceber que a data das oficinas estava bastante próxima à data da Audiência Pública Municipal em que a proposta final seria apresentada (a última oficina aconteceu apenas 14 dias antes).

Isso deixa claro que a intenção das oficinas não era de abrir a proposta à possibilidade real de modificações, uma vez que estas demandariam um prazo maior para que os ajustes fossem feitos. Com base no EC, é preciso que as diretrizes para o micro e macro zoneamento seja discutidas e validadas em audiência pública.

5.8 AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Em 18 de março de 2010, houve a audiência pública municipal de exposição do Projeto de Lei do Plano Diretor, desprovida da oportunidade de contestação ou votação, era apenas apresentação. Nesta, ocorreram conflitos provenientes de problemas que surgiram durante grande parte do processo.

A população não considerou que seus levantamentos e suas diretrizes foram contemplados na proposta, especialmente na definição do zoneamento de uso e ocupação do solo, que previa aumento de gabaritos em várias partes da cidade que haviam requisitado explicitamente a manutenção ou mesmo a diminuição dos índices de ocupação. Além disso, os participantes protestaram veementemente por terem sido excluídos do processo na fase de elaboração do projeto de lei. A audiência, afinal, não pôde acontecer, por conta dos protestos das comunidades, que tumultuaram a audiência a ponto de vê-la interrompida e acabaram tomando o palco do teatro Álvaro de Carvalho em forma de protesto ao rumo que o processo havia tomado (figuras 28 a 30).



Figura 28 – Audiência pública para apresentação do projeto de lei do PDP de Florianópolis (2010)
Fonte: Marcelo Cabral.



Figura 29 – Audiência pública para apresentação do projeto de lei do PDP de Florianópolis (2010)
Fonte: Rodrigues Viana.



Figura 30 – Protesto feito pela população na audiência pública para apresentação do projeto de lei do PDP de Florianópolis (2010) Fonte: Rodrigues Viana.

Um artigo de Maurício Frighetto (jornalista do *Diário Catarinense*, o principal jornal da cidade de Florianópolis), em 19 de março de 2010, relata como foi essa audiência pública, que acabou se tornando uma assembleia popular:

O Plano Diretor Participativo de Florianópolis, elaborado pela prefeitura, não passou no teste da audiência pública. Moradores de diversas regiões da cidade ocuparam nesta quinta-feira o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) e impediram a apresentação do documento, protestando com faixas, discursos e narizes de palhaço.

Segundo os manifestantes, a motivação para o protesto é que as propostas das comunidades não foram contempladas no projeto que define as estratégias para a organização e o crescimento da Capital.

Faixas foram distribuídas na entrada e em vários locais do TAC, com frases como "O povo pediu, mas não levou"; "O Campeche não optou pela verticalização"; "O povo não é palhaço"; "Esse plano não é nosso".

No início da audiência, quando o mestre de cerimônias estava falando, começaram as vaias. Quase nada dava para ser escutado. E logo os manifestantes subiram ao palco e tomaram o microfone da mão dele. Houve um pequeno empurra-empurra neste momento.

Após a audiência que não pode ser oficializada, o Ministério Público Federal (MPF) indicou que se recomeçasse o processo, com a seguinte nota (anexo S): “**MPF recomenda o adiamento da entrega do anteprojeto do plano diretor de Florianópolis**”. Faz parte deste pronunciamento:

A recomendação, de autoria da procuradora da República Analúcia Hartmann, faz parte de um inquérito civil do MPF que acompanha o procedimento de elaboração do anteprojeto de lei do plano diretor de Florianópolis e foi encaminhada à Prefeitura após a tentativa frustrada de audiência pública no último dia 18 e diante das manifestações de repúdio de diversas representações comunitárias da capital ao projeto. A procuradora Analúcia recomenda também que seja realizada uma nova convocação do Núcleo

Gestor do Plano Diretor Participativo e que seja retomada a discussão a partir da análise dos documentos gerados pelos Núcleos Gestor e Distritais e da apresentação dos dados técnicos obtidos com a consultoria contratada pela Prefeitura para a elaboração do anteprojeto.

Considerando que há informações sobre o descumprimento das cláusulas do contrato firmado entre a Prefeitura e a consultoria técnica, o MPF requisitou cópia dos trabalhos técnicos apresentados pela empresa ao IPUF, das atas das reuniões e oficinas comunitárias, dos levantamentos socioeconômicos e de suportabilidade ambiental, das análises qualitativas dos documentos dos núcleos, bem como informações sobre as entidades que teriam sido consultadas sobre a pretensão de empreendimentos em Florianópolis (PGR/SC-MPF, 2010).

A intenção de entregar o projeto de lei do plano diretor à Câmara no dia do aniversário da cidade (23 de março, apenas cinco dias após a audiência pública) não ocorreu, enfim, levado a cabo pela PMF, que recuou e iniciou um processo de revisão da proposta, processo esse que se arrasta até os dias atuais.

Segue uma linha do tempo que resume o processo do plano diretor no município de Florianópolis acima brevemente explicitado. Assim como, uma análise das etapas do processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis (quadro 3).

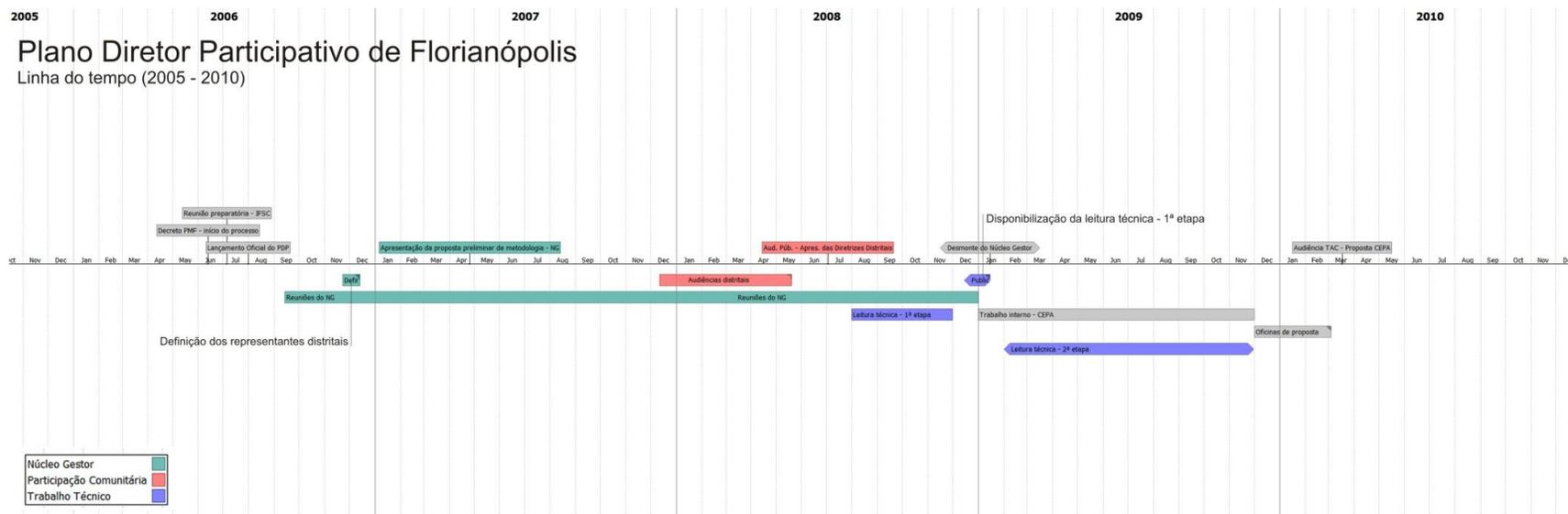


Figura 31 – Linha do tempo do processo do Plano Diretor de Florianópolis até 2010 - 2012. Fonte: Renato Saboya.

ETAPAS	ANÁLISE
Preparação para elaboração	Etapa foi bem desenvolvida, pois para chamar as pessoas a participar do plano diretor participativo, utilizaram os eventos sociais que o município estava trabalhando com a conferência das cidades.
Lançamento e constituição do NG	Etapa bem desenvolvida, onde os participantes de maneira consensuada elaboraram como seria o desenvolvimento do processo e de maneira democrática escolheram os representantes dos distritos.
Estabelecimento, mobilização e preparação do processo	Quanto a esta etapa houve desenvolvimento mediano, poderiam explorar melhor a mobilização, a divulgação em horário nobre, circulação nos jornais impressos e televisionados, distribuição de cartilhas explicativas sobre o PD, enfatizando o início e a importância do processo.
Capacitação e Leitura comunitária	<p>Nesta etapa o andamento do processo foi bastante desnívelado, o NG teve capacitação, porém não foi estendida aos representantes distritais, só alguns puderam participar. Já a capacitação da população uns tiveram e outros não.</p> <p>A leitura comunitária, mesmo sem os mapas básicos para se fazer um diagnóstico do município, gerou um trabalho bastante importante sobre a cidade, onde as pessoas fizeram um diagnóstico dos bairros propuseram diretrizes para o melhor desenvolvimento, porém pela falta de capacitação algumas diretrizes não eram pertinentes a plano diretor. Os mapas temático, como o ambiental, uso e ocupação do solo atualizados, contribuiriam para um levantamento mais pertinente e eficaz do município</p>
Leitura técnica e Contratação Fundação CEPA	<p>A leitura técnica foi dividida em duas etapas. A primeira gerou diretrizes sínteses das levantadas pelos participantes, um trabalho que as pessoas conseguiam visualizar com facilidade como surgiram essas diretrizes sínteses e de que bairro partiu e como se aplicaria no município. Este material foi apresentado em audiência pública e entregue à população para sua análise.</p> <p>Na etapa dois desta leitura foi contratado uma empresa Argentina para compilar as diretrizes das comunidades com a sistematização feita pelos técnicos da PMF, porém esta empresa preferiu trabalhar sem contato com os demais participantes e rompeu com a gestão democrática garantida na Lei Estatuto das Cidades.</p>
Rompimento: Dissolução do NG	Nesta fase se concretizou o fim da gestão democrática do plano diretor que era participativo. A empresa contratada para compilação fez o seu trabalho e em nenhum momentos divulgou o andamento de sua análise ou disponibilizou partes do trabalho realizados. Este fato, acarretou em falta de credibilidade e confiança no

	processo.
Elaboração das macros e Microdiretrizes de planejamento	Neste momento a CEPA ofereceu três oficinas para apresentar o material preparado por eles, porém os participantes não podiam intervir na proposta, era apenas informativo. A ultima oficina, como já relatado, ocorreu muito próxima a audiência pública municipal que apresentaria o projeto de lei, com isso constata-se que os participantes não tiveram tempo hábil para analisar a proposta de lei e isto seria importante para a boa evolução do processo.
Audiência Pública Municipal	Na audiência pública que apresentaria o projeto de Lei do Plano Diretor Municipal foi repleta de manifestações, oriundas da falta de transparência pública na segunda etapa da leitura técnica, pois o processo teve suas preocupações, mas todos conseguiam expor suas ansiedades e discutir a cidade. A contratação da CEPA na foi em si o maior problema, mas sim a forma que eles escolheram trabalhar, “a portas fechadas” .

Quadro 3 – Quadro síntese do Plano Diretor participativos – 2012.
Fonte: Elaborado pelo autor.

6 ASPECTOS COMUNICATIVOS DO PLANEJAMENTO NO PROCESSO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS

Esta seção apresenta os resultados sistematizados das entrevistas realizadas com 15 participantes do processo de elaboração do PD Florianópolis, elaboradas com a intenção de entender como – e se – os aspectos comunicativos exerceram alguma influência na rejeição que a proposta do plano sofreu na audiência pública municipal do dia 18.03.2010.

Por esse motivo, o conteúdo das entrevistas será categorizado de acordo com as condições necessárias para decisões serem consideradas "comunicativamente racionais". Esse conceito foi apropriado e traduzido para o planejamento urbano por autores como Judith Innes (1996, 1998, 2004), John Forester (1980, 1989) e Patsy Healey (2003). Innes (2004, p. 7) explora os estudos relacionados ao planejamento comunicativo, englobando de uma maneira geral todos os estudos levantados por outros autores sobre o tema e chega à lista de requisitos, discutidas na seção 3.

6.1 A INCLUSÃO DE UMA GAMA COMPLETA DE PARTES INTERESSADAS

No decorrer do processo houve significativa participação da população, indivíduos de diferentes segmentos e com pontos de vista diferenciados, principalmente durante a leitura comunitária. Já durante a leitura técnica do órgão público e da empresa contratada (CEPA) para compilar as diretrizes por todos apresentadas (comunidade, movimentos sociais, entidades e instituições), a participação da sociedade civil não foi contemplada, principalmente após o rompimento com o NGM, que representava a população de maneira legal no processo de planejamento do município.

De acordo com a grande maioria das entrevistas, a inclusão de uma gama completa de interessados foi considerada satisfatória na fase inicial, durante a capacitação, oficinas, leitura comunitária, assembleias populares, audiências públicas distritais e municipais, pois o acesso era irrestrito. Confirmando isso, o entrevistado 03 (representante de movimentos sociais) dispõe que:

A leitura comunitária, lembro que teve bastante reuniões e que as pessoas compareciam, falavam. Ocorreu um processo participativo, do ponto de vista da participação, é bom porque geralmente as pessoas não têm o hábito de vir debater nada, nem a cidade, não existe a cultura da participação. [...] Eu me lembro de audiências públicas bem cheias, que mobilizou bastante as pessoas.

O entrevistado 15 confirma a participação ativa nas leituras comunitárias da população, dizendo:

[A participação popular foi intensa na leitura comunitária] não diria apenas [na leitura comunitária], mas com mais ênfase. Depois ficou meio que num limbo, até que o Ministério Público entrou pra valer e retomaram os trabalhos, a passo de tartaruga.

Porém, o entrevistado 08 (representante prefeitura) discorda do 03 e do 15, relatando que:

“Não vi grandes participações das pessoas, pelo menos nas reuniões que fui [quatro ou cinco oficinas] e acho que isso deva ter se estendido para o restante dos distritos, é uma coisa que me chama atenção”.

Mas, o entrevistado 07 (representante prefeitura) concorda com o entrevistado 03 (representante movimentos sociais), dispendo: “Eu creio que sim, foi bem interessante, pois foi a primeira tentativa de planejamento aberto a participação popular, foi uma participação expressiva”. Da mesma forma, o entrevistado 13 (representante da comunidade) confirma dizendo:

Nunca houve um processo tão significativo em Florianópolis, onde as pessoas se preocuparam em planejar a cidade, e se disponibilizaram em ir às reuniões sem ganhar nada em troca, tinham a confiança que era um processo novo e importante.

O entrevistado 11 (representante prefeitura) concorda:

Esse processo foi rico porque ele de fato tomou conta de todas as bases do território, tinha uma representação social que não havia diferença de quem poderia falar, seja um pescador ou um professor universitário ou um simples cidadão.

Nenhum dos entrevistados relatou qualquer problema de restrição à participação na etapa de leitura comunitária. Pelo contrário, foi consenso que todos aqueles que tiveram vontade e disponibilidade de

participar puderam exercer esse direito, sem imposição de limites. Essa liberdade de expressar-se e participar estendeu-se também, pelo que foi possível apurar a partir das entrevistas, ao conteúdo do que era dito e ao tempo disponível para as falas.

Por outro lado, em todas as entrevistas realizadas para compreender como evoluiu o processo foi levantado um ponto de insatisfação devido ao rompimento com o NGM, como também, na maioria, uma insatisfação referente à contratação de uma empresa externa (de outro país), denominada Fundação CEPA. O entrevistado 07 (representante prefeitura) relata:

É muito importante definir em qual etapa do planejamento há necessidade da participação popular, pois se dá em instâncias diferentes e em épocas diferentes. Na leitura, a participação foi muito intensa como deveria ser. Na leitura técnica a participação popular não deveria ser intensa e não foi, houve um problema de ruptura com o NGM [2009], que era para ter acompanhamento pelo menos do NG e em um terceiro momento o NG foi restituído [2011] e volta a fiscalizar.

Neste relato ele confirma que a ruptura com o NGM foi um problema, mas o que diz sobre a participação popular, que é uma visão até do governante do município, está em contradição com o que o ministério das Cidades dispõe sobre a participação popular na elaboração do plano diretor, exposto na subseção 2.3. O Entrevistado 06 (representante UFSC) confirma esse fato dizendo:

Ele [o prefeito] suspendeu o núcleo gestor, e as reuniões do núcleo gestor, disse que até aquele momento foi participativo, que agora caberia a um grupo técnico especializado analisar aquelas diretrizes, para fazer uma proposta de anteprojeto [Projeto de Lei do Plano Diretor].

O núcleo gestor ficou suspenso pela PMF, mas as reuniões continuaram de forma autoconvocada na UFSC, conforme já mencionado.

Então esta gama completa foi até o rompimento do órgão público com a sociedade civil e seu principal representante, o NGM em 2009, fato considerado um dos principais geradores de conflito na audiência pública municipal de março de 2010. O entrevistado 02 (representante prefeitura) dispõe:

Na verdade aquela manifestação aconteceu em função da ruptura de processo. O processo vinha

sendo acompanhado por eles e de repente o governo decidiu romper. E aconteceu o que aconteceu [manifestação para impedir a audiência que validaria o projeto de lei do plano diretor]. Porque foi feito um trabalho que ninguém mais acompanhou, era um trabalho indo para uma audiência pública sem [a população] saber o que era. Não teve mais um acompanhamento do núcleo gestor, principalmente deles.

Assim, outro consenso entre os entrevistados foi o rompimento da participação e dos canais de acesso ao Poder Público, ardividos da desmontagem do NGM no início de 2009. Apesar de alguns poucos entrevistados entenderem que esse caminho não estava necessariamente errado, mesmo eles reconhecem que a ruptura aconteceu. O entrevistado 10 (representante comunitário) aponta um ponto importante: “houve sim a participação popular, mas na hora que pudemos ver as diretrizes deles e comparar com as nossas diretrizes, elas não conversam, eles continuam com essas novas nomenclaturas”.

E o entrevistado 03 (representante de movimentos sociais) afirma o que ouvia do órgão público:

O Dario [prefeito da época] sempre respondeu que o núcleo gestor não iria mais se reunir, o papel da participação popular era aquele [até leitura comunitária], só voltou mesmo por pressão do ministério público. [...] Quando a CEPA foi contratada fizemos uma liminar para impedir [o projeto da CEPA] e quando esta fez a 1ª audiência pública, também fizemos uma liminar, pois ela não tinha esse direito e todos [os pedidos] foram negados.

A partir desse ponto, obter acesso às instâncias deliberativas do plano tornou-se muito mais difícil que anteriormente. Era praticamente impossível para um líder comunitário, por exemplo, conseguir ter acesso aos técnicos responsáveis pela elaboração do plano, bem como influenciar de alguma forma na maneira como o processo estava sendo encaminhado.

6.2 UMA TAREFA QUE É SIGNIFICATIVA PARA OS PARTICIPANTES E QUE TEM A PROMESSA DE TER UM IMPACTO EM TEMPO OPORTUNO

No início dos trabalhos os participantes estavam confiantes que o processo iria ser produtivo, que era um momento importante para o crescimento do município, uma mudança crucial nas políticas urbanas e públicas.

Os participantes confiavam que o plano diretor seria participativo, que todos seriam ouvidos e chegariam a um consenso sobre o que seria melhor para o local, para assim propor o projeto de lei. Isto porque, o processo iniciou em 2006 e tinha prazo de término em 2008 (como já relatado) e na fase inicial a população participou assiduamente. Quando passou para a fase de leitura técnica o processo começou a tomar outro rumo e o que a população esperava, que era o retorno das diretrizes comunitárias e técnicas, para avaliação da comunidade, não ocorreu. Com relação a este fato o entrevistado 01 (representante da comunidade) relata:

O entendimento que tínhamos é que foi feito a leitura comunitária, que iria ser apresentado em audiência pública e os técnicos as sistematizariam. Faríamos o confronto das diretrizes e seriam catalogada, depois a leitura técnica voltava pra nós. Os participantes faríamos uma sequência de reunião novamente, para ver se era aquilo ou se deveria mudar, e esta etapa nunca aconteceu. Aguardamos esse retorno, mas não houve retorno.

E, conforme o tempo passou e a evolução do processo foi devagar, por fim ainda houve o rompimento da PMF com o NGM e as pessoas não viram suas diretrizes contempladas no projeto de Lei, as pessoas foram se perdendo, apresentando seus descontentamentos com o processo, perdendo a confiança no órgão público e na direção que o PDP estava tomando. O entrevistado 05 (representante comunitário) relata:

Estávamos naquela expectativa que iria até a reta final, não iria ter uma interrupção e chegou em um certo momento o presidente do IPUF mandou uma carta pedindo a devolução de todos os equipamentos. Estes, eram uma mesa de computador, algumas cadeiras, uma impressora, um computador, materiais para o escritório, um

telefone celular e o regimento. Os representantes diziam que tínhamos que permanecer com o material até o fim do plano diretor e que não terminou, mas eu sei que no final todo mundo entregou o material, claro, sob protestos. Nesta paralisação, o que nos aborreceu é ele [ex-presidente do IPUF que era o Sr. Átila Rocha dos Santos] dizer: agora a contribuição de vocês a gente agradece, vocês fizeram a parte de vocês agora é conosco, agora a parte técnica vai fazer o plano diretor.

Com isso, percebe-se que inicialmente todos acreditavam que seus esforços seriam válidos e contribuiriam para o crescimento da cidade. Como também, acreditavam que o processo não teria interrupção e em breve a ansiedade da população seria amenizada pela aprovação de um plano diretor que representasse seus anseios de um Plano diretor. O entrevistado 12 (representante de movimentos sociais) fala de uma forma geral sobre este aspecto, confirmando o que o entrevistado 05 relatou:

E naquela época o dirigente do NG que era representante da prefeitura o Dr. Ildo Rosa, era uma pessoa muito comprometida, conhecedora dos problemas da cidade, delegado da polícia federal e levou com muita seriedade o processo [...] passou confiança e conseguia entender esse anseio, essa necessidade que reivindicávamos, ele mora e vive a cidade, tinha essa visão e como ele tinha maior acesso ao prefeito na época, ele conseguiu muitas vezes fazer intervenções para viabilizar aquele suporte [suporte técnico que auxiliou no levantamento dos diagnósticos, nas leituras comunitárias]. [...] Muito legal [a fase inicial], seria muito legal se não tivesse interrompido.

Portanto, todos os esforços envidados pelos participantes em cada um dos distritos tiveram sua significância comprometida por conta dos rumos que o processo tomou. A população esperava ver esse esforço não apenas reconhecido em seus aspectos quantitativos, mas principalmente levado em profunda consideração nas etapas subsequentes. Como manter a motivação de pessoas que sacrificam suas horas de descanso e lazer construindo um corpo de contribuições ao processo apenas para depois verem esses esforços negligenciados?

Esse descontentamento com os rumos do processo que foi apresentado na seção 5, fica claro no diagrama cronológico ilustrativo elaborado pelo distrito do Pântano do sul (anexo T), bem como na sátira feita pela população sobre o desenvolvimento do PDP em Florianópolis (Figura 32).



Figura 32 – Montagem protestando e demonstrando a evolução de 2005 a 2010 do plano diretor de Florianópolis – 2010. Fonte: Arquivo ND Pântano do sul.

A demora de ver um resultado palpável do projeto de Lei é um fator importante que contribui para explicar a insatisfação dos participantes do processo que é o que esta montagem acima apresenta.

Mais um ponto que fez com que as pessoas ficassem insatisfeitas foi a falta de *feedback*, não obtiveram o retorno da PMF sobre suas leituras compiladas com as dos técnicos. Quando ocorreram as oficinas de apresentação da CEPA, que demonstrou a compilação das diretrizes técnicas e comunitárias, já estava próximo a audiência pública para validação do projeto de lei, que seria enviado a câmara dos vereadores para gerar a lei. Estas oficinas terminaram dia 4 de março e a APM foi dia 18 de março de 2010, além disso, as oficinas eram informativas e as considerações dos participantes não alterariam a proposta.

Houve distritos que elaboraram boletins informativos para apresentar o que ocorreu durante o período de 2006 a 2010 no processo de planejamento do município, o plano diretor “participativo” (figura 33), demonstrando sua ideia sobre o processo.

BOLETIM 10 – JULHO DE 2010

EXTRA

versão impressa

NÚCLEO GESTOR DISTRITAL DO PÂNTANO DO SUL

- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS -



VEJA NESTA EDIÇÃO ESPECIAL DEDICADA AOS QUATRO ANOS DO PDP:

Brincando com a Natureza - pág. 2 PACquimetro, Casômetro e Driblômetro - pág. 3

A Linha do Tempo e Os Dribles de Dario - pág. 4

ENCARTE ESPECIAL: entrevista e "A Fórmula do Sucesso"



Nosso ND participa rotineiramente de eventos promovidos em toda a cidade.

Além de discursos que refletem as decisões do ND, nossas faixas e pirulitos, esquetes teatrais, manifestações de arte - protesto e distribuição de textos são a marca de nossa presença que dá cor à palidez desse momento. Diante do marasmo e da fraude produzidos pela "expertise" da Prefeitura Municipal de Florianópolis em driblar a lei e a pressão ao pular, conseguimos com ousadia, teimosia e resis

tência defender o produto do processo democrático mais intenso e elaborado vivido na cidade. Esta Edição Especial - B10, ilustrada com a montagem de imagens ao lado, retrata a rica experiência vivida neste árduo processo do PDP e é, ao mesmo tempo,

uma homenagem a todos que participaram ou que ainda participam, da forma que for, do processo de construção do PDP em nosso distrito e cidade. O tempo doado, as idéias, opiniões, energia, paciência, disponibilidade, poder de fogo, bom humor, apoio financeiro, apoio moral mão de obra e talento. Gente que acredita na participação democrática e que colocou a mão na massa, que acreditou no PDP e que de pois sofreu o golpe ao ver seu trabalho ser descartado pela atitude da PMF ao interromper os trabalhos. Detalhe, nossos ideais não tem dono. O trabalho não foi em vão. Hoje sabemos com quem podemos contar de verdade, não há mais máscaras, e apesar de pisoteado, o movimento continua, agora com mais propriedade e qualidade. E todos somos responsáveis por isso. Foi graças ao trabalho coletivo durante essa intensa trajetória que o nosso ND CONTINUA até conquistarmos, finalmente, um novo Plano Diretor para nossa cidade! Visite os links abaixo para conhecer um pouco de nossas participações em ações pela cidade.

Kikokó- O Marketing do Saneamento
<http://www.sulboard.com.br/portal/?c=noticias.noticia&cod=120>.
Destru-Ação do Emissário
<http://www.youtube.com/watch?v=38d0iBCXIWY&feature=related>
Bocelli agradece Flórida
http://www.youtube.com/watch?v=kaZtKSPk00&feature=player_embedded

contato: pdp@floripaweb.net visite nosso site: pdp.floripaweb.net



Figura 33 – Boletim que resume os primeiros quatro anos do processo de elaboração do plano diretor de Florianópolis – 2010. Fonte: Arquivo ND Pântano do sul.

Outro aspecto, diretamente relacionado a este primeiro, foram as reuniões do NG, consideradas improdutivas por muitos membros. Uma queixa recorrente diz respeito à metodologia geral para a elaboração do plano, que deixava de ser discutida nessas reuniões para dar lugar a discussões sobre temas que não eram relevantes para o momento e/ou para aquele âmbito de deliberações. O entrevistado 08 (representante da prefeitura) relata que:

Vamos definir “eficaz” [as reuniões do NGM], entre 1 e 10, eu diria que 1. Na melhor das hipóteses, em uma boa reunião, nota 2. Numa boa média, nota, 1, pra eficácia das reuniões. [...] Quase nada o Núcleo Gestor em si, participou ou colaborou nas reuniões, ele pode ter colaborado na mobilização comunitária. Mas, como fiscalizador, que eu acho que era a função do núcleo gestor, fiscalizador do processo participativo, ou de garantir que o processo seja participativo, não. [...] Em várias ocasiões, o que se viu foi o núcleo gestor as vezes, se fazendo de um conselho de cidade, que não existia, fazendo as vezes de algum órgão satélite da prefeitura, a coisa mais esquisita ainda, fazendo-se as vezes de um órgão policialesco da administração, de um órgão de auditoria da administração, também inexistente, ou seja, a maior parte das vezes, núcleo gestor, não se apresentou como um grupo de pessoas encarregado de verificar se a prefeitura estava produzindo um plano diretor com participação popular.

E o entrevistado 14 (representante empresarial) confirma este relato dizendo:

As reuniões do NG não foram tão produtivas porque o núcleo ficou politicado, com interesses partidários, de vontades partidárias, falta de visão coletiva, uma das culpas de esse projeto não ter saído é do NG sim. [...] Não eram reuniões produtivas, existiam discórdia de poder, de posição, não era tratado sobre o tema e oferecia uma postura, era um jogo de vaidades, de “achismo”, ou seja, dentro de um assunto, todo mundo falava e não se chegava a conclusão nenhuma, era improdutivo, porque não estava baseado em cima de fatos reais. Na condução do processo se deu liberdade demais e se perdeu. Os

grandes responsáveis pela articulação do PD, eram os distritais, a nós coube a organização de toda a comunidade, que fazíamos que elas pensassem juntos, planejasse o distrito, esses trabalhavam e os demais compareciam com pouca responsabilidade comunitária, não tinham que repassar, explicar os fatos para a população.

Nessa mesma linha, o entrevistado 09 (representante de entidades de classe) destaca:

Desde o começo, se nós formos falar em criação de consenso, o campo não era propício para isso. As pessoas não conheciam todos os interesses que cada um tem por trás (interesses políticos, eleitorais, comerciais, econômicos, tudo que era tipo de interesse). [...] Mostrou desde o começo que as pessoas eram muito complicadas de se trabalhar. Já não bastava a complexidade de tratar o território, que seria muito grande, a falta de experiência, ter que enfrentar um processo novo, com pessoas que criam bastante problemas, mas provavelmente conscientemente tentam monopolizar a atenção, fazer daquilo um palco para se promover.

O mesmo entrevistado relata que as tentativas de chegar a um consenso sobre a metodologia, que devem envolver negociação, aprendizados, ajustes, são todas fracassadas, não chegando a nenhum documento que explicita e documente os papéis dos atores, a metodologia a ser utilizada, etc.

O entrevistado 13 relata que “houve representante que não gostava de outro representante, e estas questões atrapalhavam as reuniões do NGM”. Também apontado pelo entrevistado 03 (representante de movimentos sociais): “No núcleo gestor teve problema de um não aceitar o outro como representante e isso fez perder bastante tempo”. Esse entrevistado ainda diz que:

Outra questão ruim é que no núcleo gestor, em 2008, não se encaminhava as deliberações aprovadas nos núcleos [bases distritais], já não tinha mais aquela vontade inicial do início do processo. Nós aprovamos o defeso [solicitação para amenizar o crescimento enquanto se planejava a cidade] e o IPUF não encaminhou esta solicitação.

E o entrevistado 04 (representante da comunidade) acrescenta: “Houve participantes que queriam resolver seus problemas pessoais e não os da cidade como um todo”.

Isso atesta a existência de problemas com relação às tarefas desempenhadas pelos participantes durante os eventos. Muitas delas eram consideradas inúteis ou, no mínimo, não pertinentes ao âmbito no qual elas aconteciam. Cabe notar, entretanto, que na leitura comunitária, conforme relatado no item anterior, essa tarefa significativa parece ter emergido naturalmente a partir da própria comunidade. Ainda que não houvesse metodologia previamente definida, a “tarefa” de levantar problemas e apontar possíveis soluções, mesmo desordenadamente, era considerada altamente significativa pelos participantes.

Isso demonstra também que os participantes acreditavam que sua dedicação a essa tarefa traria resultados concretos para o Município e suas comunidades, apesar de todos os problemas e decepções já enfrentados anteriormente com relação à possibilidade de efetivamente participar das decisões sobre os rumos da cidade.

6.3 OS PARTICIPANTES DEFINEM SUAS PRÓPRIAS REGRAS BÁSICAS DE COMPORTAMENTO, SUA AGENDA, TOMADA DE DECISÕES E OUTROS ASPECTOS;

A falta de uma metodologia geral com um nível adequado de detalhamento foi considerada prejudicial por muitos participantes. O método de trabalho de cada distrito era definido em conjunto pelos representantes e aqueles que os auxiliavam no processo, porém como cada distrito elaborou seu método, não tinha uma metodologia única a ser seguida, o que acarretou em muitos descontentamentos com o processo, uns avançaram no processo e outros pouco avançaram. Este fato é confirmado pelo entrevistado 06 (representante entidades acadêmicas), que relata:

As leituras de modo geral, elas tiveram vários problemas, foi muito diferenciado [de um distrito para o outro], desde o Campeche mais organizado, o Pântano do Sul e até os piores organizados, que é a parte do centro da cidade, não participaram de nenhuma reunião, só a prefeitura fez uma audiência. Como também, o Estreito, o continente também houve problema de organização, então foi um processo muito desnivelado.

Entretanto, isso parece incomodar menos, já que muitos distritos que tiveram que elaborar suas próprias metodologias não citaram isso como o principal problema. Nesse sentido, parece que a nível local uma metodologia centralizada ou imposta pela PMF não fez falta; mas no momento de integrar todas as diretrizes e formar uma proposta para a cidade, sim, tornou o processo desigual. O NG gostaria de poder participar das discussões sobre como fazer isso, e não pôde. Nesse sentido o entrevistado 13 (representante comunitário) relata que:

Nós criamos nossa metodologia, utilizando-se da experiência que tínhamos com outros planos diretores e por isso conseguimos avançar bastante na leitura comunitária. Cada distrito montou sua estratégia em função dos recursos humanos que tinha disponível. Os distritos que conseguiram agregar colaboradores locais que tinham conhecimentos na área de geografia, arquitetura, engenharia, gestão, e organização comunitária, dentre outros voluntários, conseguiram avançar nos trabalhos de mobilização e leitura comunitária produzindo materiais consistentes, chegando alguns a elaborar mapas macro e microzoneamento, em outros distritos o trabalho ficou bem aquém do esperado em função da falta de estrutura e de acompanhamento técnico. A falta de uma padronização metodológica por parte da PMF prejudicou principalmente no momento da sistematização da leitura comunitária, pois os técnicos receberam diferentes tipos de materiais e foi difícil organizar e compilar as informações desta forma. Antes mesmo do início das leituras comunitárias, foi alertado à Jeanine [Representante suplente do IPUF] que falta de uma metodologia padrão seria prejudicial ao desenvolvimento dos trabalhos do PDP, porém quiseram dar continuidade desta forma.

Em relação a este aspecto o entrevistado 11 (representante da prefeitura) dispõe;

Em 2007 as bases distritais estavam instaladas o que auxiliou as leituras comunitárias. Porém, o processo de discussão não teve uma coordenação central forte, porque não foi dado ao cada núcleo distrital o tema que deveria ser discutido, os prazos que deveriam dar conta ou então o produto

que deveria ser obtido, então o processo se deu livre, solto e amplo.

O entrevistado 3 (representante de movimento sociais) comenta que no seu distrito a metodologia foi elaborada “através de tentativas e erros” e isto pode ter colaborado para a apresentação das diretrizes de maneira desigual, como apontado pelo entrevistado 13. Da mesma forma, o entrevistado 08 relata que:

Se foi criada alguma metodologia ela foi olímpicamente ignorada pelos membros do núcleo gestor. Porque, desde a instalação do núcleo gestor ou pelo menos que estou acompanhando a implantação e elaboração do plano, o que eu tenho percebido por parte da prefeitura é uma total e quase completa ingerência, ou seja, deixa como está pra ver como é que fica.

O entrevistado 05 (representante comunitário) confirma dizendo:

Primeiro o núcleo gestor ensaiou, ensaiou, mas não conseguiu tirar uma metodologia. Então, cada distrito desse trabalhou de um modo ou de outro, todos eles acabaram no ano concretizando o trabalho, uns com melhor qualidade no produto final, e outros com menor qualidade.

Os participantes definiam o que e como iriam discutir os temas apontados pelo Ministério das Cidades e acordados pela PMF, como iriam fazer a divulgação do processo (Figuras 34 e 35) e como seria feita a leitura local, isto até o rompimento em 2009. O entrevistado 15 (representante comunitário) fala da importância deste tópico relatando:

Essa é uma condição para haver o Núcleo Gestor e tem sido respeitada em parte, pois não há infraestrutura suficiente para atender a demanda de atividades inerentes ao processo participativo. O Governo Municipal não atende aos requisitos necessários para um trabalho de qualidade.

Já sobre a divulgação do processo o entrevistado 01 (representante comunitário) aponta:

As divulgações das reuniões eram feitas por faixas que nós tínhamos que estar colocando, panfletos que nós que tínhamos que produzir. É, era preciso produzir os textos... Tínhamos um modelo e nós solicitamos tantas cópias, como uma vez que foi enviado errado, não foi o anexo, e eles [organizadores do PDP] reponderam que nós tínhamos que produzir o texto e havia sido

produzido, só que esquecemos de mandar o anexo. Retornaram [PMF] o email dizendo que o texto era de nossa responsabilidade, assim como criar o panfleto. Nós tínhamos feito, escrevíamos, tirávamos cópia, tudo era feito pelos representantes, assim, cada um fazia a sua parte, da sua maneira.

Segue modelo de cartazes e panfletos criados por movimentos e representantes participantes no PDP de Florianópolis para divulgar o processo.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**“Consolidação das diretrizes
comunitárias
da Planície do Campeche
para o
Plano Diretor Participativo
de Florianópolis”**



**13 DE DEZEMBRO, QUINTA-FEIRA, ÀS 19H
NO CLUBE CATALINA**

NÚCLEO DISTRITAL DA PLANÍCIE DO CAMPECHE

Figura 34 – Modelo de folder para mobilizar a população a participar do PDP, distrito do Campeche – 2007. Fonte: Arquivo NDCampeche

A CIDADE DE AMANHÃ É A LUTA DE HOJE!



**INTEGRE-SE AO COMITÊ INTER-UNIVERSITÁRIO
POR UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E**

P O P U L A R !

PRÓXIMA REUNIÃO:

Figura 35 – Modelo de folder para mobilizar a população a participar do PDP, 2007. Fonte: Arquivo COMINTER.

A divulgação do processo foi apontada por muitos como necessitando de uma atenção maior, uma divulgação mais ampla. Como apontado pelo entrevistado 12 (representante de movimentos sociais):

A divulgação foi com caminhão de som e faixas na cidade. Mas, queríamos que fosse no horário nobre, fizesse uma inserção quando a dona de casa chega do trabalho e ta fazendo janta. [...] A estrutura que a prefeitura fornecia não era conseguida facilmente, vocês precisam então pega, era um jogo de braço, processo de reivindicação e luta, convencimento de que era necessário para haver a participação popular.

Após o rompimento da PMF com a população o critério de compilação das diretrizes e o material que seria apresentado para o

projeto de lei foi elaborado por uma empresa externa, fundação CEPA, como já citado. Neste sentido o entrevistado 08 (representante prefeitura) relata que:

Não foi porque a prefeitura não me dispôs, dispôs o material, a leitura técnica aconteceu. Quando a leitura técnica começou a acontecer, começou a acontecer a proposta, uma empresa foi contratada para fazer isso, que foi a CEPA, que aliás o grande erro nesse processo todo, talvez se não o maior de todos, foi justamente a contratação de uma empresa externa para fazer isso, não que a CEPA não tivesse competência, não é isso, mas foi a prefeitura ter colocado de lado um órgão da instituição, que foi criado, e é até hoje, destinado e especificamente ao planejamento urbano. A prefeitura tinha e tem, um órgão encarregado do planejamento técnico, técnicos pagos para isso, formados para isso, até que provem o contrário, com a habilidade suficiente para manejar o processo de planejamento, com muito conhecimento, em processo de planejamento da cidade, especificamente dessa cidade.

A experiência referida é de ter um órgão que foi criado em 1977 especialmente para planejar o município, mas não tem experiência em planejamento com a participação popular, visto que é a primeira vez que ocorre com Florianópolis. E isso impulsionou em descontentamentos quando o processo participativo se rompeu e as diretrizes técnicas não foram encaminhadas a sociedade. Com isso, o entrevistado 06 (representante entidades acadêmicas) reforça dizendo:

De todo processo, essa foi a discussão, a polêmica sempre. A prefeitura meio que atropelava, não dava infraestrutura adequada para isso, no processo as diretrizes deveriam ser discutidas amplamente nas leituras, os resultados deveriam voltar as comunidades local.[...] Mesmo que fosse uma empresa, ninguém questionava se a empresa deveria vir ou não. A CEPA deveria retornar isso [a análise das diretrizes] para as comunidades debater, fazer uma triagem, esse processo de *feedback*, de ida e volta, participativo não ocorreu.

6.4 UM PROCESSO QUE COMEÇA COM A COMPREENSÃO MÚTUA DOS INTERESSES E EVITA BARGANHA POSICIONAL;

Este ponto foi bastante citado, a compreensão do que era discutido no processo não estava bem clara e isto acarretou em muitas contradições, divergências, erros de apontamentos nas oficinas e quando a leitura técnica começou eles perceberam que muitas diretrizes eram reivindicações imediatas e estavam mescladas com as diretrizes de Plano Diretor. Com relação a este fato o entrevistado 01 (representante comunitário) aponta:

A principal dificuldade era saber o que estava fazendo ali, e essa informação as pessoas não tinham, não tinha um plano de mídia dizendo qual a importância do PD, qual importância que esse projeto tem pra cidade, no início não tinha, hoje tem um trabalho de mídia que não tinha no começo.

O entrevistado 06 (representante de entidades acadêmicas) confirma a falta de esclarecimento dos temas estudados no processo com o seguinte relato:

Essa etapa de 2006, depois daquela audiência, no TAC, agosto de 2006, aquele semestre lá, era para desenvolver o processo de mobilização, de conscientização crescente, do que é o plano diretor. Começou um processo de discussão nos bairros, distritos, sem haver um processo, devido de informação que é plano diretor, essa etapa foi encurtada, mal feita, sem ter uma cartilha, foi distribuída depois, divulgação na imprensa, no horário nobre, nos ônibus outdoor, etc., carros de som nos bairros, faixas, apoio de infraestruturas nas reuniões dos bairros, para explicar o que é o plano diretor, se nem os técnicos, arquitetos sabem direito, imagine a população. Isso foi feito meio atropelado, ou seja, as reuniões dentro das leituras começaram sem haver uma sensibilização anterior, foi direto, então as oficinas foram muito lentas e até engrenar foi demorado, para assim fazer os tais diagnósticos locais.

O entrevistado 05 (representante comunitário) relata que:

Na medida do possível esclarecíamos a população menos capacitada a entender o processo, nós tínhamos uma metodologia, não foi jogado... De um modo ou de outro conseguimos concretizar o trabalho... A prefeitura não tinha metodologia... Nas regiões que tinham maior padrão universitário o processo avançou mais e em outros não tanto... No continente tiveram muitas dificuldades.

Já o entrevistado 06 (representante UFSC), afirma que:

Não houve capacitação. As etapas são informação, sensibilização e capacitação. A Informação, essa etapa de 2006, o segundo semestre era pra desenvolver o processo de mobilização e conscientização crescente do que é o PD, mas começou o processo nos distritos sem ter essa etapa de mobilização, informação. Para explicar o que é o PD. Sem cartilha, que chegou depois, esta etapa foi atropelada. As oficinas foram muito lentas devido ao tempo que se perdia explicando o PD. Quando se olha a cartilha [caderno das diretrizes], se vê que a população não tinha claros os assuntos abordados no PD.

Nós sempre brigamos por recursos [...] e foram fracos, plano de mídia muito precário, a cartilha foi mais ou menos feita às pressas e uma baixa infraestrutura e assistência técnica nos núcleos. A cartilha era pra explicar a importância do PD e pra que serviria [...] Entregue meio que paralelo ou depois, entregue atrasado. Outro problema foi essa tal de cartilha.

Outro ponto tocado pelos entrevistados diz respeito à possibilidade de esclarecer dúvidas e obter explicações sobre aspectos que estavam sendo discutidos e/ou que faziam parte das propostas sendo apresentadas. Para que haja compreensão mútua é preciso, antes de tudo, que seja dado tempo adequado para as discussões e para que as propostas sejam analisadas, entendidas e discutidas com as bases. Nesse sentido, o entrevistado 01 (representante comunitário) destaca:

No nosso distrito a audiência pública mesmo, foi pra cumprir etapa necessária, uma audiência pública para referendar [...] Acho teve mais algumas pessoas, mas não teve apresentação de novas propostas, foi mais para referendar [...] Em termos de juntar o material de todos, teve uma audiência só, que foi no Clube Doze [...] Foi uma

audiência de apresentação do material. A discussão que foi feita ali, quem se escreveu [inscrição para poder opinar na audiência] era só porque era obrigado [a PMF tinha obrigação de abrir espaço de discussão] a abrir espaço para eles [a população] falarem, mais era apresentação do material.

Mais especificamente na apresentação do macrozoneamento, vários questionamentos feitos pelos participantes quanto às justificativas para as diretrizes propostas ficaram sem resposta. Sobre isso, o entrevistado 06 (representante de entidades acadêmicas) diz:

A CEPA controlava de maneira centralizada [...] apresentavam o trabalho, o pessoal questionava, botavam em ATA, às vezes ou não, supostamente colocariam depois, mas [no final] não fomos atendidos.

O entrevistado 12 (representante de movimentos sociais) complementa:

Com a contratação da CEPA o acesso acabou, tudo a portas fechadas, foi feita aleatoriamente, por parte do prefeito, sem consulta a ninguém, pegou todo mundo de surpresa e o mais surpreendente era vê que eles tinham um modelo, toda a cidade era igual, sem buscar as informações reais do local, tinha até um local determinado como a vila industrial e aqui é uma cidade de prestação de serviços, não tem indústria.

Muitos participantes do processo não aceitaram participar das oficinas oferecidas pela CEPA, pois acreditavam que depois do rompimento o processo participativo se quebrou. O entrevistado 15 (representante comunitário) relata:

Houve um avanço significativo da compreensão em relação à necessidade de atender os interesses coletivos antes dos individuais. Mas resiste fortemente uma disputa por interesses particulares sobre os coletivos. Muitos funcionários públicos que usam de suas atribuições para favorecer interesses de grupos de empresas, principalmente do segmento imobiliário e turismo. [...] Já as oficinas da CEPA não participei, pois não eram eventos oficiais do PDP, e tinham o interesse de se misturar ao que foi colhido dentro do processo formal, Audiências Públicas. Então, para não

legitimar um gesto distorcido, decidimos por não participar.

Sobre a barganha posicional, nessa categoria podem também ser incluídos os conflitos já mencionados entre representantes no NG, que em muitos momentos preocuparam-se mais em defender seus próprios interesses e sabotar os interesses alheios do que propriamente construir um acordo coletivo. Em determinado momento, houve até mesmo uma oficina para a definição do regimento interno do NG, cujas discussões haviam sido improdutivas, com a contratação de um moderador externo especializado nesse tipo de situações. Os resultados não foram considerados satisfatórios, sendo que o próprio profissional (entrevistado 09, representante de entidades de classe) escreveu o seguinte em um ofício enviado à PMF:

Creio que subestimei o comportamento da equipe do Núcleo Gestor. Esperava encontrar um grupo, com mais espírito de equipe, com o desejo de realmente coordenar um processo complexo como será a revisão do PDP e não somente de assegurar os seus desejos e pontos de vista. Eu estava preparado para um processo de debate construtivo e não de disputas - erro meu. Pensei que pudéssemos tentar uma construção participativa, por consenso - na maioria dos pontos, o que não foi possível. Nestes anos todos de experiência que possuo, este seminário está entre os mais complicados e frustrantes para mim. Peço desculpas pelo resultado, que certamente não foi o desejado por ninguém e, muito menos, por mim.

E o entrevistado 15 (representante comunitário) relata que este aspecto foi difícil alcançar dispendo:

Houve um avanço significativo da compreensão em relação a necessidade de atender os interesses coletivos antes dos individuais. Mas, resistiu e resiste fortemente uma disputa por interesses particulares sobre os coletivos. Muitos funcionários públicos que usam de suas atribuições para favorecer interesses de grupos de empresas, principalmente do segmento imobiliário e turismo.

6.5 UM DIÁLOGO ONDE TODOS SÃO OUVIDOS E RESPEITADOS, E IGUALMENTE CAPAZES DE PARTICIPAR;

Até o rompimento com o núcleo gestor, os entrevistados sentiram-se ouvidos e respeitados. O processo era aberto a todos, com direito a fala e debate dos assuntos abordados. A troca de experiência e o auxílio inicial da PMF foram apontados como um dos pontos positivos deste processo, pois todos participavam e se sentiam responsáveis pelo resultado final. O entrevistado 10 (representante comunitário) relata:

A prefeitura auxiliou com espaço e material, mas a medida que a gente solicitava, porque tem distrito que não conseguiu fazer nada, muitos nem sabem o que é plano diretor. A prefeitura dava dinheiro para fazer carro de som, espaço a gente tinha porque era uma tradição do núcleo, as pessoas cediam o espaço, como na escola, na base aérea e na igreja [...] Já tínhamos essa cultura de reunião nesses locais. O que a prefeitura deu foi telefone, computador, uma sala, a gente se instalou. A certa altura eles colocaram uma secretária, mas coitada, se dividia, um dia tava aqui, outros no pântano do sul e outros no ribeirão da ilha, se dividia como o Candido [apoio técnico do IPUF]. Foi muito precário, meio que arrastando a força. Ai os mapas, não tinham dinheiro para fazer diziam: *é muito caro e não vamos imprimir mapas*, mas assim não conseguiríamos fazer as oficinas. O que nós gastamos de dinheiro para imprimir os últimos mapas, muitos foi a Janice [representante do distrito] que forneceu.

E o entrevistado 12 (representante de movimentos social), relata que:

As leituras comunitárias eram quinzenais, dependendo do momento até mais de uma na quinzena. Para cada tema, foi um processo longo até sair as diretrizes, havia um preparo, tinham pessoas qualificadas, os estagiários eram estudantes de arquitetura que estava desenvolvendo trabalhos nessa área, tinham os técnicos da prefeitura e das universidades, a UFSC em peso, a UDESC também, tinham

peessoas qualificadas e nos bairros sempre moram pessoas com qualificação, sempre tem um engenheiro, médico, dentista, pessoas que tinham interesse... foi muito legal, umas das experiências mais ricas que eu tive na minha vida, porque é uma troca mesmo, as pessoas tem vontade de trocar experiência, trocar conhecimento, tanto passar o conhecimento que tem como conhecer e absorver a experiência do outro, até esse momento [das leituras] todos eram ouvidos e respeitados, mesmo que não fosse com a estrutura que a gente queria.

A leitura técnica inicial, que compilou as diretrizes e gerou o caderno das diretrizes levantadas pela sociedade (anexo O), foi apontada como um trabalho com um bom resultado do processo. O entrevistado 10 (representante comunitário) dispõe “Uma coisa que foi legal na leitura técnica é que quando eles começaram a organizar as diretrizes eles contrataram um arquiteto de Curitiba que compilou as diretrizes, ficou um trabalho bem legal”.

Após a contratação da Fundação CEPA, esse laço se rompeu e começou a gerar desconfiança no processo. Quando a CEPA fez as oficinas que apresentaram seu trabalho era apenas de caráter informativo, conforme relatos do entrevistado 01 (representante comunitário):

Aquela oficina que eles botaram foi uma apresentação do material, na audiência também. Só informativa, apresentação. Houve discussão, que foi feita pra quem se inscreveu na hora, só porque [a PMF] era obrigado a abrir espaço para eles falar, mas era apresentação do material. Eles colocaram algum material no site da leitura técnica, mas logo foi retirado, ninguém avisou que era para baixarmos materiais do site.

O entrevistado 03 (representante de movimentos sociais) relata que:

Nas leituras comunitárias todos eram ouvidos, respeitados e discutiam sobre cada tema, o técnico da prefeitura intervia, dava sua opinião, mas a nossa voz [dos moradores] que apontava a diretriz final. Esse processo de chamar a população para debater foi bom e todos puderam opinar.

O entrevistado 10 (representante comunitário) também coloca seu ponto de vista sobre este aspecto da comunicação:

O Berger até parecia ter bons propósitos, tava ouvindo a gente e depois que a gente fez aquele trabalho todo, tenho muito material de oficinas, não tinha a participação que a gente sonhava, mas em alguns momentos foram bem grandes. Ficou tudo por nossa conta, eles [PMF] até deram materiais, deram o apoio mínimo, a gente que tinha que convocar a população, fazer uma coisa comunitária é delicado, as pessoas não se interessam muito, tem gente resolvendo por nós, é a falta de informação. Para você ter ideia a cartilha que saiu com o que é o plano diretor, pra que serve, como se pode participar, saiu pra gente quase na ultima audiência pública [distrital], não houve uma preparação da população, nós que tivemos que fazer, por isso tem distritos que não chegaram nem na metade do caminho.

Este é um fato importante que ocorreu no processo de elaboração, a falta de material explicativo sobre o PDP desde o início de sua elaboração. Outro aspecto importante que os entrevistados levantaram foi que, após reivindicações, a PMF forneceu local de trabalho para os distritos e subdistritos, com materiais e equipamentos. Isso possibilitou reuniões, encontros para fazer os levantamentos, organizar as oficinas. Quando essa conquista foi cancelada, com o rompimento da PMF e a população, o NGM, o processo começou a perder sua evolução, trouxe descontentamentos aos participantes. Neste sentido o entrevistado 12 descreve:

Havia uma sala onde eles colocavam computadores, materiais, telefone e estagiário, ela [PMF] oferecia suporte técnico mesmo, existiu uma forma de construção realmente com a participação da sociedade. Aí depois o prefeito quando se reelegeu desmantelou os núcleos, desfez tudo, tirou as bases, despediu os estagiários, tirou computadores e telefones e deu o plano para aquela empresa argentina que fez a “portas fechadas” e o que eles fizeram não tinha a ver com o que discutimos todos aqueles anos.

E o entrevistado 05 (representante da comunidade) reafirma este fato, dizendo:

Então, reivindicou-se que tivéssemos equipamentos pra poder trabalhar e também apoio logístico cuidado pela prefeitura por causa do

IPUF. Forneceram estagiários, normalmente estudantes de arquitetura e tal, e eles prestavam três ou quatro horas, dois ou três dias por semana para organizar as nossas produções na leitura comunitária. [...] Todos estavam com a expectativa que iríamos até a reta final, não iria vir ter uma interrupção e chegou certo momento que o presidente do IPUF mandou uma carta pedindo a devolução de todos os equipamentos. Estes eram, uma mesa de computador, umas cadeiras, uma impressora, um computador (desktop), materiais para o escritório e um telefone celular para poder fazer o chamamento. Uma parte devolveu sem bronquear, outra parte protestou, teve a turma do Campeche e do pântano do sul, o Gert, que dizia que tínhamos o direito de permanecer com o material até o fim do plano diretor e que este não terminou, mas eu sei que no final todo mundo entregou o material.

6.6 UM PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO, SEM CONSTRANGIMENTO POR ORGANIZADORES EM SEU TEMPO OU DE CONTEÚDO, E QUE PERMITE QUE O STATUS E TODAS AS HIPÓTESES SEJAM QUESTIONADAS;

Este ponto é um complemento do item 6.4. A auto organização, o tempo e o conteúdo ocorreram de maneira diferente nas comunidades. Até a leitura comunitária todas as demandas e diretrizes podiam ser questionadas, dialogadas, votadas com tempo para análise e discussão. Este aspecto foi apontado em grande parte das entrevistas de maneira satisfatória, apenas o entrevistado 01 achou ruim o distrito ter esta responsabilidade, conforme apresentado no item 6.3. Em outro distrito (apontado nas entrevistas como um dos mais organizados), o entrevistado 04 (representante comunitário) relata que: “No distrito a gente teve a fase de capacitação, precedeu a leitura comunitária, essa capacitação foi no sentido de informar o que é plano diretor e do que se trata”. O entrevistado 12 (representante de movimentos sociais) dispõe que a “metodologia era construída com o grupo”. O entrevistado 01 (representante comunitário), reforça com o seguinte:

Antes da leitura fizemos três reuniões no colégio, onde o Flavio de Mori, representante distrital de

Ratones, que tinha um pouco mais de conhecimento, passou o que é o plano diretor e o que seria feito. Como tem a ACIC (Associação Catarinense de Integração dos Cegos), na época fomos auxiliados pela Karine, que era da acessibilidade e era um tema na região bem importante, por ter a ACIC localizada no Saco Grande. Uma das reuniões levamos ela [a Karine] e usamos como piloto a acessibilidade [para o restante do processo de levantamento das demandas e diretrizes do PDP]. Como experiência, seguimos por esse [trabalho, tipo de levantamento de dados], foi o nosso norte.

Nota-se que as pessoas de outros distritos se mobilizaram para auxiliar os distritos com dificuldades de organização, já que o auxílio da PMF foi precário. Este fato também confirma que foi de maneira desorganizada, sem um planejamento de como seria e quantas oficinas precisariam para capacitar a população, dos técnicos que compareceriam. Conforme aponta o entrevistado 01 (representante comunitário): “Não tinha estrutura técnica, a estrutura técnica foi a Tibelle como estagiária do IPUF, teve o Rodolfo da SUSP, que participou de algumas reuniões, e por cobrança da SUSP acabou abandonando”. Ele ainda complementa dizendo:

Na saúde teve o auxílio do Dr. Ricardo, que é vereador. Acabou que o técnico do meio ambiente não foi e tinha uma pessoa ligada ao Instituto Carijós, da área, e orientou esta reunião nesse sentido.

Estes relatos mostram a desigualdade de evolução do processo, houve distrito que teve capacitação de maneira eficaz e outros sequer tiveram isso. O entrevistado 06 (representante UFSC) reforça esse desnivelamento dispondo: “Eles [a população] ficavam sabendo do tema tratado na hora da leitura da cidade”. O entrevistado 10 (representante comunitário) também relata que a metodologia geral do processo era necessária: “A parte de metodologia deles foi muito falha, não houve capacitação e para a gente explicar o estatuto das cidades, o que era e pra que serve o plano diretor, isso foi muito complicado”.

Estes fatos revelam que o processo de auto-organização foi válido, porém é necessário pelo menos uma metodologia a seguir, a nível macro, onde as pessoas saibam que caminho seguir, onde estão e onde precisam chegar. O entrevistado 01 (representante comunitário), relata que teve problemas por falta de metodologia, como:

Nem todos sabiam porque estavam ali, o que era levantado, se era para definir tamanho de edificações, se era nesse momento ou se vai ser no outro, fazia aquilo que achava melhor. Por isso, a briga que a gente teve na reunião quando foi sistematizado com o IPUF. O material para o IPUF, vai ser esse. Eles diziam: *isso não é agora* e a gente dizia: *Não, mas é isso que temos, como a gente não teve orientação, levantamos isso.*

Sobre o tempo de trabalho e contestação, os entrevistado entram em um consenso que nas leituras foi bom, como mostra o entrevistado 05 (representante comunitário):

O tempo foi suficiente nas leituras comunitárias, elaboramos com bastante calma. Só que queríamos uma coisa sem interrupção, esse tempo tinha que ter em todas as fases, as coisas tinham que estar se conversando, para assim chegar a um texto mais comum à cidade.

O entrevistado 11 (representante da prefeitura) relata esta etapa inicial de leitura comunitária sobre este aspecto comunicativo, dizendo:

O difícil era sintetizar representações capazes de convergir, figuras comuns, pontos de unidade, pois tinham temas dos mais diversos e em tempos diferentes. Chamo de um processo de formação pedagógica, abertura de um diálogo sem fronteiras, sem limitações de capacidades, condições ou diferenças sociais, todos podiam se apresentar, fazer seu discurso, falar o que lhe convêm e dizer o que queriam que o PD tratasse.

Já na audiência pública municipal e oficinas elaboradas pela fundação CEPA, para apresentar o plano de modelo espacial do plano diretor, macrozoneamento e microzoneamento no final de 2009 e início de 2010, foram todas informativas, sem direito a reformulação dos pontos solicitados. Da mesma forma, o tempo para análise do conteúdo e discussão foi curto perto das divergências encontradas pela população, visto que a oficina de 2010 foi dias antes da APM de apresentação do projeto de lei, conforme citado acima.

6.7 A INFORMAÇÃO QUE É ACESSÍVEL E PLENAMENTE COMPARTILHADA ENTRE OS PARTICIPANTES;

A informação foi restrita e as pessoas só conseguiam material de trabalho depois de muita reivindicação. Muitos materiais chegavam após o tempo previsto, tais como a cartilha que apresentaria o que era e para que serve o plano diretor de um município. Os mapas temáticos em alguns distrito estava disponível e em outros não, o que pode ter contribuído para a desigualdade de material apresentado (conforme citado na subseção 6.3) e o descontentamento da população com o processo. Com relação a este aspecto, o entrevistado 01 (representante comunitário):

O que eles colocavam no site tínhamos acesso. Mas, tínhamos o entendimento que seria feita a leitura comunitária e iria ser apresentada em audiência pública, os técnicos sistematizavam, faziam o confronto para a leitura técnica e voltava para população pra ver se era aquilo ou se precisava ser mudado e isso nunca ocorreu. O material foi disponível no site por pouco tempo, não nos avisaram da publicação.

Já o entrevistado 04 (representante comunitário) dispõe que: Tínhamos acesso sim, com restrição. E o entrevistado 10 (representante comunitário) complementa dizendo:

Nós [distrito] íamos lá [IPUF] e solicitávamos materiais, tinham coisas que eles tinham e outras não. Muitos mapas estavam desatualizados, eram do ultimo plano diretor [1997], então fizemos os nossos mapas com um mapa base ou foto aérea, fomos fazendo na raça.

E o entrevistado 06 (representante UFSC) diz: “Não se teve acesso à leitura técnica”. Como foi dito acima, a “leitura integrada da cidade” foi disponibilizada por um curto período de tempo no sítio do plano diretor, mas foi rapidamente retirada. Não houve nenhuma divulgação sobre o documento e este não foi apresentado à população e muito menos discutido.

Por várias vezes, entidades comunitárias e de classe requisitaram informações técnicas à PMF por ofício, sem obter nenhuma resposta. Este fato é levantado pelo entrevistado 01 (representante da comunidade).

Não recebemos retorno. Chegamos a pedir [à PFM] mapa, pedir quantos [habitantes] tem acesso a esgoto tratado, gráficos, coisas assim. Mas, não tivemos essa informação, ninguém recebeu. O que tínhamos foi o disponibilizado no site.

E o entrevistado 06 (representante UFSC) também aponta:

Já tinha naquela época dificuldades de receber os mapas, não havia muitos mapas prontos ou estavam incompletos, sempre tinha um problema. Então, começou um problema de guerra de falta de informação e depois foi se agravando.

O entrevistado 15 (representante comunitário) realça esse aspecto dizendo:

É permitido questionamentos de qualquer assunto atinente ao processo do PDP, mas os encaminhamentos não acontecem, então se delibera, mas não se materializa as deliberações, tornando sem efeito o esforço coletivo para realização dos trabalhos. [...] O baixo nível de produção de informação técnica/científica para embasar tomadas de decisões. Plano de Comunicação insuficiente e atrás do tempo real gerou a falta de informação/capacitação à sociedade.

E o entrevistado 11 (representante da prefeitura) relata:

Não da pra se dizer que teve uma capacitação, até a do NG não foi para entender como coordenar o processo, foi só para entender o que era o PD, o processo participativo e o que o estatuto da cidade indicava.

Fica claro que a população sentiu falta de informações técnicas que pudessem lhe auxiliar na reflexão sobre os problemas do seu distrito e do Município como um todo. Nem mesmo nos poucos eventos promovidos pelo Poder Público após o rompimento com o NGM houve a possibilidade de obter acesso a essas informações e sanar dúvidas surgidas a partir das propostas apresentadas. Sobre isso, o entrevistado 09 (representante de entidades de classe) relata:

[A consultoria contratada] mostrou que não tinha preocupações com a participação popular, porque as oficinas que ela fez foram muito precárias, e também quando questionado não tinha essa

capacidade de responder, não porque não tivesse a resposta, mas as próprias incoerências que ela cria colocam ela numa situação de ter que se desviar de dar uma resposta objetiva, clara. Também criou desconfiança e falta de credibilidade, perdeu a sua credibilidade pelo menos para as pessoas que estiveram atentas a esses detalhes.

6.8 UM ENTENDIMENTO DE QUE O 'CONSENSO' É ALCANÇADO QUANDO TODOS OS INTERESSES TIVEREM SIDO EXPLORADOS E TODO ESFORÇO TIVER SIDO FEITO PARA SATISFAZER ESSAS PREOCUPAÇÕES.

Este ponto, de chegar a um consenso, os participantes sabiam que precisariam ter e conseguiram chegar até a aprovação das diretrizes nas APDs, seja por diálogo ou votação. Porém, quando iniciaram as leituras técnicas, eles não consideraram que estavam contempladas as diretrizes comunitárias nas diretrizes finais para elaboração do projeto de Lei, feito pela fundação CEPA. Neste sentido o entrevistado 03 (representante de movimentos sociais) diz que “quando ficou entendido entre o movimento o que era para propor nas reuniões, foi fácil chegar a um consenso para levar a proposta pra eles [prefeitura] [...] Até 2009 a coisa foi muito bem”.

Todos acreditavam que iriam propor e/ou conhecer formas para o melhor desenvolvimento urbano. O entrevistado 12 (representante de movimentos sociais) relata que:

Tem o interesse maior que é o bem da cidade [...] Todos que fizeram parte do NG fazem um trabalho voluntário, é uma doação, não os profissionais da prefeitura, eles são pagos, mas o pessoal das representações. O NG abria mão de sábados, domingos, feriados e periodicamente nas noites íamos para as reuniões. Era preciso estudar os documentos, mapas, fazer os desdobramentos, é um trabalho de doação e todo mundo tem essa consciência; Quanto mais a gente vai se envolvendo e quanto mais a gente vai desenvolvendo esse conhecimento, mais a gente vai sentindo responsabilidade. Não tem segundas intenções de quem participa de NG, porque é um

processo longo, demorado, de formiguinha e quem tem interesses secundários prefere coisas mais rápidas.

Em complemento, o entrevistado 14 (representante empresarial) dispõe que:

Tanto pra prefeitura quanto para a comunidade, isso [processo] era novidade, todos tinham boa vontade, como a maioria era voluntários [...] todos trabalhavam o dia inteiro e depois ia para as reuniões, isso durante anos [...] Todos se doaram, prefeitura e comunidade, o que faltou foi estrutura necessária para fazer que esse processo acontecesse de forma rápida, e quando eu digo estrutura é estrutura de material humano, era necessário que tivesse uma equipe única só pra trabalhar com isso [...] Pessoas para trabalhar somente com o processo e não se dividir, como é o caso dos técnicos da prefeitura. Ninguém era planejador, esboçávamos as vontades, mas não tínhamos o conhecimento técnico para planejar, isso não quer dizer que não estavam aptas, pois tudo precisa de planejamento, até a dona de casa quando vai arrumar sua casa.

Outra forma que as pessoas chegavam a um entendimento era através de votação, o entrevistado 12 (representante de movimentos sociais) relata que:

Era através de votação, não era por ter interesse ou não, mas as pessoas tem visões diferentes de mundo de cidade, de tudo, ideias e conceitos. Então, por exemplo, uma pessoa acha que uma coisa é legal e a outra diz que não acha [...] era a maioria que decidia e mesmo assim as diretrizes que foram tiradas nos espaços micro que são os distritos elas são tiradas no espaço macro que é a cidade [...] uma região não é descolada da outra, uma região tem que ser compatível com a outra região. Na verdade isso está acontecendo agora, temos que encontrar tudo que é consensual e dá pra ser aplicado no conjunto e aí tem que levar para a comunidade e tem que ser deliberativo as partes conflitantes [...] tem que encontrar uma forma de harmonizar as diretrizes que não estão harmonizadas a partir do conhecimento técnico e participação popular, não é porque é a população

que está no bairro que não tem capacidade de entender, tem sim.

O entrevistado 10 (representante comunitário) dispõe que:

Tinha bastante briga [...] depende, quando falava em sistema viário, saúde, educação era tranquilo. A coisa se “resbalava” muito, quando chegava em propriedades particulares, uso e ocupação do solo a coisa se complica, mas todos sabiam que tinha um limite [...] aí fizemos votações.

O entrevistado 15 (representante comunitário) descreve que:

Há consensos pontuais no PDP gerados pelo diálogo e evidências empíricas, e dissensos talvez eternos, resolvidos em votação. O conflito de interesse parece ser intrínseco ao PDP, q é um processo político catalisador para o avanço da democracia participativa. Mas está longe de ser razoável, porque como comentado, as deliberações não são materializadas, sendo o Executor/PMF o sujeito que está ali exatamente para que as coisas não aconteçam, mantendo-se o caos. Essa superação de paradigma na forma de condução da coisa pública que poderá acalmar as polaridades, favorecendo os consensos.

O entrevistado 05 (representante comunitário) diz que teve mais consenso que impasse, às vezes precisava de votação, devido às visões diferentes, mas era possível chegar ao consenso (na etapa de leitura comunitária nos distritos, que, entretanto chegou a propor diretriz).

De acordo com os entrevistados, falta o órgão público apresentar à população a leitura técnica, de uma maneira fácil de entender, onde eles possam constatar a compilação de todas as diretrizes por eles levantadas, depois dar sequência ao macro e microzoneamento, com possibilidade da população participar das decisões e assim concretizar o projeto de lei do plano diretor da cidade de Florianópolis.

Uma maneira que eles consideram de fácil interpretação, onde eles conseguem entender a cidade, conhecer o alvo que eles estão pretendendo intervir é através dos mapas temáticos, que separados por temas representam o que a lei quer dizer de maneira mais explícita.

Um ponto que eles diagnosticaram durante o processo foi a falta de interação entre os distritos e subdistritos. Como descreve o entrevistado 04 (representante comunitário):

O diálogo entre os distritos sempre foi truncado ao longo do processo, dadas as enormes assimetrias de experiências das lideranças envolvidas, assim como em relação à organização de cada núcleo distrital. As exceções se deram nas regiões onde foi possível maior afinidade, como no sul da ilha (Pântano [do sul] e Campeche) e na bacia do Itacorubi.

Segue quadro síntese, que demonstra as convergências e divergências das entrevistas sobre os 8 aspectos apontados por Innes (2004):

ASPECTO COMUNICATIVO	CONVERGÊNCIA / DIVERGÊNCIA
Inclusão de uma gama completa das partes interessadas	Neste aspecto as opiniões foram convergentes entre os entrevistados, principalmente no que diz respeito que ocorreu da maneira correta na primeira etapa do PDP, antes de começar a segunda parte da leitura técnica elaborada pela fundação CEPA. Todos puderam participar sem restrições, apenas um entrevistado acha que a participação popular neste processo deveria ser restringida no momento da leitura técnica.
Uma tarefa que é significativa para os participantes e que tem a promessa de ter um impacto em tempo oportuno	Todos concordam que o processo foi bastante valioso no início, que como era uma maneira diferente de planejar e por acontecer pela primeira vez no município, teve seus problemas, mas a primeira etapa teve bons resultados. Concordam também, que isso se partiu no momento do rompimento com o NG e a falta de transparência pública agravada após o início dos trabalhos da fundação CEPA.
Os participantes definem suas próprias regras básicas de comportamento, sua agenda, tomada de decisões e outros aspectos	Há convergência que esta etapa seria ideal uma metodologia geral focalizada, disponibilizando a cada núcleo distrital o tema que deveria ser discutido, os prazos que deveriam ser cumpridos e o produto que deveria ser gerado. Mas, a organização do seu distrito consensuado pelos participantes foi visto como um bom método.
Um processo que começa com a compreensão mútua dos interesses e evita barganha posicional	Todos concordam que o melhor seria que fosse feito uma capacitação bem elaborada para que todos entendessem como seria o processo, os assuntos/temas abordados no Plano Diretor e o porque é necessário uma visão global inicialmente do bairro e conseqüentemente do município, pois um é interligado com o outro e assim gerar diretrizes para o crescimento global. Já sobre a barganha posicional ocorreu principalmente

	dentro do Núcleo gestor municipal, que muitas vezes se preocupava com o seu problema ou com a pessoa que representava tal distrito e não discutia os assuntos pertinentes a cada reunião.
Um diálogo onde todos são ouvidos e respeitados, e igualmente capazes de participar	Todos concordam que isto ocorreu até o rompimento da prefeitura com o NG do município.
Um processo de auto-organização, sem constrangimento por organizadores em seu tempo ou de conteúdo, e que permite que o status e todas as hipóteses sejam questionadas	Todos concordam que isto ocorreu até o rompimento da prefeitura com o NG do município.
A informação que é acessível e plenamente compartilhada entre os participantes	Este item foi citado como falho, pois os documentos eram entregues atrasados ou incompletos, as vezes disponibilizaram por pouco tempo e não avisavam da sua disponibilização.
Um entendimento de que o ‘consenso’ é alcançado quando todos os interesses tiverem sido explorados e todo esforço tiver sido feito para satisfazer essas preocupações	Este ponto para os participantes foi alcançado com diálogo ou votação, porém o que Innes explora é os esforços que os participantes, principalmente os condutores do processo esforcem-se para que as preocupações levantadas no decorrer do processo sejam levadas em consideração, refletidas e debatidas. Isto, foi apontado como deficiente, pois não havia os mediadores ou pessoas que soubessem agir em momentos de conflitos, neste caso em Florianópolis não aconteceu.

Quadro 4 – Quadro síntese dos aspectos comunicativos no Plano Diretor participativo – 2012. Fonte: Elaborado pelo autor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 QUANTO AS HIPÓTESES

Com esta pesquisa constatou-se que as hipóteses A, que defende uma ampla divulgação e transparência nos resultados produzidos e apresentados no decorrer do processo; B, que indica uma maior comunicação entre planejadores e atores do município, contando com a transparência pública das informações, sem restrições; e D, que dispõe uma apresentação à população dos aspectos que eles precisam avaliar para se construir o plano diretor do município, os assuntos abordados e qual sua função na elaboração do projeto de lei podem ser consideradas fundamentais para a melhor evolução do planejamento de um município e para a satisfação dos seus participantes.

A hipótese C aponta uma metodologia clara e consensuada entre os participantes, de forma a permitir uma visão compartilhada das etapas a serem seguidas no processo e o tempo de desenvolvimento desse trabalho. Esta última foi um aspecto pouco apontado como totalmente problemático nas entrevistas realizadas. Nesse sentido, entende-se que é preciso uma metodologia geral, mais ampla, que indique aos envolvidos o que fazer e onde eles precisam chegar, mas é preciso também que os participantes se sintam livres para chegar ao ponto desejado no processo.

As hipóteses A e B são intimamente ligadas, pois isso traz confiança dos participantes no processo e a C e D são o embasamento para que A e B se realizem com eficácia.

Nesta pesquisa ficou constatado que os aspectos comunicativos são relevantes em processos nos quais interagem diversos atores, pois os aspectos estão embutidos no plano diretor e no planejamento da cidade, nas práticas, nas trocas de informação, nas discussões, enfim, em todas as etapas do processo. De modo geral, como já ficou claro nos resultados apresentados, houve dois momentos muito claramente distintos no processo, sobre os quais as avaliações dos participantes foram igualmente muito diferentes. O divisor de águas entre esses momentos foi o rompimento da PMF com a participação popular, representado especialmente pelo desmonte do NG e das bases distritais.

7.2 QUANTO AOS ASPECTOS COMUNICATIVOS

Apesar de o primeiro momento ter apresentado diversos problemas em relação aos aspectos comunicativos, foi possível perceber que o nível de satisfação com o processo manteve-se, em essência, inabalado. Isso deveu-se à possibilidade ampla e irrestrita de participação, que pareceu compensar as demais deficiências. Entretanto, tão logo a participação foi rompida, o tom das avaliações mudou inquestionavelmente para o lado negativo.

Percebe-se também que a equipe multidisciplinar, conforme mencionado na seção 2, sobre o planejamento urbano, é essencial para que a participação popular ocorra e que é necessário contar com mediadores que saibam como trabalhar com os atores em ações de conflito para se chegar ao consenso do tema abordado e ao entendimento mútuo de qualquer ponto do planejamento.

A necessidade de compreensão mútua dos interesses e evitar barganha posicional mostrou ser um dos pontos mais importantes, pois para se propor algo, para qualquer lugar, é preciso conhecer e compreender os aspectos ou temas que serão estudados, conhecer o local e propor as transformações. Este ponto foi o que na entrevista foi o mais apontado como falho no processo, a falta de uma capacitação técnica efetiva que permitisse a compreensão sobre pontos que, ao fim e ao cabo, permaneceram obscuros para os participantes.

Este ponto foi levantado como falho no estudo piloto e se confirma com a realização da pesquisa, a população não tinha explícito que assuntos eram para ser abordados nas leituras e sua função (do participante) no planejamento, isto não estava bem evidente, acarretando em algumas diretrizes que não eram pertinentes a um plano diretor.

Um diálogo onde todos são ouvidos e respeitados também é um fator importante para o processo, que todos tenham voz, só assim poderá chegar a um consenso do melhor para a cidade. No processo analisado, todos enfatizaram que isso aconteceu durante todo o diagnóstico da cidade e na formulação das diretrizes para a evolução.

7.3 QUANTO A GESTÃO PARTICIPATIVA

Quando houve o rompimento entre a população, o Núcleo gestor municipal e o órgão público esta comunicação acabou e começou um enfraquecimento no andamento do processo. Isso ainda piorou com a contratação da fundação CEPA, uma empresa externa, que não acompanhou o processo e utilizou da sua experiência internacional para propor o plano diretor do município. As diretrizes propostas não tinham ligação explícita, ou melhor, não estava claro se estavam ligadas às diretrizes levantadas pela população e isto causou descontentamento nos participantes.

Este rompimento gerou conflitos entre órgão público e sociedade civil, pois o acordo de trabalhar em conjunto do início ao fim se desfez e a impossibilidade de participar, ou continuar participando, trouxe incredibilidade ao processo.

A auto-organização sem constrangimento por organizadores em seu tempo ou de conteúdo, e que permite que o status e todas as hipóteses sejam questionadas no processo foi apontado como bom e mau aspectos por todos os entrevistados. Isso porque, durante o diagnóstico/leituras comunitárias, este aspecto aconteceu, porém eles não sabiam o que exatamente tinham que apontar, em que momento era para abordar cada aspecto. Porém, no momento de compilar as diretrizes por todos os segmentos apresentadas, não tinha um padrão e cada um apontou um fato de maneiras diferentes e isto acarretou em confusões e trabalhos dobrados na sistematização, mesmo aspectos encontrados na seção 6.3. Além disso, as audiências não foram consideradas satisfatórias do ponto de vista da antecedência da divulgação das informações que seriam discutidas, necessária para amadurecer o entendimento coletivo, e tampouco do tempo disponibilizado durante as audiências para a discussão e proposta de encaminhamentos.

7.4 QUANTO AO ACERVO E COMPREENSÃO DOS DADOS DISPONÍVEIS

A informação acessível e plenamente compartilhada também é um fator bastante citado nas entrevistas, nas quais foi apontado que as informações eram conseguidas com muita luta e às vezes eram

disponibilizados dados incompletos ou por tempo limitado no site, sem informar a população que o documento estava disponível. Esta falta de comunicação é um fator que compromete o desenvolvimento do processo: impede que conhecimento já gerado sobre o problema circule e seja discutido, ampliado e absorvido pelos participantes; dificulta o confronto de pontos de vistas diferentes, que poderia auxiliar a esclarecer conflitos e caminhar na direção de acordos; prejudica a já frágil relação de confiança entre os atores, na medida em que se tem permanentemente a impressão de que há sonegação de informações importantes, agendas ocultas, interesse em não amadurecer a discussão de certos aspectos, etc.

Outro ponto no âmbito da comunicação (informativo) era a disponibilização de mapas temáticos, que é um meio de comunicação importante, pois facilita a visualização dos temas estudados na leitura da cidade e poderiam ter auxiliado bastante na evolução do processo, pois o diagnóstico e as diretrizes poderiam ser melhor representadas, de forma que todos entendessem. Os poucos mapas produzidos não foram discutidos nem explicados à população, e muitos mapas sequer foram elaboradas, a despeito de uma proposta completa ter sido concluída (proposta essa que, teoricamente, deveria ser baseada nesses mapas).

O entendimento de que o “consenso” é alcançado quando todos os interesses tiverem sido explorados e cada esforço tiver sido feito para satisfazer essas preocupações é um aspecto que muitos apontaram como atendido nas entrevistas, pois as pessoas se disponibilizaram a trabalhar após o horário de trabalho e não ganhavam nada por isso.

Porém, de acordo com Innes, o que essa categoria defende não é no sentido de as pessoas fazerem esforço, apesar de ser um ponto positivo no processo, mas no sentido de que aqueles que estão conduzindo o processo esforcem-se para que as preocupações levantadas durante o processo sejam levadas em consideração, refletidas e debatidas. E esse esforço foi apontado como deficiente, pois não havia os mediadores ou pessoas que soubessem agir em momentos de conflitos, neste caso em Florianópolis não aconteceu. Por exemplo, as questões levantadas nas oficinas, concernentes às propostas para o plano, não foram debatidas. As preocupações e objeções levantadas pelos participantes com relação, por exemplo, ao macro e ao microzoneamento, eram ignoradas pelos consultores.

7.5 QUANTO AS ENTREVISTAS

Na maior parte das entrevistas constatou-se que os aspectos comunicativos foram bem atendidos no princípio do processo. Apontaram com bem realizado o incentivo à realização de encontros locais, a montagem das bases distritais (que auxiliou bastante o desenvolvimento do processo), audiências distritais, oficinas comunitárias sem restrições à participação e com liberdade para escolher organizar o evento e ainda escolher sua metodologia de condução, o apoio logístico e assessoria técnica, disponibilizando estagiárias ou secretárias para as bases.

Por outro lado, a comunicação considerada deficiente e de conhecimento sobre os conceitos a serem trabalhados e se eles seriam ou não pertinentes ao PD, a falta de divulgação do planejamento, a pouca sensibilização da população, falta de metodologia aplicada e organização do processo, a pouca gama diversificada (representação) de interessados entre o rompimento com o NG até a etapa do lançamento do projeto de lei e os problemas de compartilhamento de informação são aspectos comunicativo não atendidos que podem ter contribuído para o fracasso ou a pouca satisfação das pessoas com o Plano Diretor em Florianópolis. Portanto, os pressupostos de Habermas, Innes e Forester não foram completamente atendidos, o que provavelmente contribuiu para o fracasso deste processo no Município de Florianópolis.

Percebeu-se que dentre os aspectos comunicativos (e suas recomendações) os mais importantes no caso de Florianópolis foram: a gama completa dos interessados em todas as fases do planejamento, a informação acessível, a capacitação para a compreensão do que é analisado e por fim o entendimento que o consenso é importante para chegar ao bem comum e planejar um município igual e com qualidade para todos. Diante disso, pode-se imaginar que esses procedimentos poderiam auxiliar a diminuir as distorções do processo, promovendo uma participação mais igualitária e atingindo resultados mais satisfatórios para todos.

7.6 QUANTO A POSSÍVEIS AÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PD

Com esta pesquisa destacam-se nove alternativas que podem auxiliar para um Plano Diretor Participativo melhor elaborado:

1. Todas etapas elaboradas em comum acordo com os participantes;
2. Montagem do NGM, metodologia de trabalho de forma dialogada e consensuada pelos participantes;
3. Capacitação do NGM e dos representantes distritais;
4. Capacitação dos participantes melhor elaboradas (Cartilha);
5. Disponibilização de materiais e espaço físico para trabalho;
6. Transparência das informações em todos os momentos do planejamento (mapas temáticos entregues antes do início do processo);
7. *Feedbacks* dos trabalhos, possibilitando debates sobre cada assunto;
8. Audiências Públicas Distritais temáticas para aprovação das diretrizes;
9. Audiências Públicas Municipais temáticas para aprovação das diretrizes.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NB 1350** - Normas para elaboração de plano diretor. Rio de Janeiro, 1991.

ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (orgs.). **Pensamento alemão no século XX: Grandes protagonistas e recepção no Brasil**. Volume I - São Paulo: Cosac Naify, 2009.

AMARAL FILHO, M, J, T. **Da Gestão Democrática da Cidade**. In MEDAUAR, O.;

ALMEIDA, F. D. M. (Coords.). **Estatuto da Cidade: Lei 10.257, de 10.07.2001, comentários**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257 de 12 de Julho de 2001.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

BRASIL. **Plano Diretor Participativo**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

CAMPBELL, Scott. **Green cities, growing cities, just cities? Urban planning and the contradictions of sustainable development**. In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan. *Readings in planning theory*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 435 - 458.

Censo populacional.

fonte:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> . Acesso em: 22 de abril de 2011.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo em questão**. In Choay, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

CULLINGWORTH, J. Barry; NADIN, Vincent. **Town & country planning in the UK**. 12th.ed. London: Routledge, 1997.

FORESTER, John. **Critical theory and planning practice**. *Journal of the American Planning Association*, v. 46, 1980.

_____. **Making participation work. when interests conflict**. *Journal of the American Planning Association*, vol..72, n° 4, Autumn. Chicago, 2006.

HABERMAS, Jürgen. (1987) **The Philosophical Discourse of Modernity**. Cambridge, MA:MIT Press.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Catedra, 1997.

_____. **Pensamento Pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa, I: Racionalidad de la Acción y Racionalización Social**. Madrid: Taurus, 2003a.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa II: Crítica de la Razón Funcionalista**. Madrid: Taurus, 2003b.

INNES, J. E. Information in Communicative Planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 64, n. 1, p. 52-63, 1998.

_____. **Planning Through Consensus Building**. Journal of the American Planning Association, vol..72, n° 4, Autumn. Chicago, 1996.

_____. **Consensus Building: Clarifications for the critics**. Journal of the American Planning Association, vol..72, n° 4, Autumn. Chicago, 2004.

INNES, J.E. and BOOHER, D.E. (1999). **Consensus Building and Complex Adaptive Systems: A Framework for Evaluating Collaborative Planning**. Journal of the American Planning Association 65(4): 412–23.

_____. (2002). **Network Power in Collaborative Planning**.

Journal of Planning Education and Research 21(3): 221–36

KVALE, S. **Interviews: an introduction to qualitative research interviewing**. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.

Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed.rev. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 1996. 231 p.

LOCH, C. & ERBA, D.A. **Cadastro Técnico Multifinalitário Rural e Urbano**. Cambridge, Lincoln Institut of Land Policy, USA, 2007. 142p.

MC LOUGHLIN, J. Brian. **Urban & regional planning: a systems approach**. London: Faber and Faber, 1969.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Adiamento da entrega do projeto de lei do PDP de Florianópolis**. Fonte:

<<http://www2.prsc.mpf.gov.br/conteudo/servicos/noticias-ascom/ultimas-noticias/mpf-recomenda-o-adiamento-da-entrega-do>

anteprojeto-do-plano-diretor-de-florianopolis>. Acesso em 07 de abril de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Início do processo do PDP no município de Florianópolis**. Fonte: <http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?cms=o+processo+participativo&menu=8>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

SABOYA, Renato T. **Construção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativo**. Florianópolis, 2007.

SANOFF, Henry. **Community participation methods in design and planning**. New York: John Wiley & Sons, 2000.

SAULE JUNIOR, N. **Do Plano Diretor**. In: MATTOS, L.P. (Org.). *Estatuto da Cidade Comentado*: lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TAYLOR, Nigel. **Urban planning theory since 1945**. London: Sage, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor**. In: CEPAM. *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. p. 237 - 247.

9 BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

AMARAL FILHO, M, J, T. **Da Gestão Democrática da Cidade**. In MEDAUAR, O.;

BANNELL, Ralph Ings. *Habermas e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DROR, Yehezkel. **The planning process: a facet design**. In: FALUDI, Andreas (org.) *A reader in planning theory*. Oxford: Pergamon Press, 1973. p. 323 – 343. (Artigo publicado originalmente em 1963).

FORESTER, John.. **Planning in the face of power**. Berkeley: University of California Press, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c.

_____. *Verdade e Justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.

Innes, J.E. and Booher, D.E. (1999b) ‘**Consensus Building as Role Playing and Bricolage: Toward a Theory of Collaborative Planning**’, *Journal of the American Planning Association* 65(1): 9–26.

_____. (2003) ‘**Collaborative Policy Making: Governance through Dialogue**’, in M.W. Hajer and H. Wagenaar (eds) *Deliberative Policy Analysis: Governance in the Network Society*, pp. 33–59. Cambridge: Cambridge University Press.

IPIUF, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Mapas** – 2010.

MC LOUGHLIN, J. Brian. **Urban & regional planning: a systems approach**. London: Faber and Faber, 1969.

MATTOS, Liana Portilho. **Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (2006). **Conselho das Cidades. Um exercício de gestão democrática**. Brasília, 40 p.

10 APÊNDICE

APÊNDICE A

ENTREVISTA ENCAMINHADA POR CORREIO ELETRÔNICO PARA ALGUNS ENTREVISTADOS

BREVE EXPLICAÇÃO DO TEMA PESQUISADO

Dentro deste universo amplo de planos e planejamento para cidades esta pesquisa estuda a teoria da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas e sua influência nos trabalhos em grupos. Há muitos pesquisadores deste tema, estes, constataam que para ser eficaz, requer uma metodologia estruturada que garanta de forma eficiente que o processo de planejamento da cidade seja bem conduzido para ser melhor sucedido.

O conceito *agir comunicativo* (interação social), apontado por Jürgen Habermas corresponde às "ações orientadas para o entendimento mútuo", em vista da percepção mútua e consensual de um grupo de pessoas sobre algum aspecto.

Com isso, Habermas quer mostrar que as pessoas pensam de maneiras diferentes sobre diversos aspectos, devido sua cultura, formação, vivência e outros fatores, quer explicar que estes atores absorvem os fatos de uma maneira diferente; é preciso que haja um debate, para que cheguem a um consenso sobre o assunto abordado.

A teoria do planejamento comunicativo visa à melhor participação da população, onde todos interagem e participam de uma decisão. Deste modo, a ação comunicativa entre interlocutores é analisada segundo suas relações, uma análise do comportamento.

Esta pesquisa se justifica, pois identifica e explica uma teoria denominada racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, que tenta explicar as atividades que unem diversas opiniões, como o processo da elaboração do Plano Diretor.

Esta teoria pode servir de base para a elaboração deste processo, permitindo entender melhor algumas razões do fracasso ou sucesso de planos diretores e, com isso, aperfeiçoar estes processos. Para melhor evolução de um processo participativo ela aponta 8 condições, que são:

1. A inclusão de uma gama completa de partes interessadas;
2. Uma tarefa que é significativa para os participantes e que tem a promessa de ter um impacto em tempo oportuno;

3. Os participantes que definem suas próprias regras básicas de comportamento, definição de agenda, da tomada de decisões e muitos outros temas;

4. Um processo que começa com a compreensão mútua dos interesses e evita barganha posicional;

5. Um diálogo onde todos são ouvidos e respeitados, e igualmente capazes de participar;

6. Um processo de auto-organização, sem constrangimento por organizadores em seu tempo ou de conteúdo, e que permite que o status e todas as hipóteses sejam questionada;

7. A informação que é acessível e plenamente compartilhada entre os participantes;

8. Um entendimento de que o 'consenso' é alcançado quando todos os interesses têm sido explorados e cada esforço foi feito para satisfazer essas preocupações.

Para isso é necessário que os interessados tenham 5 pontos importantes, que eles sejam:

a. Compreensível - que seja capaz de ser entendido pelas outras pessoas;

b. Sincero - no sentido de que ele não esteja deliberadamente inventando ou distorcendo aquilo que está sendo dito;

c. Legítimo - que ele tenha a autoridade para falar em nome de quem ele está representando, e que ele fale apenas sobre assuntos que sejam da sua alçada; e

d. Verdadeiro - que o que está sendo dito corresponda à realidade dos fatos.

Para assim alcançar:

1. Entendimento mútuo;

2. Saber compartilhado;

3. Confiança recíproca; e

4. Consenso recíproco.

ENTREVISTA SOBRE OS ASPECTOS COMUNICATIVOS DE PLANEJAMENTO NO PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS

Mestranda: Tibelle Cristina Rabello de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya

1. Qual sua formação?

2. Quando iniciou seu contato com o Plano Diretor? O que o fez participar do planejamento da Cidade? Seu contato é procedente da sua formação acadêmica, profissional ou é apenas morador?

3. Você tem vínculos com alguma instituição envolvida no processo de elaboração do plano diretor? Que tipo de vínculo e qual instituição?

4. De que forma você participou da elaboração do plano diretor (quais etapas, atividades, etc.).

5. Como foi o estabelecimento e preparação do regimento do NG?

6. Como foi proposta a composição do NGM. Em 2006, Os presentes na audiência fizeram outras propostas de composição, quantas propostas foram recebidas pela PMF, como se desenvolveu este ato?

7. Você considera que a divulgação do plano diretor foi ampla para atrair a participação popular neste processo? Foi de forma eficiente?

8. Você considera que na elaboração do plano diretor houve a participação de diversas partes interessadas em todas as etapas, como: sociedade civil, órgão público, empreendedores, etc.?

9. Como foi a capacitação da comunidade. Foi feita simultaneamente à leitura comunitária, ou foram momentos distintos? Como foi conduzida? Como foi feito para que as pessoas entendessem os conteúdos? Há relatórios ou outros documentos sobre isso?

10. Os assuntos abordados pelo plano diretor estavam claros, bem explícitos à sociedade? Quem participou da leitura comunitária conseguiu entender os conteúdos e seu papel no processo?

11. As regras de participação para tomada de decisões ficaram claras? Como e quem definia estas regras?

12. Houve metodologia a ser seguida para trabalhar estes assuntos? Se houve, ela foi pré-estabelecida ou foi consensuada pelos participantes?

13. Houve oportunidade de questionar as diretrizes apresentadas? Houve constrangimento pelos organizadores do plano diretor ou por quaisquer outros participantes?

14. Todos puderam opinar nas reuniões? Eram ouvidos, respeitados e igualmente capazes de participar?

15. Foi possível chegar a um consenso em todos os aspectos abordados?

16. Houve transparência pública em todos os assuntos relevantes ao planejamento? Ou o acesso a informação era restrito?

17. Você acredita que sua participação ou contribuições tiveram resultados no processo do plano diretor?
18. Foram sanadas as preocupações mais relevantes relacionadas ao plano diretor?
19. Você considera satisfatória a elaboração do plano diretor?
20. Especifique melhor as fases que considerou ou não satisfatórias do processo do plano diretor.
21. Quais foram os produtos gerados, em termos de informação que possa ser comunicada e que mostre o que foi decidido (tanto para quem não participou do processo quanto para auxiliar nas etapas posteriores, para que a informação não se perdesse).
22. Como e porque ocorreu a dissolução do NGM? Houve conflito? Influenciou no processo do PDP?
23. O que você sabe sobre a Leitura técnica?
24. Como era a relação da empresa fundação CEPA/Brasil, contratada para unir as diretrizes da população e da equipe técnica, com a população. Os dados eram divulgados?
25. Como foi a elaboração e apresentação das macrodiretrizes de planejamento?
26. Como foi a audiência pública municipal de 2010, para a apresentação das diretrizes para gerar o projeto de lei?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Mestranda: Tibelle Cristina Rabello de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya

1. Título provisório da Pesquisa:

Influencia dos aspectos comunicativos no planejamento das cidades com a participação popular: estudo de caso em Florianópolis/SC.

2. Justificativa para realização da pesquisa:

Esta pesquisa se justifica, pois identifica e explica uma teoria denominada racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, que tenta explicar as atividades que unem diversas opiniões, como o processo da elaboração do Plano Diretor do município de Florianópolis.

Este trabalho quer esclarecer como se desenvolveu o Plano Diretor de Florianópolis, especialmente o processo de elaboração e dentro deste processo quer entender como ocorreu a comunicação entre as pessoas, se tinha sinceridade no que era dito, se ficaram claros os aspectos abordados, se as informações eram suficientes para que todos entendessem, como esses procedimentos aconteceram e para isso irá descrever como foi o desenvolvimento da elaboração do Plano diretor de Florianópolis, até a audiência pública de 2010.

3. Objetivos:

A entrevista tem como objetivo geral conversar com envolvidos assíduos na elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, que faziam a ligação do órgão público com a sociedade civil. Pessoas como: os técnicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, os representantes de ONG's, lojistas, empresários, pessoas que tinham voz ativa durante o processo do PD no Núcleo Gestor de Florianópolis.

4. Procedimento metodológico:

Esta entrevista servirá de recurso justificativo, possibilitando esclarecer os fatos ocorridos no processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, comparando com os documentos levantados na pesquisa e com a teoria da comunicação.

As perguntas foram elaboradas pelos pesquisadores, conforme estudos teóricos realizados, com base na teoria de Habermas.

A data, hora e local era marcado conforme a disponibilidade do entrevistado.

Estipulou-se um tempo aproximado de 40 minutos, conforme o entrevistado precisava explicar cada ponto abordado. Esta entrevista será gravada e transcrita as partes importantes para o trabalho, sem identificar seu nome, o código com o qual será referenciado na pesquisa é *Entrevistado* ____.

5. Benefícios esperados com a pesquisa:

Com base nas referências bibliográficas, levantamento de dados e nos resultados da aplicação desta entrevista será descrito a teoria do planejamento e da comunicação de forma sucinta e o processo do planejamento participativo em Florianópolis de maneira mais detalhada. Com isto, poderá ter um apanhado geral de tudo o que ocorreu de 2005 a 2010 na cidade, todo o procedimento até chegar a tentativa do projeto de lei do plano diretor.

6. Garantias ao participante da pesquisa:

Desde já os pesquisadores se colocam à disposição para quaisquer esclarecimentos a respeito da pesquisa. Os pesquisadores declaram que não há nenhum risco ao participante, seja moral ou físico.

É garantido ao entrevistado o sigilo e a privacidade de suas identidades, assim o nome não será arquivado junto aos dados da pesquisa, sendo citado, apenas, a ligação com o processo de planejamento do município de Florianópolis.

Florianópolis, 2012.

Tibelle Cristina Rabello de Oliveira

11 ANEXOS

ANEXO A

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.



ANEXO B

BOLETIM INFORMATIVO





CARTA ABERTA

Cidadão de Florianópolis,

Estamos iniciando um grande processo de discussão pública e definição coletiva de novos rumos para o desenvolvimento sustentável do nosso município, e **sua participação é muito importante!**

Trata-se de dar cumprimento às disposições da Lei Federal n.º 10.257/2001, que instituiu o **Estatuto da Cidade**, o qual prevê a revisão e atualização do Plano Diretor de nosso município.

Em Florianópolis, como dispomos do Plano Diretor dos Balneários (1985) e Plano Diretor do Distrito Sede (1997), devemos atualizá-los e unificá-los promovendo levantamentos, análises e ampla **discussão pública sobre a "cidade que temos" e a "cidade que queremos"** firmando um acordo coletivo para alcançar a situação desejada.

Será através do **Plano Diretor Participativo** que iremos avaliar nossos problemas atuais e planejar o futuro de nosso município, definindo a cidade do amanhã e assegurando a sustentabilidade e a qualidade de vida da nossa população.

Assim sendo, estamos convidando todos os cidadãos para esse compromisso público que será deflagrado com uma Agenda nos 12 (doze) Distritos de Florianópolis. Serão realizadas inicialmente 13 (treze) **Audiências Públicas** com o objetivo de informar sobre o processo de composição dos **Núcleos Distritais** e a **eleição do representante titular e suplentes de cada Distrito para compor o Núcleo Gestor** do referido Plano Diretor.

Conforme deliberado na 1ª Audiência Pública realizada no Teatro Álvaro de Carvalho em 1º de agosto de 2006, ficou definido que o Núcleo Gestor seria composto por 10 (dez) representantes do governo (já definidos), 16 (dezesseis) representante da sociedade civil organizada (já definidos) e 13 (treze) representantes distritais, a serem definidos em Audiências Públicas Distritais.

Dessa forma, reiteramos a importância de sua presença e participação nos eventos referentes ao seu Distrito, elegendo e legitimando seus representantes e tornando esse processo mais democrático.

Juntos, construiremos uma Florianópolis mais saudável e justa para todos!



Acompanhe todo o processo através de nosso site:

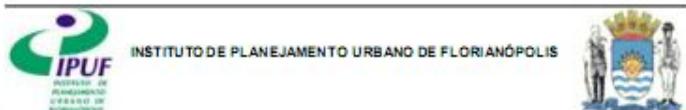
www.ipuf.sc.gov.br

Informações (48) 3212-5757 - com Michelle



ANEXO D

ATA DE REUNIÃO DO NÚCLEO GESTOR MUNICIPAL



1 Ata de reunião ordinária do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis
 2 realizada ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano dois mil e sete, nas
 3 dependências do CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, à Rua Felipe
 4 Schmidt, número 679, Centro, às dezenove horas, em segunda convocação, para
 5 deliberar a seguinte Ordem do dia: a) **SUGESTÕES PARA O REGIMENTO INTERNO;**
 6 **b) ENCAMINHAMENTOS E PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO;** c) **ASSUNTOS**
 7 **GERAIS E DE INTERESSE;** com a presença das pessoas relacionadas a seguir, cujas
 8 assinaturas, constam na relação em anexo, as senhores: Rejane Lobato; Rodolfo
 9 Siegfried M. Filho; Adriana Baldissarelli; Carlos Schwabe; Mauro Bittencourt; Abelardo
 10 Pereira Filho; Jorge Rebollo Squera; Hélio Bairoas; Ramon Fernandez; Fernando de
 11 Souza; Saul Claudino; Kelly Cristiny Cabral; Lino Pares; Joel Gomes Mendonça; Carlos
 12 Magno Nunes; Jeffrey Hoff; Angela Liuti; Modesto Azevedo; Édio Fernandes; Alexandre
 13 Lemos; Tereza Cristina P. Barbosa; Francisco A. C. Ferreira; Karine Froner; Janice
 14 Trell; Fernando Moraes; Gert Schinke; Arantes Monteiro Filho; Carlos Rodrigo M.
 15 Roessler; Marne Schroeder; Robinson Alves; Francisco dos Santos; Paulo Spinelli;
 16 Cristina Cardoso Nunes; Ivan Antônio de Souza; Alécio dos Passos; Aifeu Parro dos
 17 Santos; Rui Antonio Pires Alves; João Batista Penha; Vera Lúcia Bindi; Marco Avilla
 18 Ramos; Vicente Pozzobon; Walter Ferreira de Oliveira, Dalane Gonçalves Pereira; Tania
 19 N. da Luz; José R. Rocha; Luis Carlos dos Santos; Josiane Caldas; Cláudia Gabriela C.
 20 Melo; Vaneza dos S. Costa. Dando início ao trabalho, a Diretora de Planejamento em
 21 exercício, **Sra. Rejane Lobato**, apresentou-se ao Núcleo Gestor informando que o Sr.
 22 Presidente do Núcleo Gestor, Dr. Ildo Raimundo da Rosa, não pôde comparecer devido a
 23 um compromisso inadiável; abrindo a reunião com o item **a) SUGESTÕES PARA O**
 24 **REGIMENTO INTERNO**, da **Ordem do Dia**; a Diretora de Planejamento, **Sra. Rejane**
 25 **Lobato**, esclareceu que o Regimento Interno seria abordado na quinta-feira passada, aos
 26 vinte e cinco dias do mês de janeiro, mas como houve apresentação do
 27 Geoprocessamento o assunto acabou não sendo abordado e, por esta razão, foi
 28 colocado na pauta da presente reunião; informou que na reunião da comissão formada
 29 para discutir Capacitação, realizada aos trinta dias do mês de janeiro, no IPUF (Instituto
 30 de Planejamento Urbano de Florianópolis), foram feitas algumas proposições a respeito
 31 da mesma e que foi discutido o planejamento do processo, sendo levantado o Regimento
 32 Interno; informou que foi sugerido um seminário para discutir o planejamento e a
 33 capacitação, e que fosse definido o Regimento Interno, o qual ainda não foi referendado;
 34 propôs que fosse feita uma relatoria, indicando o nome da **Sra. Karine Froner** para fazê-
 35 la, mas deixou claro que qualquer outra pessoa que se dispusesse poderia fazê-la; em
 36 seguida abriu a palavra ao grupo para que pudessem dar sugestões para o Regimento
 37 Interno. Dentre as propostas levantadas, a da **Sra. Janice Trell**, que segue, foi
 38 destacada pela plenária: até o dia vinte e oito do mês de fevereiro, o Núcleo Gestor
 39 deverá encaminhar à Secretaria do IPUF sugestões; disse que dois aspectos deverão ser
 40 levados em questão: a) mérito, b) decisão, abordando os seguintes tópicos: 1º) Processo
 41 decisório: "Como se dá o processo do Núcleo Gestor?", 2º) Operacionalidade: condições
 42 para trabalhar, 3º) Integração entre os setores (para discutir concepção de quem fala
 43 durante as reuniões do Núcleo Gestor, a questão da capacitação, etc.). Tal proposta
 44 agradou a maioria do grupo, sendo que, após a interação do **Sr. Hélio Bairoas** de que
 45 dentre quinze dias, a partir da presente data, o Núcleo Gestor deverá apresentar suas
 46 propostas ao IPUF, as quais serão passadas para o relator para discutí-las. Foi colocada



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



47 em votação e a proposta recebeu 26 (vinte e seis) votos favoráveis e apenas 3 (três)
 48 votos desfavoráveis. Assim, ficou definido que no prazo de quinze dias as sugestões
 49 sobre o Regimento Interno fossem encaminhadas à relatoria (IPUF), a qual terá cerca de
 50 uma semana e meia para apresentar a todos as propostas. Após votação, a *Sra. Janice*
 51 *Tirelli*, solicitou que constasse na ata que a proposta acatada não foi a mesma que ela
 52 propôs. O *Sr. Modesto Azevedo* sugeriu que a comissão executiva faça a relatoria,
 53 sendo que os segmentos coletarão dados para passar para a mesma. O *Sr. José Rocha*
 54 afirmou que o órgão público vai assumir a responsabilidade da relatoria já que a *Sra.*
 55 *Karine Froner* e os demais não podem fazê-la. A *Sra. Tânia da Luz* pediu para que o
 56 Núcleo Gestor levasse em consideração a importância do referimento do Regimento
 57 Interno, contando a trajetória de discussão do mesmo: informou que, ao término da
 58 segunda conferência da cidade, aos trinta e um dias do mês de julho do ano dois mil e
 59 cinco, realizada pelo IPUF e pela Sociedade Civil Organizada, o Regimento Interno foi
 60 trabalhado durante os meses de agosto à novembro pelos senhores: Alexandre Lemos,
 61 Tereza Cristina Barbosa, Lino Pires, Tânia (a que relata), Jorge Rebollo, Rodolfo S.
 62 Matte, Silvia Lenzi, Marcelo Leão e Edson Catonni; a partir do mês de agosto do ano dois
 63 mil e seis a discussão foi retomada após a primeira audiência pública realizada no TAC
 64 (Teatro Álvaro Carvalho); disse que essa questão deve ser discutida o quanto antes, a
 65 partir das sugestões apresentadas, para que o processo avance. O *Sr. Carlos Magno*
 66 explicou que o que se discutiu foi o Conselho da Cidade. Dando continuidade, tratou-se
 67 da **Ordem do Dia** no item j) **ENCAMINHAMENTOS E PAUTA PARA A PRÓXIMA**
 68 **REUNIÃO**; sendo definido pela assembleia os seguintes encaminhamentos: a) O IPUF
 69 receberá até o dia quinze de fevereiro sugestões e propostas para o Regimento Interno;
 70 depois terá uma semana e meia para apreciá-las e apresentá-las até final do mês de
 71 fevereiro para discussão do Núcleo Gestor; os delegados distritais levarão às suas
 72 respectivas comunidades as sugestões apresentadas e após retomará a discussão no
 73 Núcleo Gestor; b) No primeiro final de semana do mês de março, dias três e quatro,
 74 haverá seminário de planejamento, c) Leitura das duas atas das reuniões anteriores, d)
 75 Tempo de quinze minutos para discussão sobre o abastecimento de água no Município,
 76 e) Planejamento operacional, f) Sugestões de lugares para a realização de reuniões dos
 77 representantes distritais junto às comunidades. Em seguida, ficou definido pelo grupo que
 78 a pauta da reunião seguinte será: a) **LEITURA DAS ATAS DAS DUAS ÚLTIMAS**
 79 **REUNIÕES**; b) **PLANEJAMENTO OPERACIONAL DO PLANO DIRETOR**
 80 **PARTICIPATIVO (PDP) E DO NÚCLEO GESTOR (NG)**; c) **DEFINIÇÃO DE LOCAIS**
 81 **PARA AS REUNIÕES DISTRITAIS**; d) **DEBATE SOBRE O ABASTECIMENTO DE**
 82 **ÁGUA EM FLORIANÓPOLIS**; e) **ENCAMINHAMENTOS E DEFINIÇÃO DA PAUTA DA**
 83 **PRÓXIMA REUNIÃO**; f) **ASSUNTOS GERAIS E DE INTERESSE**. Dando
 84 prosseguimento, passou-se para o item f) **ASSUNTOS GERAIS E DE INTERESSE**, da
 85 **Ordem do Dia**; o *Sr. Modesto Azevedo*, com base na proposta levantada pela *Sra.*
 86 *Janice Tirelli*, sugeriu que, após serem encaminhadas as propostas para a Secretaria do
 87 IPUF, fosse feito um seminário na primeira semana de março. Tal proposta ficou
 88 pendente, sendo transferida para a próxima reunião. A *Sra. Janice Tirelli* sugeriu que a
 89 cada reunião fosse definida a pauta da reunião seguinte, o que todos concordaram.
 90 Franqueada a palavra e não havendo mais ninguém que se desejasse fazer uso dela, foi
 91 dada por encerrada a presente reunião, solicitando a atual Diretora de Planejamento,
 92 *Sra. Rejane Lobato*, que lavrasse a presente ata, que vai por mim, Dalane Gonçalves



93 Pereira, Secretária do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo, e pela Diretora de
94 Planejamento do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo, *Sra. Rejane Lobato*,
95 assinada.

96

97

98 **Dalene Gonçalves Pereira**
99 **Secretária**

Rejane Lobato
Diretora

ANEXO E

MODELO DE LISTA DE PRESENÇA DAS REUNIÕES DO NMG



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Rua Orlando Marques, 196 - Funchalópolis - SP - 13134-000
Fone/Fax: (13) 3333-1100 - www.sp.gov.br

LISTA DE PRESENÇA DAS REUNIÕES
2023.10.05.031008

HORARIO: 18:30 às 20:00hs.

CONTINENTE	Tribunal Progressivo dos Santos
INGLESIS	1º Supl. Roberto Coimbra
	2º Suplente: Elien Maira Ramos Tribunal Paulo Henrique Spinelli
RIO VERDELLHO	1º Supl. Cristina Carolina Moraes
	2º Supl. João Francisco de Bona Tribunal César Junior Schmitt
BARBA DA LAGOA	1º Supl. Jussé Luciano Felles
	Tribunal: Jussé Luciano de Souza 1º Supl. Luiz Pascoal Almeida 2º Supl. Anderson Basso

Assinatura do Secretário de Planejamento e Finanças, nº 13134-000/2023

ANEXO F

CARTILHA DO PDP

**Chegou a hora de planejar
o futuro de Florianópolis.**

**Você é a peça principal
deste quebra-cabeça.**

Plano Diretor Participativo de Florianópolis

Um exercício de democracia direta



APRESENTAÇÃO

Administrar Florianópolis é um enorme privilégio e também um grande desafio, originado da necessidade de implementar um conjunto de obras e ações que contribuam para consolidar a Capital dos Catarinenses como uma das melhores cidades para se morar, mediante a preservação de suas belezas naturais e o profundo respeito às tradições e à cultura de seu povo.

Ao assumirmos a gestão de Florianópolis, identificamos a necessidade de rever o Plano Diretor do município, que se encontra desfigurado pelas pontuais e contínuas alterações, muitas vezes voltadas a atender interesses particulares.

Amparado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 2001), determini que o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo fosse deflagrado com o objetivo de construir uma lei pactuada entre os diversos setores de nossa sociedade, para ordenar e disciplinar o desenvolvimento sustentável do município, com regras claras e transparentes. Tenho a convicção de que esta será a obra mais importante de meu governo e, para ter êxito, sua construção deverá ser democrática e participativa, com o efetivo engajamento das comunidades, dos segmentos da sociedade civil organizada, dos representantes do Legislativo e do Judiciário, e da equipe executiva composta de técnicos das Secretarias e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Dário Elias Berger
Prefeito Municipal

A Lei do Estatuto da Cidade é uma conquista da sociedade e inaugura uma nova forma de democracia, a democracia direta. O Estatuto da Cidade oferece a oportunidade histórica de participarmos diretamente da elaboração, implantação e gestão do Plano Diretor de Florianópolis, o qual, até então, foi elaborado essencialmente por um corpo técnico, sem uma ampla consulta popular.

O notável desafio chega num momento em que a sociedade clama por caminhos socialmente justos, ambientalmente corretos e economicamente inclusivos. Acredito que o processo participativo é a única forma de romper com as formas mercantilistas e imediatistas utilizadas para estimular o crescimento da cidade, onde poucos são os privilegiados.

Os desafios são muitos. Há um longo caminho a ser percorrido, haja vista as grandes necessidades da cidade no campo da mobilidade urbana, do parcelamento e uso do solo, da regularização fundiária, da geração de trabalho e renda, da preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, e de outras tantas demandas que garantam a função social da cidade.

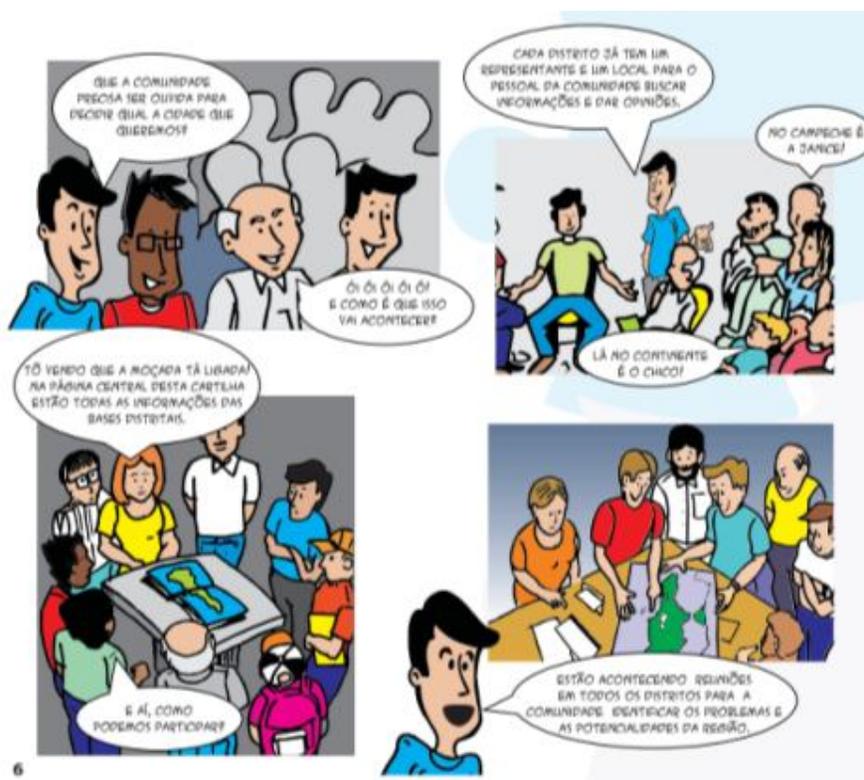
A democracia será fortalecida a partir da consolidação do processo de gestão democrática, que será pleno com a efetiva participação da sociedade na definição de suas necessidades mais elementares.

A participação de todos na definição da cidade que queremos apontar para uma Florianópolis mais justa, mais inclusiva e mais humana. Esse é o grande desafio do Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

Rdo Raimundo da Rosa
Diretor Presidente do IPUF
Presidente do Núcleo Gestor do
Plano Diretor Participativo de Florianópolis









O que é Plano Diretor?

Vira e mexe, estamos pensando no nosso futuro e nas coisas que queremos fazer. Mas quando decidimos fazer algo, precisamos planejar para tudo sair perfeito. Daí começamos a trabalhar até alcançar o nosso objetivo. Com a nossa cidade é a mesma coisa. O futuro da nossa cidade precisa ser planejado para que todos possam viver bem.

Lei do Plano Diretor

A Lei do Plano Diretor é a lei que define como uma cidade deve se desenvolver, como o município vai se organizar, crescer e funcionar, com regras, prioridades e prazos para colocar em prática o que foi decidido. Portanto, se a cidade deve ser um lugar para todos viverem com dignidade, nada mais justo que a Lei do Plano Diretor seja elaborada com a participação de toda a sociedade. Por isso existe o Estatuto da Cidade, que exige que a comunidade seja ouvida, para que o Plano Diretor aprovado seja o melhor para todos.



10

Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001

Da mesma forma que um clube ou uma associação tem um estatuto que diz quais são os seus objetivos e as normas de funcionamento, as cidades também têm o seu estatuto.

O Estatuto da Cidade é uma lei federal que cria regras gerais para o planejamento das cidades. Já o Plano Diretor define como essas regras serão aplicadas em cada município.

O Estatuto da Cidade determina quais as diretrizes que devem ser respeitadas na elaboração do Plano Diretor e apresenta também instrumentos para colocá-las em prática.

Veja algumas diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade:

- ✓ garantia de uma cidade sustentável;
- ✓ participação da população em todas as decisões de interesse público;
- ✓ proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;
- ✓ acesso aos serviços públicos e equipamentos urbanos para todos os cidadãos;
- ✓ organização do uso do solo (áreas de preservação, residenciais, comunitárias, etc.);
- ✓ regularização de lotes e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.
- ✓ simplificação da legislação para parcelamento e uso do solo; e
- ✓ adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos para que todos possam ter acesso às melhorias da cidade.



11

Etapas da elaboração do Plano Diretor em Florianópolis

Instalação do Processo de Planejamento Participativo

Para se iniciar o processo de planejamento do Plano Diretor Participativo, criou-se um Núcleo Gestor, composto de representantes do poder público, da sociedade civil e dos distritos.

Levantamento da Realidade do Município

Tudo começa com o levantamento da atual situação do município, isto é, observando-se a realidade do município a partir das leituras técnica e comunitária. Com isso descobriremos que tipo de cidade temos hoje.

Leitura Técnica

Esse levantamento é feito pelos técnicos da Prefeitura e do IPUF, que farão estudos ambientais, econômicos e da infra-estrutura social e urbana existente, além da identificação de conflitos.

Leitura Comunitária

É feita em reuniões e audiências públicas com a comunidade e identificará os seus problemas e os seus desejos. Também é uma forma de mostrar a cidade que temos atualmente e qual cidade queremos para nós e para nossos filhos.

Definição do macrozoneamento, das diretrizes e dos instrumentos

Depois dos levantamentos, será definido o macrozoneamento, ou seja, como a cidade será organizada. Além dessa visão da nova cidade, deverão ser apresentadas as diretrizes a serem seguidas e quais os instrumentos para realizar essa tarefa. Assim, definiremos qual a cidade que desejamos e como fazer para chegar lá.

Projeto de Lei

Todas as propostas aprovadas no processo participativo deverão virar um projeto de lei do Plano Diretor, que deverá ser transformado em lei, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito.

Implementação e Gestão do Plano Diretor

Com a Lei do Plano Diretor aprovada, este precisa ser colocado em prática. Com a gestão democrática e o controle social garantidos por essa Lei, será feito o acompanhamento da implementação do Plano Diretor.

14



Como você pode participar da elaboração do Plano Diretor

É responsabilidade da Prefeitura coordenar a revisão do Plano Diretor e gerar as condições para que ele seja construído de forma participativa. É nosso dever, juntamente com as representações da sociedade civil organizada, participar de todas as fases da elaboração e implementação do Plano. Os documentos e informações produzidos devem ser públicos e de livre acesso a qualquer interessado. São muitas as maneiras como você pode participar da elaboração do Plano Diretor Participativo.

Conheça algumas delas.

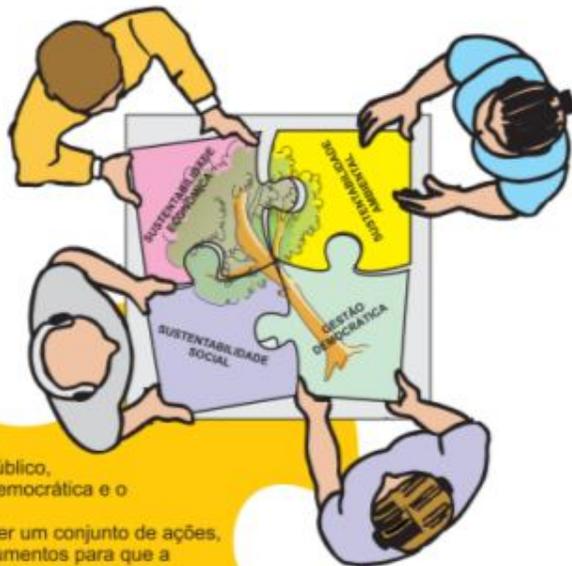
- ✓ Reuniões dos núcleos e subnúcleos distritais.
- ✓ Eventos organizados por entidades de classe, comunitárias, acadêmicas, empresariais e públicas.
- ✓ Audiências públicas, que serão realizadas em cada uma das etapas da elaboração do Plano Diretor Participativo.

Procure a base distrital de sua localidade ou acesse o site www.planodiretorfloripa.gov.br, para ter acesso à programação das atividades.

Fique ligado! Perto de você, sempre está acontecendo um evento ou uma atividade relacionada com o Plano Diretor.

15

Sustentabilidade e Gestão Democrática, as âncoras do Plano Diretor



A lei que vamos elaborar deverá prever a participação da população em todas as decisões de interesse público, para garantir a gestão democrática e o controle social.

Além disso, deverá conter um conjunto de ações, diretrizes, regras e instrumentos para que a cidade tenha sustentabilidade econômica, ambiental e social, ou seja, que garanta a todos o direito à terra, à moradia, ao saneamento básico, à infra-estrutura urbana e serviços públicos, ao lazer, à cultura e ao trabalho e renda, não só para nossa geração mas também para nossos filhos e netos.

16

O que vai ser estudado na elaboração do Plano Diretor



Na Lei do Plano Diretor deverão ser definidos critérios para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, para que a cidade se desenvolva de forma sustentável.

Tendo como referência os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, com uma gestão democrática, o Plano Diretor tratará de um conjunto de temas, o que permitirá definir como será a utilização do espaço urbano da cidade e da orla, quais as áreas ecológicas a serem conservadas, qual a matriz econômica e qual a infra-estrutura social e institucional mais adequada ao modelo de cidade que queremos.

17

Sustentabilidade Econômica

A Lei do Plano Diretor deve definir diretrizes e instrumentos para estimular a geração de trabalho e renda que permitam promover a sustentabilidade econômica, levando-se em consideração a vocação dos distritos e do município.



18

Sustentabilidade Ambiental

A cidade precisa ser planejada com padrões de crescimento e desenvolvimento, respeitando-se o equilíbrio ambiental; de forma compatível com as características locais, de modo a privilegiar os investimentos que geram qualidade de vida aos diferentes segmentos da sociedade.



- | | |
|-----------------------------|--|
| 1 - Áreas de preservação | 10 - Zona Especial de interesse social - Zelis |
| 2 - Reservas da biosfera | 11 - Instrumentos urbanísticos |
| 3 - Transporte coletivo | 12 - Dunas, mangues, restingas |
| 4 - Sistema viário | 13 - Manifestações folclóricas |
| 5 - Ciclovias | 14 - Coleta e tratamento de esgoto |
| 6 - Aquíferos e hidrografia | 15 - Plano de gerenciamento costeiro |
| 7 - Patrimônio histórico | 16 - Unidades de conservação |
| 8 - Atividades culturais | 17 - Zoneamento e demografia |
| 9 - Acessibilidade | 18 - Capacidade de suporte |



19

Aprenda mais sobre o Plano Diretor



O Plano Diretor vai estabelecer regras e normas que irão afetar diretamente o seu dia-a-dia. Os seus interesses e os da sua comunidade precisam ser debatidos, negociados e pactuados. Somente com a sua participação isso irá acontecer plenamente. E aí, vai esperar que os outros decidam por você?
Procure se informar sobre o que está acontecendo. Faça uma visita à sua base distrital (veja a forma de contato nas páginas 12 e 13 desta cartilha).

Aprenda mais sobre o Plano Diretor. As instituições e links abaixo poderão ajudá-lo.

- ✓ **IPUF**, pelo telefone 3212-5757 ou pelo site www.planodiretorforipa.sc.gov.br
- ✓ **UFSC**
- ✓ **IAB**, pelo site <http://iab-sc-geu.urbanidades.arq.br/forum/index.php>
- ✓ **Floripa Real**, pelo site www.floripareal.org.br
- ✓ **Ministério das Cidades**, pelo site www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/

Plano Diretor Participativo de Florianópolis

Núcleo Gestor Municipal

Foi criado pelo Decreto Municipal nº 4.771, de 26 de março de 2007, sendo composto de 12 membros do Poder Público, 16 membros da sociedade civil organizada e 13 representantes distritais, com seus respectivos suplentes.

Poder Público

Titulares

Rita Ramundo de Rose
Adla Rocha dos Santos
Rodolfo Joaquim Pinto de Luz
Rodolfo Sieghed Mathe Filho
Wilson Roberto Cassian Lopes
Valdir José Ferraro
Jamir Pedro Benício
José Carlos Ferreira Rauen
Abelardo Pereira Filho
Walter Alves Moreira

Suplentes

Jeanine Mara Tavares
Salvador Mattos Sobrinho
Pedro Rodrigues da Silva
Alberto Rozchi
Adriana Saldouzelet
Nancy Cleary P. Ramos
Norton Makowsky
Francisco Antônio da Silva
José Antônio Latorraca Filho

Julio de Deus Medeiros
Karine Finner
Jorge Roberto Siqueira
Derrivan Machado
Helio Barreto
Kasson Trassi
Fátima Roberto Ribeiro
Eduar Manoel Pereira
Sidney Aguiar Lopes

Debora Lehmann
Rudolfo Carlos Neukirch Philipp
Renato Sabião
Tarcísio Schvrit
Otávio Tinoni e Ramon Fernandes
Ivan de Lúcia
Walter Ferreira de Oliveira e Léo Fernando B. Peres
Fernando de Souza e Saul Claudino

Representantes Distritais

Titulares

Janice Trell
Gert Schriek
Marina Schröder
Rubinson Alves
Pablo De Mari
Paulo Henrique Spinali
César Jamir Schenck
Ivan Antônio de Souza
Alcides da Fonseca Sombra
Alfeu Pedro dos Santos
Vera Lúcia Bird
Ruy Antônio Pires Alves
Francisco dos Santos

Suplentes

Alaide Silva, Valter Chagas e Fernando C. de Moraes
Avelino Monteiro Filho e Carlos R. de Melo Rostler
José Roberto Ramos Lucch e João Alves de Luz
Luiz Augusto Marini e Rosalvo Pires
Adelto Francisco e Gilberto Ribas
Cristina Cardoso Nunes e Joice Ferreira da Rosa
João Justino Fella
Luiz Pasqueli Almeida e Anderson Barão
Reginaldo Jacques, Valdir M. de Andrade e Mariela Vieira
Silvio Rogério de Souza e Luiz Alfredo Carpegiani
Rodrigo Nelson Pereira e Luandro Machado
João Batista da Penha e João Carlos da Silva
Beatriz Cardoso, Tássia Maria Ramos

Sociedade Civil Organizada

Titulares

Kelly Cristina Cabral
Jorge Alberto Buzato
Carlos Magno Nunes
Maurício Azevedo
Eda Fernandes
César Floriano
Alexandre Lemos

Suplentes

Jariele Ely
José Gomes Mendonça
Jeffrey Hoff
Pedro Henrique Simas
Vera Lucia Farias
Fátima Brugnani
Tereza Cristina P. Barbosa e Azor El Achkar

Grupo Executivo

Foi criado pelo Decreto Municipal nº 4.215, de 12 de junho de 2006, sendo como membros permanentes os titulares das seguintes órgãos e entidades municipais:

- Secretaria Municipal de Governo;
- Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos - SU/SP;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Secretaria Regional de Comércio;
- Secretaria Municipal de Obras, Adm. e Infra. Urbanas, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal de Obras;
- Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito;
- Procuradoria Geral do Município;
- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF; e
- Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUMAM.

Ficha Técnica



Produção: Plotei Comunicação Gráfica Ltda. ME.
Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Paulistonger
Revisão e edição: Patrícia de Aguiar, Gustavo Sotelo
Revisão técnica: Instituto de Planejamento de Florianópolis - IPUF
Hospedagem: Núcleo Gestor Municipal do
Plano Diretor Participativo de Florianópolis

ANEXO G

SUGESTÃO DE PLANO DE MÍDIA

SUGESTÃO DE PLANO ESTRATÉGICO DE MÍDIA - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO 2008

Méio de Comunicação	Código	Descrição	Formato	Período	Moeda	Quantidade de circulação
Áudio - Rádio						
Rádio Calorinho	1216-3014 ou Rta 3016-3018	Parlamentar Assessoria Jurídica: 30.000 exemplares Assessoria Jurídica: 30.000 exemplares Não assinadas	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (30 mil exemplares)
Rádio Capital	Rta - 3001 - 0000	Parlamentar - 3.000 exemplares	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (3 mil exemplares)
Rádios do Dia	Rta - 3002-0000 / 3003-0000	Manchete - 3.000 exemplares	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (3 mil exemplares)
Rádio de Caspary	Rta / Rta - 3040-0100	Parlamentar - 3.000 exemplares Cirurgião, Médico, Dent. Alvaro, Abreão, FERNANDES & ASSOCIADOS	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (3 mil exemplares)
Rádio de Nova Friburgo	Radio (Virtual News) - 3033-1300 3001-0473	Parlamentar - 3.000 exemplares Agências: Borelândia - Rio - Verônica, Gabinete do Sen. Jairo, Ponta das Canas, Condições, Jorjari, Anelã Interacional, Daniels, Bento Adalberto de Lacerda, Sérgio Paqueti, Sérgio Brandt, Sérgio do Nascimento, Briza-Mar Shopping	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (3 mil exemplares)
Rádios do Rio	Radio (Virtual News) - 3033-1300 3001-0473	Parlamentar - 10.000 exemplares Tribunal Integrado: Conselho de Férias, Agência Brasileira, Câmara Commercial, Shopping, Colégio Carol, Eikonas, Secretarias, Hospitais, etc.	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (30 mil exemplares)
Órbitas	Radio (New Republic) - 3034-0434 3004-0332	Parlamentar - 10.000 exemplares Revista: 10000 e Rádio: 10000 no Topo de Caspary, Santa Maria, Arlindo Jordani, Parque São Jorge, L'age de Caspary, Bar do Lago, Clube de Caspary, Associação, Bar do Lago, Tronada, Caspary, Bar do Lago	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (10 mil exemplares)
Rádios do Sul	Rádios - 3035-0177	Parlamentar - 3.000 exemplares Jornal de Rio, Tereza, Flávia de Sul e Sônia	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (3 mil exemplares)
Rádios de Caspary	Radio (Virtual News) - 3033-1300 3001-0473	Parlamentar - 10.000 exemplares Caspary, Rio Tereza, Norma das Pedras, Jardim Caspary, Porto de Lagoa, Adu, Mônica e Caspary	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (10 mil exemplares)
Rádios dos Condôminos	Radio (New Republic) - 3034-0434 3004-0332	Parlamentar - 8.000 exemplares Tribuna de Condôminos do Grande Paraty e do Borelândia, Comércio, Distribuição nos principais órgãos públicos, hotéis, restaurantes e lojas em Paraty	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (8 mil exemplares)
Tribuna de Friburgo	Radio (Virtual News) - 3033-1300 3001-0473	Parlamentar - 8.000 exemplares Agrônomo, Tronada, Estrada Grande, Associação Santa Maria, Foz de São José, etc., não inclui com mais de 200 nomes de assinantes, assinaturas e telefones	Manchete (1 linha)	30 meses	Reais R	30 distribuição por mês (8 mil exemplares)
Méio de Comunicação <th>Código</th> <th>Descrição</th> <th>Formato</th> <th>Período</th> <th>Moeda</th> <th>Quantidade de circulação</th>	Código	Descrição	Formato	Período	Moeda	Quantidade de circulação
Visual - Imprensa						
Diário	3016-3004	Diário Parlamentar	Diário 07 - Nova Terceira, entre 9:00 e 19:00 - 3	30 meses	Reais R	Diário 30 dias, 3 vezes ao dia
Rev. Alegria	3019-0101	Diário Parlamentar	Rev. 07 - Nova Terceira, entre 9:00 e 19:00 - 3	30 meses	Reais R	Diário 30 dias, 3 vezes ao dia
Rev. Rio	Diário - 3019-1304	Diário Parlamentar	Rev. 07 - Nova Terceira, entre 9:00 e 19:00 - 3	30 meses	Reais R	Diário 30 dias, 3 vezes ao dia
Revista Condôminos			Rev. 07 - Nova Terceira, entre 9:00 e 19:00 - 3	30 meses	Reais R	Diário 30 dias, 3 vezes ao dia
Visual - Televisão						
Paraná	3019-1777 - 0100	Parlamentar	Paraná	30 meses	Reais R	30 vezes (paraná)
Paraná	3019-1777 - 0100	Parlamentar	Paraná	30 meses	Reais R	30 vezes (paraná)
Após Fim	3019-0303 - Lacerda - 0001-0300	Parlamentar	Paraná	30 meses	Reais R	30 vezes (paraná)
Após Fim	3019-0303 - Lacerda - 0001-0300	Parlamentar	Paraná	30 meses	Reais R	30 vezes (paraná)
Visual - Vídeo						

ANEXO H

SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA A LEITURA COMUNITÁRIA



IPUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
Praça. Getúlio Vargas, 194 - Florianópolis/SC - 88.020-030
Fone/fax (48) 3212.5700 - <http://www.ipufsc.gov.br>



Esclarecimentos:

Conforme apresentado na 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Participativo realizada em 1º de agosto de 2006, o IPUF apresentaria uma sugestão de “ROTEIRO PARA A LEITURA COMUNITÁRIA” atendendo solicitação de alguns segmentos que estavam em dúvida de como começar o processo no âmbito de seus bairros ou distritos.

Longe de querer caracterizar-se com uma “receita de bolo”, o ROTEIRO apresentado é uma referência para as diferentes abordagens julgadas relevantes no processo de caracterização e discussão da situação atual das localidades, buscando, através de um processo de reflexão coletiva, oferecer caminhos e propostas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, a elaboração do roteiro visa alcançar os seguintes objetivos.

- **Caracterizar a “cidade que temos” a partir da identificação de problemas/conflitos e potencialidades locais.**
- **Apontar caminhos para construir a “cidade que queremos” a partir de discussões temáticas e busca de soluções.**

Os temas sugeridos para discussão nas reuniões comunitárias são:

- **Meio Ambiente**
- **Uso e Ocupação do Solo**
- **Infra-Estrutura Urbana**
- **Infra-Estrutura Social e Equipamentos Públicos**
- **Mobilidade Urbana**
- **Segurança Pública**
- **Política Habitacional e Regularização Fundiária**
- **Inclusão Social**
- **Desenvolvimento Econômico**

- **Participação e Gestão Democrática**

Salienta-se que os participantes do processo podem contribuir com outras temáticas ou suprimir aqueles temas julgados irrelevantes no momento atual, ficando a decisão a critério de cada grupo, inclusive quanto à realização de reuniões, formação de grupos de trabalho, etc; que visem a discussão do assunto “Plano Diretor”.

Poderá ainda se optar por outra forma de abordagem, ressaltando-se que a objetividade e clareza que devem acompanhar o “diagnóstico” da situação atual facilitarão o entendimento dos problemas e dos encaminhamentos para as possíveis soluções.

A aplicação do presente ROTEIRO, ou de um outro adaptado à realidade local por decisão da comunidade, poderá ser iniciada independente da agenda da 1ª reunião oficial com a equipe do poder público municipal, pois cada localidade encontra-se em fase distinta de discussão do Plano Diretor (algumas não começaram , outras já estão com o plano em tramitação na Câmara, outras estão em processo de discussão do macro- zoneamento, etc.)

Por outro lado, solicita-se que os resultados das discussões nos bairros sejam encaminhados às reuniões distritais vindo acompanhados de um breve relatório(impresso e em arquivo digital) sobre cada tema para que sejam apresentados nas audiências públicas e oficinas de trabalho do Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

O IPUF encontra-se a disposição para os esclarecimentos às entidades comunitárias, objetivando o melhor encaminhamento às questões aqui apresentadas.

Participe do Plano Diretor!

Vamos construir juntos a cidade que queremos!

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS

SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA A LEITURA COMUNITÁRIA 1ª ETAPA: LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL

DISTRITO: _____ BAIRRO: _____

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS NA SUA COMUNIDADE COM RELAÇÃO A:
(se possível localizar a situação no mapa, utilizando legendas específicas.)

a) MEIO AMBIENTE:

Assinalar existência de problemas:

- () Poluição de rios/ lagos/ mar com esgoto, lixo, resíduos industriais, etc.
- () Pegadas à áreas de preservação natural (morcegos, praias, manguezais, dunas, rios, florestas)
- () Desvalorização do patrimônio histórico- arquitetônico (destruição do casarão histórico...)
- () Ocupação em áreas de risco (sujeitas a deslizamentos, inundações, alagamentos...)
- () Áreas de depósito clandestino de lixo e entulho.
- () Falta de fiscalização
- () Outros problemas. Especificar: _____

- Citar ocorrência de alguma ação positiva com relação à preservação ambiental de seu bairro/ distrito: _____

- Citar duas potencialidades ambientais de seu bairro/ distrito: _____

b) USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (PLANO DIRETOR):

I. Assinalar existência do problema e citar 2 (dois) problemas principais.

- () Áreas de preservação: _____
- () Áreas rurais: _____
- () Áreas comerciais: _____
- () Áreas residenciais: _____
- () Áreas comunitárias e de lazer: _____
- () Orla marítima/ lagoa: _____

II. Identificar quais as principais referências comunitárias do seu bairro/ distrito, com relação à:

- Locais significativos (naturais ou construídos): _____
- Atividades e eventos significativos: _____
- Áreas de comércio mais usadas: _____
- Locais de lazer: _____

III. Com relação às edificações, citar o n.º de pavimento máximo desejável (citar 2 - A - B - 12 -)

- () Pavimentos no centro do bairro/ distrito
- () Pavimentos fora do centro do bairro/ distrito

IV. Com relação ao adensamento (mais pessoas concentradas), indicar local onde deverá ser:

- Mais adensado: _____
- Menos adensado: _____
- Adensamento intermediário: _____
- Totalmente preservado: _____

V. Com relação às áreas caóticas e com problemas de funcionamento, identificar áreas ou locais problemáticos:

- Área 1 _____ Tipo de problema _____
- Área 2 _____ Tipo de problema _____
- Área 3 _____ Tipo de problema _____

- Citar uma área de seu bairro/ distrito que exemplifique a QUALIDADE DE VIDA (melhores condições urbanas, sociais, ambientais e culturais): _____

c) INFRA-ESTRUTURA URBANA:

Assinalar existência de problema:

- () Abastecimento de água
- () Tratamento de esgoto
- () Coleta de lixo comum
- () Coleta de lixo seletivo
- () Iluminação pública
- () Abastecimento de energia elétrica
- () Pavimentação de ruas
- () Pavimentação de passeios
- () Drenagem urbana
- () Outros. Especificar: _____

- Prioridades da comunidade: 1 _____
2 _____
3 _____

- Citar ocorrência de alguma ação positiva ocorrida (governamental ou não governamental) com relação à melhoria da infraestrutura urbana do seu bairro/ distrito: _____

4) INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.

Analisar a existência de equipamento e especificar o tipo de problema se houver:

 Conselho da Criança - Municipal Estadual Privado

 Pré-Escola (4 a 6 anos) - Municipal Estadual Privado

 Ensino Fundamental - Municipal Estadual Privado

 Ensino Médio - Municipal Estadual Privado

 Escola de Artes e Artesãs

 Posto e atendimento de saúde

 Centros comunitários

 Áreas de lazer, esporte e cultura

 Centros

 - Prioridade da comunidade: 1 _____, 2 _____, 3 _____

* Citar ocorrência de alguma ação positiva ocorrida (governamental ou não governamental) com relação ao tema de intervenções sociais.

4) MOBILIDADE URBANA.

Especificar problemas, condições / deficiências existentes de acordo com cada item.

Rodovias / avenidas _____

Ruas _____

- Serviços _____

- Taxis carterivos _____

- Acesso à ciclo _____

- Passagens públicas _____

- Calçadas _____

- Áreas de estacionamento _____

- Transporte Coletivo _____

- Transporte Escolar _____

- Veículos de emergência (Bombeiros, Ambulância) _____

- Cargos e descargas _____

- Pontos de táxi _____

- Ónibus de turismo _____

- Transporte marítimo _____

- Transporte aéreo (aeroporto, heliponto, ...) _____

- Outros. Especificar _____

 - Prioridade da comunidade: 1 _____, 2 _____, 3 _____
5) SEGURANÇA PÚBLICA.

Analisar existência de equipamento / estrutura. Se houver problema, especificar.

 Conselho de segurança _____

 Posto policial _____

 Delegacia de polícia _____

 Posto não-ocidente na praia _____

 Corpo de bombeiros _____

 Polícia ambiental _____

 Polícia comunitária _____

 Guarda municipal / militar _____

 Rondas noturnas _____

 - Tipos de ameaça mais frequentes à segurança pública. Especificar: _____
6) POLÍTICA HABITACIONAL.

Analisar existência do problema e indicar área onde ocorre.

 Ocorrência de ocupações irregulares (casas altas, toldos e baixos) _____

 Processos de favelização _____

 Segregação/ desigualdade social e urbana _____

 Invasão em áreas protegidas _____

 Privatização de áreas da cidade _____

 - Citar ocorrência de ações positivas com relação à minimização dos problemas acima. _____
6) INCLUSÃO SOCIAL.

Analisar ocorrência de problemas no seu bairro/ distrito que seja de sua competência.

 Desigualdade social face à distribuição de renda

 Desemprego e falta de oportunidades

 Presença de "bairros da mãe"

 Insegurança e insalubridade

 Presença de catadores de lixo

 Analfabetismo

 Falta de atendimento às mulheres vítimas de violência

 Falta de assistência à população de necessidades especiais

 Falta de assistência à idosos

 Práticas com drogas

 Presença de furtos/ roubo submersivos

 Ausência de áreas esportivas (ex. campo de futebol) e de lazer

 Participação no movimento Black

 Comunalidade sem acesso à informação e reorientação

 Outros _____

 Citar ações positivas ocorridas ou em andamento no seu bairro/ distrito que estejam minimizando os problemas acima. _____

0) DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Assinalar a opção mais adequada para o seu bairro/ distrito/dimensões (veree de forma equilibrada e sustentável) (com preservação ambiental, desenvolvimento social, acadêmico e humanis)

- Preservação ambiental, Canteiro:
 - Turismo Ecoturismo _____
 - Cultural _____
 - Gastronômico _____
 - Esportivo _____
 - Religioso _____
 - De negócios _____
 - De esportes _____
 - De lazer _____
 - Outro _____
- Prestação de serviços _____
- Comércio _____
- Indústria Varejante _____
 - Equipamentos _____
 - Alta tecnologia _____
 - Outro _____
- Construção civil _____
- Educação _____
- Centro administrativo _____
- Centro referencial de saúde _____
- Arte e artesanato _____
- Economia informal e popular _____
- Maricultura/ Pesca _____
- Produção hortifrutigranjeira _____

1) PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA:

Indicar como participa atualmente das discussões sobre os problemas e soluções para o seu bairro/ distrito/ cidade:

- Conselhos comunitários /Associações de bairro _____
- Audiências públicas _____
- Lideranças políticas _____
- Fóruns de bairro/ distrito/ cidade _____
- Outros _____
- + Citar as dificuldades encontradas na atual forma de participação: _____
- Citar como gostaria de ampliar sua participação: _____

k) OUTROS TEMAS RELEVANTES. 1- _____
 (temas e contextualização) 2- _____

SUGESTÃO DE ROTEIRO PARA A LEITURA TÉCNICA

LEITURA DA CIDADE

A Leitura da Cidade é a identificação e o entendimento da situação de todo o território municipal, com seus problemas, conflitos e potencialidades. Vai ser a resultante do cruzamento das leituras técnicas e das leituras comunitárias.

A leitura técnica sistematiza e explicita as ações das políticas públicas, auxiliando no entendimento da cidade, por meio de estudo comparativo de dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infra-estrutura e recursos disponíveis.

Esta leitura é elaborada pela equipe técnica da Prefeitura ampliada com a participação de outros técnicos das universidades locais, instituições de ensino e de pesquisa.

No primeiro momento serão disponibilizadas informações mais sistematizadas que auxiliarão as leituras comunitárias. Estas por sua vez trarão elementos que deverão ser analisados do ponto de vista técnico.

Para que este procedimento ocorra de forma a alcançar um melhor resultado, o IPUF vem coordenando uma comissão técnica formado por representantes dos distintos setores da Prefeitura que vem apresentando relatórios das atividades em andamento.

Além destes relatórios, outros estudos se fazem necessários para abranger as diversas áreas que compõem a estruturação de um novo plano diretor.

Desta forma a Leitura da Cidade será a resultante da análise conjunta das leituras técnicas e das leituras comunitárias.

ANEXO I

CAPACITAÇÃO DOS REPRESENTANTES DISTRITAIS E SUB-NÚCLEOS



IPUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE
FLORIANÓPOLIS

Pça. Getúlio Vargas, 194 - Florianópolis/SC - 88.020-030

Fone/fax (48) 3212.5700 - www.ipuf.sc.gov.br

Capacitação dos Representantes Distritais
e Sub-Núcleos

Data: 07/04/2007

**Participantes: Representantes Distritais e dos Sub-Núcleos,
conforme tabela abaixo.**

Local: Centro de Educação Continuada – CEC

Rua Ferreira Lima, n° 82 – Centro – Florianópolis

Hora: 18:30 hs às 22hs

Número de vagas: 100 vagas

Participantes	Titular	1º Suplente	2º Suplente	Convidados	Total
Distritos	11	11	11	2 para cada distrito	55
Sub-núcleos	9	9	9	2 para cada sub-núcleo	45
Total					100

Data: 08/05/07

Participantes: Regiões Leste e Sul – moradores dos Distritos:
Barra da Lagoa, Lagoa, Campeche, Ribeirão e Pântano do Sul.

Local: Clube Catalina

Av. Pequeno Príncipe, n° 2845 - Campeche

Hora: 18:30 hs às 22 hs

Número de vagas: 120 vagas – 24 para cada Sub-Núcleo.

Data: 09/05/07

Participantes: Região Sede Ilha – moradores dos 5 Sub-Núcleos:
Centro, Maciço Central, Maciço Costeira, Bacia Itacorubi e Bacia Monte Verde.

Local: Centro de Educação Continuada – CEC

Ferreira Lima, n° 82 – Centro – Fpolis.

Hora: 18:30 hs às 22 hs

Número de vagas: 100 vagas – 20 para cada Sub-Núcleo.

Data: 10/05/07

Participantes: Região Norte – moradores dos Distritos: Stº Antônio, Ratoles, Canasvieiras, Cachoeira, Ingleses, Rio Vermelho.

Local: Academia da Policia Civil do Estado de Santa Catarina - ACADEPOL

Rod. Tertuliano Brito Xavier, nº 209 - Canasvieiras

Hora: 18:30 hs às 22 hs

Número de vagas: 190 vagas – 31 para cada Sub-Núcleo.

Data: 15/05/07

Participantes: Continente – moradores dos 4 Sub-Núcleos: Coqueiros/Itaguaçu/BomAbrigo/Abraão;Capoeiras;Estreito/Canto/Balneário/Coloninha;Jardim Atlântico/Monte Cristo.

Local: Clube Recreativo 6 de Janeiro

Rua Prof. João José de Souza Cabral, 355 – Balneário.

Hora: 18:30 hs às 22 hs

Número de vagas: 190 vagas – 47 para cada Sub-Núcleo.(a confirmar)

ANEXO J

CRONOGRAMA INICIAL DO PROCESSO DO PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO

Ver Observações (a) (b) (c) (d) (e)

Observações:

- Capacitação Pública** – Ver Programa de Capacitação Pública
- Participação Comunitária e Produção e Divulgação da Informação** – Articulada com Programa Capacitação Pública, relacionamento com a Comunidade de Sensibilização / Mobilização Social e Fundamentação Técnica e Comunitária.
- Leitura da Realidade Municipal, Visão de Futuro, Temas Prioritários e Eixos Estratégicos** – Articulada com Programa de Fundamentação Técnica e Comunitária.
- Proposições, Diretrizes, Estratégias, Macrozoneamento, Consolidação do Modelo Espacial e de Atuação** – Vinculada à realização de Seminários e Oficinas de trabalho.
- Elaboração do Projeto de Lei/Consolidação** – Vinculada à Assessoria Jurídica.



ANEXO K

LISTA PARA SOLICITAÇÃO DE MATERIAS DAS BASES DISTRITAIS – MODELO SUBNÚCLEO DO SACO GRANDE

Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

Ao IPUF,

Lista de materiais para o subnúcleo do saco grande p1 2008

- 05 Resmas de papel A4;
- 02 Cartuchos para impressora HP Laserjet 1018;
- 03 Cds Virgens;
- 01 Cola;
- 01 Tesoura;
- 01 Borracha;
- 01 Grampeador;
- 01 Régua de 30 cm;
- 01 Régua de 50 cm;
- 01 Caixa de canetas esféricas nas cores azuis;
- 03 Pastas de plástico com elástico;
- 01 Caixa de grampos para grampeador;
- 01 Caixa de disquetes;
- 20 Tiras de copos d'água;
- 01 Caixa de marca texto;
- 01 Jogo de canetinhas de hidrocor;
- 02 Caixas de cliques n.º. 06;
- 02 Caixas de cliques n.º. 04;
- 01 Caixa de cliques n.º. 02;
- 01 DVD;
- 01 Lapseira;
- 01 Fita larga crepe;
- 01 Fita larga transparente;
- 02 Durex;
- 01 Pasta AZ;
- 01 Perfurador;

- 10 Envelopes grandes;
- 10 Envelopes médios;
- 10 Envelopes pequenos;
- 01 Porta canetas;
- 02 Postits grandes;
- 02 Postits pequenos.

Tibelle Cristina Rabello de Oliveira
Estagiária do IPUF

ANEXO L

OFÍCIO DE RECEBIMENTO DE ALGUNS MATERIAIS
SOLICITADOS PELO SUBNÚCLEO DO SACO GRANDE

IPUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
Sede Distrito Ilha
Rua: Deodoro (Antigo Restaurante Pirão), Florianópolis
Fone: 3222-4876 ou 8421-7322
E-mail: julianara.ipuf@yahoo.com.br
www.ipuf.sc.gov.br



OFÍCIO Nº.017/2007

Florianópolis, 13 de Novembro de 2007.

ILMA SRA.
MARINA RAMOS DA PAIXÃO
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA FINANCEIRA DO IPUF
NESTA

Assunto: Pedido de Materiais

Senhora Superintendente,

OK 100 22/11

Cumprimentando-a cordialmente, solicito através deste, materiais para o funcionamento da base do Subnúcleo da Bacia Hidrográfica do Saco Grande:

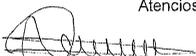
- OK 2 resmas de papel A4; OK
- 2 tintas para a impressora HP Laserjet 1018;
- OK 1 (cada) caneta azul, preta e vermelha; OK
- OK - 1 cola; OK
- 1 tesoura;
- OK 1 borracha; OK
- OK 1 grampeador;
- OK 1 régua de 30cm; OK
- 1 ventilador;
- Placa da base distrital do Subnúcleo;
- Telefone fixo. OK
- OK - 1 LÁPIZ OK

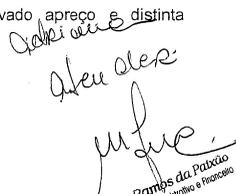
PROTOCOLADO EM
RECEBIDO EM
14/11/07

Rosimeri Martins - Matr. 48919/05

Na oportunidade, apresentamos votos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Ruy Antonio Pires Alves
Representante do Distrito Sede Ilha


Marina Ramos da Paixão
Superintendente Administrativa e Financeira

ANEXO M

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS

DISTRITO SEDE SUBNÚCLEO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SACO GRANDE

PROPOSTAS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA – 28/04/2008

1. Mobilidade e Transporte Público

- Consulta à comunidade para definição de horários e itinerários;
- Estabelecimento de novos itinerários e horários para os bairros;
- Ampliação dos horários nos momentos de pico;
- Horários fixos das linhas, em substituição aos horários previstos, que aumentam o tempo de espera;
- Avaliação comunitária do serviço prestado pelas empresas e implantação de ouvidoria no sistema público de transporte;
- Transporte executivo para os bairros da região, com opções de itinerários pela Avenida Mauro Ramos e pela Avenida Prof. Othon Gama D'Eça;
- Redefinição do ponto final das linhas que atendem o bairro, indo até o limite do mesmo, no SESC de Cacupé;
- Horários e itinerários adequados às necessidades dos moradores dos morros, como Sol Nascente e Caminho da Cruz, com horários nos fins de semana;
- Linhas em todos os morros e loteamentos da região;
- Linhas dos bairros para as praias e circular entre os bairros;
- Linhas para o centro administrativo e shopping devem contemplar a Rodovia Virgílio Várzea;
- Linhas diretas dos bairros da região para o centro e para a universidade;
- Transporte alternativo com vans e ônibus escolares;
- Opção de transporte escolar gratuito que propicie o acesso às escolas da região;
- Diminuir o valor da tarifa e implantar tarifa específica para o deslocamento entre os bairros;
- Participação da comunidade na redefinição do sistema integrado de transporte coletivo;
- Ativação dos terminais ou utilização para outros fins;

- Ônibus adaptados para deficientes, idosos e grávidas;
- Capacitação dos funcionários do transporte, para prestar atendimento adequado aos usuários;
- Alternativas de abrigos que ofereçam conforto, segurança e durabilidade;
- Estudo para a definição e incrementação de locais para a instalação de abrigos;
- Pensar o limite de carros para a cidade;
- Fim dos monopólios no transporte coletivo, de forma que haja concorrência entre as empresas na prestação do serviço;
- Criação de ciclovias e passeios para o deslocamento alternativo;
- Infra-estrutura adequada para a integração ônibus-bicicleta;
- Alternativas de deslocamento da região através do transporte marítimo ou metrô. O projeto de metrô de superfície do governo do Estado deve beneficiar os bairros mais populosos e não os mais ricos;
- Transporte hidroviário como prioridade para integração da cidade com os municípios da Grande Florianópolis e como meio de transporte coletivo entre as regiões da cidade, sendo fundamental para solucionar o problema de trânsito metropolitano.
- Placa indicativa de acesso secundário ao João Paulo atrás do Cemitério do Itacorubi;
- Implantação de vias marginais para a saída do bairro João Paulo;
- Vias alternativas para acesso ao bairro João Paulo e interligação das comunidades da Vila Ivan Matos, Jardim Caiobig e Pôr-do-Sol;
- Implantação das alças de acesso ao viaduto Marcelino Adolfo Aguiar (viaduto do João Paulo);
- Aumentar a sinalização para acesso e saída dos bairros;
- Sinalização adequada nos acessos aos loteamentos Maria do Mar e Pôr-do-Sol I, nas intersecções com a Rodovia João Paulo;
- Melhorias no acesso a Rodovia Virgílio Várzea, nos viadutos do Monte Verde e do Cacupé, sem perda de espaço público;
- Denominação dos viadutos do Monte Verde e de Cacupé mediante consulta popular;
- Melhorar a intersecção entre a Rodovia Virgílio Várzea e a Rua Almíscar, garantindo a segurança e facilitando o acesso;
- Implantação de novo acesso à área central do bairro Monte Verde;
- Marginal na rodovia SC 401 em ambos os lados, entre a intersecção com a Avenida da Saudade e a entrada do Cacupé, com ciclovia e calçada;

- Humanização da Rodovia Virgílio Várzea, com ciclovia, praça, faixa de pedestre, áreas de convivência e pavimentação asfáltica em toda a sua extensão;
- Humanização da Rodovia Haroldo Soares Glavan, com melhorias na pavimentação, construção de calçadas e ciclovia e manutenção desta como acesso ao bairro Cacupé;
- Não aumentar a largura da rodovia João Paulo;
- Proibição de estacionamento em um dos lados da Rodovia João Paulo e Rodovia Virgílio Várzea;
- Proibição do uso da Rodovia Virgílio Várzea como estacionamento para carga e descarga de mercadorias do Floripa Shopping;
- Recuos ao longo das ruas para embarque e desembarque de veículos e ônibus;
- Faixa de pedestres em frente à ACIC, unidade local de saúde, supermercado Florêncio e sinalização de velocidade ao longo das principais vias;
- Passarela de pedestres nas imediações do Cemitério do Itacorubi;
- Obrigatoriedade de rebaixamento das calçadas e de sinalização onde houver diferença de nível com os terrenos circunvizinhos;
- Padronização das calçadas e construção das mesmas pelo poder público, de forma a contemplar as necessidades de deficientes físicos e visuais;
- Novas edificações devem prever espaços para implantação de ciclovias, calçadas com passeio, arborizadas e com serviços públicos;
- Padronização das alturas dos muros;
- Melhorias no acesso das servidões;
- Estudo para definição do tipo de pavimentação mais adequada para as ruas;
- Abertura de ruas e vias públicas pelo poder público, respeitando-se os padrões estabelecidos;
- Retirada dos pórticos existentes em condomínios residenciais e livre acesso à orla e vias públicas;
- Criação de uma intendência na região, para resolução de problemas pontuais;
- Integração entre os bairros e valorização dos espaços públicos;
- Oficializar as servidões sem denominação.

2. Saneamento Ambiental

- Plano municipal de saneamento básico, com a previsão de ações para todas as regiões da cidade, levando-se em conta as especificidades de cada local, como áreas de encostas, grandes empreendimentos, etc;
- Incentivo e orientação para a implantação de sistemas alternativos de tratamento de esgoto, levando-se em conta as particularidades de cada comunidade;
 - Fiscalização efetiva das ligações clandestinas de esgoto;
 - Eliminação das ligações clandestinas de esgoto no curso de água existente entre o residencial Village Club e a Rua Natalina Machado;
 - Monitoramento da qualidade da água;
 - Ampliação da rede de abastecimento de água;
 - Políticas públicas e campanhas para aproveitamento da água da chuva, com incentivo financeiro para a instalação de calhas e cisternas;
 - Políticas públicas e campanhas que promovam o consumo consciente da água pela comunidade;
 - Incentivo financeiro à aquisição de placas fotovoltaicas para aquecimento solar da água, nas residências;
 - Garantir a oferta de água para todos os moradores do bairro Monte Verde, com a implantação do sistema de captação de água em pontos mais elevados da cachoeira do Monte Verde;
 - Garantia de fornecimento de água pelo poder público a todos os moradores da região da bacia hidrográfica do Saco Grande, preservando-se a autonomia das comunidades para a gestão local da captação, tratamento e distribuição da água oriunda das nascentes da região, com a fiscalização pelos órgãos competentes;
 - Recuperação e proteção dos mananciais de água;
 - Recuperação da mata ciliar, com a remoção de moradores das áreas de preservação e desassoreamento dos rios;
 - Educação ambiental formal e informal para a promoção de reflexões e mudanças de atitude da comunidade em relação ao seu meio;
 - Ampliação e maior frequência da coleta seletiva;
 - Divulgação, incentivo e orientação sistemática para a coleta seletiva de lixo e para o manejo do lixo convencional;
 - Incentivo e orientação para a realização permanente de mutirões de limpeza pelos próprios moradores;
 - Colocação de lixeiras comunitárias nas servidões;
 - Coleta regular de lixo pesado nos bairros;
 - Estabelecimento de local para depósito de entulho e lixo pesado, em cada comunidade, com a contrapartida do poder público na retirada do material e destino adequado;

- Ampliação e revisão do sistema de drenagem em toda a região;
- Limitação da área impermeabilizada nas residências;
- Construção da galeria pluvial a partir da Rodovia João Paulo (próximo à escola), estendendo-se pela Rua João Pio até a praia;

3. Infra-Estrutura Social

3.1 Saúde

- Transformação da atual unidade local de saúde do Saco Grande em unidade de referência local em saúde da família para as unidades instaladas nas comunidades;
 - Implantação de 3 unidades de saúde na região (Caminho da Cruz, Sol Nascente e Barreira do Janga), com o uso do espaço da antiga Cidade das Abelhas para a instalação de uma delas;
 - Construção de um hospital no norte da ilha, em local adequado, sem poluição sonora;
 - Exames laboratoriais nos postos de saúde da região;
 - Maior oferta de exames de alta complexidade e agilidade no seu encaminhamento;
 - Agilidade no encaminhamento e atendimento em outras instituições de saúde;
 - Ambulâncias nas unidades locais de saúde;
 - Concurso público regular na área de saúde e contratação imediata de profissionais;
 - Capacitação permanente dos profissionais da saúde, levando-se em conta as especificidades da região;
 - Capacitação dos agentes de saúde para a prevenção de doenças e promoção da saúde;
 - Construção de calçadas e ciclovias, bem como espaços de lazer para crianças e adultos, que contribuam com a promoção de saúde;
 - Revitalizar os espaços comunitários com piscinas públicas, quadras esportivas, pistas para caminhada, de forma que possam ser desenvolvidas atividades de promoção da saúde;
 - Estabelecer convênios com faculdades de Educação Física para oferecer à população opções de atividades físicas com acompanhamento e orientação;
 - Ações sistemáticas de prevenção e promoção da saúde, com destaque para práticas alternativas, como fitoterapia, dentre outras.

Espaços para a prática de ginástica, yôga, dança, sendo a antiga Cidade das Abelhas uma opção;

- Centros de tratamento para dependentes químicos e incentivos à criação de grupos de apoio (tabagistas e alcoolistas);
- Programas de planejamento familiar, educação sexual e prevenção ao uso abusivo de drogas;
- Trabalho interdisciplinar entre profissionais da saúde e profissionais da área do desenvolvimento social e comunitário;
- Integração nas ações de políticas públicas, principalmente saúde, educação e assistência social;
- Investir na saúde preventiva com apoio às entidades comunitárias para o desenvolvimento de trabalhos com as crianças e adolescentes;
- Articular as organizações comunitárias com os serviços e programas de saúde pública e de educação;
- Programas de saúde animal com castrações, prevenção e tratamento de doenças e promoção da saúde, integrada à saúde humana, com o controle de zoonoses;
- Programa permanente de controle de roedores e de caramujos africanos, com orientação à população.

3.2 Educação

- Ampliação das vagas nas creches, núcleos de educação infantil e na educação de jovens e adultos;
- Escola diurna de ensino médio em todos os bairros da região;
- Construção de escola e creche na região da entrada do Cacupé;
- Construção de creche na Comunidade Pedra do Balão e Sol Nascente;
- Cursos profissionalizantes que atendam as necessidades da comunidade;
- Cursos de alfabetização, supletivos de ensino fundamental e médio para a terceira idade;
- Investimentos na educação de forma integrada com políticas públicas de saúde, assistência social e geração de emprego e renda, visando à redução da evasão e violência no bairro;
- Respeitar o número de alunos por sala que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- Melhoria da estrutura física (reforma e ampliação) das escolas municipais e estaduais;

- Ampliação da escola municipal do bairro João Paulo, com novos espaços e salas de aula e quadra coberta;
- Melhoria do acervo e das condições de trabalho da biblioteca da escola do bairro João Paulo, com a contratação de funcionário capacitado e presente no local de trabalho durante as aulas;
- Qualificação permanente dos professores;
- Valorização do magistério, com melhor remuneração;
- Aumento do valor das bolsas de estágio em todas as esferas: municipal, estadual e federal;
- Concurso público para efetivação de professores;
- Integração da escola com a comunidade, sendo um pólo gerador de cultura, saber e de resgate de valores sociais;
- Fortalecimento das associações de pais e professores das escolas, de modo a incentivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos e na busca da superação de problemas de evasão, indisciplina e violência na escola;
- Escola de tempo integral, com a perspectiva de uma educação crítica e contextualizada;
- Programa de reforço escolar para os estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- Valorização da ludicidade da infância, com a criação de brinquedotecas em todas as escolas;
- Educação significativa e emancipatória, que promova a cidadania ativa e o protagonismo juvenil;
- Construção de um projeto municipal de educação, com a participação da comunidade e que supere a temporalidade das administrações públicas e contemple a busca de uma sociedade justa, democrática e igualitária;
- Democratização da educação, com a escolha de diretores através de eleições diretas;
- Transparência na administração das escolas e envolvimento da comunidade na construção do seu projeto político-pedagógico;
- Projetos educacionais integrados, que promovam a cultura, o lazer e a emancipação das crianças e jovens;
- Escola aberta nos fins de semana, a partir de projeto construído pela e para a comunidade;
- Abertura das creches nas férias ou colônia de férias.

3.3 Esporte, Cultura e Lazer

- Investimentos públicos para a cultura, com incentivo às manifestações culturais locais;
- Construção de calçadas, ciclovias e pista para caminhada;
- Criação de um centro esportivo, com quadras poliesportivas, parque infantil, pistas de skate, piscinas públicas e ginásio coberto;
- Criação de um centro cultural, para promoção da cultura local, integração comunitária e oficinas de dança, artesanato, capoeira, música;
- Acesso da comunidade ao teatro do centro administrativo do governo do Estado;
- Garantia de recursos públicos para a manutenção dos espaços esportivos existentes;
- Participação da comunidade na gestão dos espaços esportivos e na definição das políticas públicas para o esporte e cultura;
- Melhorias na sinalização e iluminação na Ponta do Goulart e revitalização da trilha existente;
- Restauração e tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural da casa do Sr. Jaime (Rua da Cantareira), para implantação de espaço cultural;
- Transformação da área da antiga Cidade das Abelhas em espaço para lazer, atividades físicas, com parque natural e serviços públicos;
- Oferta de várias modalidades esportivas que contemplem as diversas faixas etárias (futebol, vôlei, bocha, jogos de salão, etc);
- Projetos de incentivo à prática esportiva e atividade física, de acordo com as necessidades da comunidade.

3.4 Segurança Pública

- Apoio e orientação do poder público para a implantação do programa vizinho solidário;
- Pressão social para o aumento do efetivo de policiais na região;
- Resgate dos valores relacionados à família;
- Programa de prevenção da violência nas escolas, com acompanhamento dos pais e alunos por psicólogos e assistentes sociais;
- Meios de comunicação alternativos e educativos;
- Escolas abertas nos fins de semana;
- Projetos educativos e esportivos nas escolas e na comunidade que promovam o protagonismo juvenil e a plena cidadania;
- Qualificação dos policiais, para atendimento das ocorrências e primeiros socorros;
- Concurso público para policiais militares;
- Instalação de bases de apoio da polícia militar;

- Associação de serviços de segurança comunitária aos locais com atividades públicas na comunidade;
- Polícia comunitária, com policiamento preventivo (rondas e policiamento noturno, ronda marítima);
- Monitoramento eletrônico das principais vias, praças públicas, pontos de ônibus, entre outros;
- Criação do Conselho de Segurança Pública na região (Fórum Social do Saco Grande);
- Participação da Secretaria de Segurança Pública no Fórum Social do Saco Grande;
- Plano municipal de segurança pública, com participação da sociedade na sua elaboração e execução;
- Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Envolvimento das entidades comunitárias na busca de soluções para a segurança;
- Implantação do programa policial-mirim com crianças e adolescentes em risco social, para prestação de serviços comunitários;
- Apoio do poder público às comunidades e empresas para acolhimento de programas de reinserção social e reeducação de detentos que cumprem penas alternativas.

4. Uso e Ocupação do Solo, Regularização Fundiária e Áreas de Preservação

- Compatibilidade entre o uso do solo, a infra-estrutura física e de saneamento básico, a densidade populacional e as características de mobilidade;
- Garantir a preservação das relações de vizinhança;
- Pensar os bairros como espaços de convivência;
- Cultivar e promover o sentido de pertencente;
- Não permitir a construção de prédios a partir da entrada em vigor do novo Plano Diretor no bairro João Paulo;
- Não regularizar loteamentos cuja implantação se deu durante a elaboração do novo plano diretor;
- Repensar o tamanho da população, principalmente através da limitação do número de prédios;
- Transformar a área administrada pelo Conselho Comunitário do Saco Grande (Comosg), de Área Mista de Serviços (AMS) para Área Comunitária Institucional (ACI);

- Transformar a área privada onde está instalada uma quadra esportiva na comunidade do Sol Nascente em Área Comunitária Institucional (ACI);
- Garantir as áreas comunitárias existentes, enquadrando-as nas categorias de zoneamento que forem as mais adequadas, técnica e ambientalmente;
- Manter área nos fundos do motel Millenium, na entrada do Cacupé como APP, já que foi alterado o zoneamento para ACI;
- Transformar a área da antiga Cidade das Abelhas em ACI (Área Comunitária Institucional) e AVL (Área Verde de Lazer);
- Criar espaços para Área Mista Comercial (AMC), com estabelecimentos de pequeno porte, restringindo as atividades de usos conflitantes;
- Ordenar e regularizar o comércio do bairro, principalmente entre a ponte sobre o Rio Pau do Barco e o mercado Coelho, levando-se em conta a preservação das relações de vizinhança e o bairro como espaço de convivência;
- Incentivar a criação de centros de bairro;
- Garantir que as áreas residenciais sejam exclusivamente unifamiliares;
- Permitir a construção de edifícios com apenas 2 pavimentos, térreo e cobertura, sem subsolo e sem transferência de índice, somente entre a rodovia Virgílio Várzea e a SC 401, com no máximo 14 metros de altura desde o nível rua;
- Regularizar as áreas habitadas, com construções já consolidadas, como nas proximidades do hotel Maria do Mar como área exclusivamente unifamiliar;
- Garantir a ação efetiva do poder público na demarcação das áreas de preservação permanente degradadas, aporte de investimentos em infraestrutura nas áreas com habitações já consolidadas e fiscalização e controle para coibir novas ocupações e degradação;
- Promover um processo de regularização das construções irregulares, estabelecendo mecanismos de reparação/mitigação dos impactos ambientais e de garantia de mobilidade;
- Implementar o processo de regularização fundiária para as comunidades do Caminho da Cruz, Sol Nascente, Pedra do Balão, Barreira do Janga e região próxima a Tecnópolis, estabelecendo novos padrões construtivos e urbanísticos visando melhorar a qualidade de vida e minimizar os impactos ambientais;

- Definir a política municipal de habitação de interesse social e elaborar o plano municipal de habitação de interesse social correspondente;

- Promover um processo de regularização das construções irregulares, estabelecendo mecanismos de reparação/mitigação dos impactos ambientais e de garantia de mobilidade.

- Identificar e cadastrar os núcleos habitacionais precários e instituir Zonas Especiais de Interesse Social, definir suas necessidades de programas e projetos para uma melhor qualificação urbana e social, com especial atenção às áreas irregulares e consolidadas.

- Estabelecer programa de regularização fundiária, com marco temporal, para loteamentos clandestinos e irregulares com critérios de negociação, procedimentos técnicos e compensatórios.

- Implementar o instrumento de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Cidade e submeter todos os empreendimentos planejados para a região da bacia hidrográfica do Saco Grande à anuência da comunidade, através do conselho distrital e audiências públicas;

- Manter a Ponta do Goulart como APP e todas as outras APPs e APLs existentes no bairro João Paulo;

- Implantar programas de proteção, recuperação e fiscalização das áreas de preservação ambiental;

- Definir o zoneamento econômico-ecológico da orla, garantindo: os acessos à praia, a preservação, as atividades da pesca artesanal e da maricultura;

- Respeitar o zoneamento ambiental;

- Demarcação das áreas de preservação permanente nas encostas e morros do bairro Monte Verde e nas encostas e morros ao lado do Parque da Figueira;

- Demarcar as áreas de preservação permanente na região (APP), como também as de preservação e uso limitado (APL);

- Incorporar as APPs de encostas à Unidade de Conservação Desterro, com a criação de conselho gestor da UC, com poder deliberativo;

- Incentivo à ampliação das unidades de conservação já existentes e criação de outras, como forma de promover a conservação dos ecossistemas e seu uso ordenado no turismo e silvicultura;

- Elaborar plano de prevenção, controle e erradicação das espécies vegetais invasoras nos morros da região do Saco Grande;

- Preservação de toda a área de entorno da Estação Ecológica de Carijós na bacia hidrográfica do Saco Grande;
- Revitalização do Ribeirão Valdick e Rio Pau do Barco;

5. Trabalho e Renda

- Políticas públicas e investimentos em programas de geração de emprego e renda;
 - Preservação da cultura e trabalho da pesca artesanal e maricultura;
 - Recuperação da faixa de areia da praia do João Paulo, com o restabelecimento de espaços de lazer e convivência, bem como para instalação de ranchos para os pescadores;
 - Capacitação profissional para jovens, adultos e idosos que contemplem as áreas de administração de negócios, cooperativismo/associativismo, alimentação, saúde, recreação e lazer, serviços domésticos, conserto e manutenção residencial, estética, beleza e artesanato;
 - Cursos de capacitação para a prática do ecoturismo nas unidades de conservação da região;
 - Cursos de informática e de idiomas, voltados para o turismo;
 - Incentivo à instalação de empresas que não gerem qualquer resíduo ou passivo ambiental e que utilizem fontes alternativas de energia;
 - Incentivo e orientação para a criação de cooperativas de catadores, de prestadores de serviços, de artesãos, dentre outras, conforme a necessidade da região;
 - Incentivo à instalação de viveiros de espécies nativas, com o uso do composto orgânico proveniente da compostagem;
 - Políticas públicas de incentivo à coleta seletiva de materiais recicláveis e óleos vegetais, bem como à compostagem dos resíduos orgânicos (restos de alimentos), com assessoria para a gestão local do processo, como forma de geração de emprego e renda;
 - Incentivo a criação de feiras de artesanato;
 - Incentivo ao turismo regional, com a valorização dos ecossistemas locais;
 - Incentivo e orientação para a prática de economia solidária (feiras, cooperativas);
 - Programas de saúde, orientação vocacional e profissional ao trabalhador.

6. Gestão Democrática

- Projetos e investimentos definidos e aprovados pela comunidade;
- Implantação de orçamento participativo, com o fortalecimento dos distritos e a vinculação das propostas e ações do executivo e legislativo às deliberações da comunidade interessada;
- Criação de mecanismos de incentivo à apresentação de projetos de iniciativa popular;
- Criação de mecanismos eficientes de acesso à informação quanto à arrecadação, projetos e investimentos públicos para a população, via jornais, panfletos, rádios comunitárias e audiências públicas;
- Referendo e plebiscito, como mecanismos de consulta pública;
- Conselhos municipais representativos e com poder deliberativo;
- Criação dos conselhos locais dos subnúcleos, distritais e da cidade, com poder consultivo, propositivo e deliberativo e composição paritária;
- Alterações nos planos diretores mediante discussões e audiências públicas na região de interesse, através dos conselhos dos subnúcleos a serem criados;
- Audiências públicas que viabilizem a participação das partes interessadas (local, dia e horário).

Venha aprovar nossas propostas para o bairro e a cidade!

ANEXO N

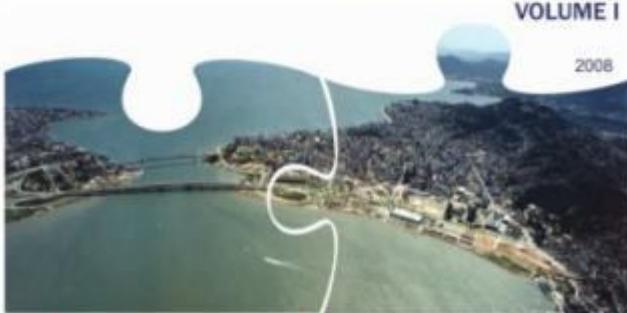
LEITURA INTEGRADA DA CIDADE



LEITURA INTEGRADA DA CIDADE

VOLUME I

2008



Easy PDF Creator is professional software to create PDF. If you wish to remove this line, buy [Easy PDF Creator](#).



ANEXO O

CADERNO DAS DIRETRIZES COMUNITÁRIA + TÉCNICA (PMF) – EXPLICAÇÃO PARA LEITURA



SISTEMA DE CODIFICAÇÃO DAS DIRETRIZES**Distritos e Segmentos da Sociedade Civil Organizada****Código Distrito**

- 01 Barra da Lagoa**
- 02 Cachoeira do Bom Jesus**
- 03 Campeche**
- 04 Canasvieiras**
- 05 Ingleses**
- 06 Lagoa da Conceição**
- 07 Pantano do Sul - Base I**
- 08 Rationes**
- 09 Ribeirão da Ilha**
- 10 Rio Vermelho**
- 11 Santo Antônio de Lisboa**
- 12 Sede Continente - Estreito/Jardim Atlântico / Capoeiras**
- 13 Sede Ilha - Centro**
- 14 Sede Continente - Coqueiros**
- 15 Sede Ilha - Costeira**
- 16 Sede Ilha - Itacorubi**
- 17 Sede Ilha - Maciço Central**
- 18 Sede Ilha - Saco Grande**
- 19 Pantano do Sul - Base II**
- 20 Fórum da Cidade**
- 21 Sindicato da Construção Civil - Sinduscon**
- 22 instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB**
- 23 Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses - FEEC**
- 24 União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO**
- 25 Grupo de Trabalho de Acessibilidade e Mobilidade**
- 26 Fórum Permanente das Associações Comunitárias da Bacia do Rio Rationes**
- 27 Grupo de Trabalho de Desenho Urbano**

LEGENDA DOS CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO UTILIZADOS NO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO
--

Bloco São os Blocos Temáticos utilizados pelos distritos e segmentos da sociedade civil para organizar suas demandas e diretrizes. São específicos para cada segmento ou distrito

Classe É a classificação feita pela equipe de sistematização separando demandas de diretrizes, onde:

01 - Diretriz

02 – Demanda

Classe Retificada Critério de classificação adotado pela equipe de sistematização onde identificou quais demandas poderiam ser reescritas na forma de diretrizes, sendo:

01 - Demanda que conceitualmente pode se tornar uma diretriz

02 – Demanda

SISTEMATIZAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL

BLOCOS TEMÁTICOS

(X) TEMAS

1) AMBIENTE NATURAL

(1) Áreas de preservação (APP, APL, Restrições de uso, Transição)

(2) Aquíferos e Bacias Hidrográficas

(3) Unidades de Conservação

(4) Educação Ambiental

(5) Outros

(2) USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

(1) Zoneamento

(2) Demografia

- (3) Instrumentos Urbanísticos
- (4) Patrimônio Histórico-Arquitetônico
- (5) Outros

(3) MOBILIDADE

- (1) Sistema de Transporte Público
- (2) Infra-estrutura viária
- (3) Sistema Cicloviário
- (4) Pedestres
- (5) Sistema de mobilidade

(4) SANEAMENTO BÁSICO

- (1) Água
- (2) Esgoto
- (3) Resíduos Sólidos
- (4) Drenagem
- (5) Gestão

(5) INFRA-ESTRUTURA URBANA

- (1) Energia
- (2) Comunicação
- (3) Cemitérios

(6) POLÍTICAS E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

- (1) Saúde
- (2) Educação
- (3) Segurança
- (4) Habitação
- (5) Cultura, Esporte e Lazer
- (6) Assistência e Integração Social
- (7) Gestão

(7) GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E OPORTUNIDADES

- (1) setor primário (Áreas Naturais, Maricultura & Pesca, Artesanato, Agrícola e pecuária, etc.)

- (2) Setor Secundário (Construção Civil, Indústria, Tecnologia, etc.)
- (3) Setor de Serviços (Turismo, gastronomia e hotelaria, Educação, Saúde, Serviço público, etc.)
- (4) Infra-estrutura de Apoio
- (5) Cultura e Tradições
- (6) Economia Solidária
- (7) Outros

(8) GESTÃO DEMOCRÁTICA

- (1) Políticas Públicas (Planejamento e Orçamento Participativo)
- (2) Controle Social (Instrumentos e Ações de Controle)
- (3) Estrutura Administrativa
- (4) Fiscalização Ambiental
- (5) Fiscalização de Uso e Ocupação do Solo
- (6) Fiscalização de Saneamento
- (7) Outras Fiscalizações

BLOCOS TEMÁTICOS: São os agrupamentos das diretrizes por temáticas, as quais foram ordenadas por temas e agrupadas por similaridade ou complementariedade visando a elaboração de diretrizes sínteses a serem submetidas a audiência pública municipal para apreciação e aprovação.

Código de rastreabilidade

DISTRITO.BLOCO.CLASSE.CLASSE RETIFICADA.BLOCO TEMÁTICO.TEMA

Exemplo	8.80.1.1.7.3
Distrito	(8) Número do Distrito – Ratones
Bloco	(80) Bloco Temático dado pelo Distrito - Desenvolvimento Sustentável

Classe	(1) Classificação em diretriz feita pela Comissão de Sistematização
Classe Retificada	(1) Classificação em diretriz feita pela Comissão de Sistematização
Bloco Temático	(7) Bloco Temático "Emprego, Renda e Oportunidades" da sistematização final
Tema	(3) Tema no Bloco Temático "Setor Serviços"

MODELO:

<u>CÓDIGO</u>	<u>DIRETRIZES - MOBILIDADE</u>
2.41.1.1.3.1	Elaborar projeto e construir metrô de superfície no município
4.31.1.1.3.1	Planejar o transporte em massa, compatível com a demanda atual e futura do distrito e da região.
4.31.2.1.3.1	Implantar Metrô de Superfície ligando Norte da Ilha ao Centro da Cidade.
4.31.2.1.3.1	Implantar Transporte Marítimo ligando Ilha ao Continente.
5.30.2.1.3.1	Projetar sistema de transporte coletivo mais eficiente: Terrestre e Marítimo.
6.30.1.1.3.1	Criar, integrar o transporte coletivo público a modais alternativos – cicloviários, peatonais, lacustres, marítimos, teleféricos entre outros;
6.30.2.1.3.1	Incentivar e viabilizar o transporte lacustre coletivo em toda a orla da Lagoa;
20.14.2.1.3.1	Viabilizar projetos para o transporte marítimo;
20.14.1.1.3.1	Analisar a viabilidade de implantação de transportes alternativos para Florianópolis;
22.10.1.1.3.1	Estudar possibilidades das diferentes modalidades de transporte coletivo e sua adequação à realidade de Florianópolis.

- 27.60.1.1.3.1** Transportes, privilegiadamente o público, considerando um sistema efetivamente integrador com outras modalidades como ciclovias, passeios, marítimo, etc.;
- 8.40.1.1.3.1** Promover estudos e projetos para identificar e implementar sistemas alternativos de transporte coletivo;
- 9.30.1.1.3.1** Estudos para implementar transporte público marítimo de pequeno porte Equipar vias para melhora da acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- 11.30.1.1.3.1** Viabilizar transporte coletivo com veículos pequenos (Ex: microônibus), com frequência que otimize o caráter de linha alimentadora e incrementar horários de forma a tornar eficiente e atrativo o deslocamento do usuário.
- 11.30.2.1.3.1** Implantar o transporte marítimo, sobre trilhos e outros modais no município.
- 12.50.1.1.3.1** Implantar transportes alternativos e marítimos;
- 12.51.1.1.3.1** Implantação de transporte público de massa.
- 14.20.1.1.3.1** Implantação do transporte marítimo.
- 14.20.1.1.3.1** Integração modal do transporte marítimo com o transporte de ônibus, bem como com outros modais como ciclovias e pedestres.
- 15.40.1.1.3.1** Integração modal do transporte marítimo com o transporte de ônibus, bem como com outros modais como ciclovias e pedestres.
- 15.40.2.1.3.1** Construção de um sistema de transporte público voltado para os moradores dos morros através de funiculares;
- 16.61.2.1.3.1** Substituir o terminal de ônibus por um sistema de integração entre ônibus e pequenas vans, para trazer os passageiros desde os morros e as ruas laterais até as ruas principais; desativar o terminal e usá-lo para estacionamento de carros e bicicletas.
- 17.60.1.1.3.1** Redimensionamento do transporte coletivo existente, buscando integrá-lo à outras formas de transporte como o marítimo e trens de superfície.
- 18.12.1.1.3.1** Transporte hidroviário como prioridade para integração da cidade com os municípios da Grande Florianópolis e como meio de transporte coletivo entre as regiões da cidade, sendo fundamental para solucionar o problema de trânsito metropolitano.
- 1.60.1.1.3.1** Implantar transporte coletivo fluvial e lacustre; com uso de exploração exclusivo da comunidade;

- 2.41.2.1.3.1** Implantar transporte marítimo de carga, passageiros e carros
- 19.22.1.1.3.1** Implantar um sistema de mobilidade saudável e ambientalmente correta no distrito baseado em ciclovias, interligando as localidades e destas com os demais distritos e a própria cidade.
- 20.14.2.1.3.1** Planejar e gerir a mobilidade de forma intermodal (transporte coletivo, individual motorizado, ciclístico, de pedestres e de portadores de necessidades especiais);
- 20.14.2.1.3.1** Implantar medidas de restrição do uso do transporte individual e particular motorizado (diminuição das vagas e aumento do custo de estacionamento no centro, implantação de corredores exclusivos para ônibus, entre outras medidas);
- 11.30.1.1.3.1** Qualificar o sistema de transporte coletivo e individual (automotores e bicicletas) no Distrito buscando formas alternativas de deslocamento, melhoria dos serviços e das condições de circulação, baseados na implantação de infra-estrutura adequada e de medidas de segurança aos pedestres e ciclistas.
- 13.40.1.1.3.1** Estudar técnica e ambientalmente a viabilidade de formas de intermodais de transporte, incluindo o meio marítimo, VLT ou similar, uso de bicicletas e outros, em consonância com o módulo 3 (Orla).
- 17.60.2.1.3.1** Transporte Vertical e horizontal (avaliação técnica de necessidade em cada região)
- 18.12.1.1.3.1** Infra-estrutura adequada para a integração ônibus-bicicleta;
- 18.12.1.1.3.1** Alternativas de deslocamento da região através do transporte marítimo ou metrô. O projeto de metrô de superfície do governo do Estado deve beneficiar os bairros mais populosos e não os mais ricos;
- 6.30.2.1.3.1** Criar mecanismos de controle e limitação do acesso de veículos particulares em áreas de grande afluxo como Joaquina e Praia Mole, oferecendo alternativas de transporte coletivo confortável e eficiente e/ou modais alternativos;
- 7.34.2.1.3.1** Implantação de estacionamentos públicos no Pântano do Sul e na Armação (fora da praia e do Rio Quinca Antônio respectivamente, e de ambos os centros urbanos locais)

- 19.22.2.1.3.1** Criar um metrô de superfície para atender o sul da Ilha - sugestão: realizar um seminário para discutir sistema viário no distrito. na(s) localidade(s): Armação
- 13.40.2.1.3.1** Promover eixos de interligações marítimas e terrestres de atratividade turística e para o morador local, de roteiros de lazer (Ex: Casablanca, passeios de escunas e de bicicleta pelo centro e adjacências, etc), roteiros culturais, gastronômicos e comerciais.
- 16.61.2.1.3.1** Incentivar a deixar os carros estacionados fora da Baía e trocá-los por linhas de ônibus expresso de alta frequência e linhas de vans de alta frequência.
- 5.20.2.1.3.1** Realizar estudos para viabilizar o transporte marítimo como alternativa de mobilidade urbana;
- 22.20.1.1.3.1** Implementar redes prioritárias para as diferentes modalidades de circulação urbana;
- 22.20.1.1.3.1** Integrar através de sistemas eficientes de transporte público as áreas de maior densidade de usos;
- 14.20.2.1.3.1** Ampliação da oferta de transporte de massa para outros bairros e para o Kobrasol.
- 15.40.1.1.3.1** Melhoraria da qualidade e eficiência do transporte coletivo;

• **DIRETRIZ SÍNTESE: Modais de Transporte Público**

Criar, ampliar, diversificar e integrar o transporte coletivo público terrestre (metrô de superfície, ônibus e micro-ônibus) e marítimo (de pessoas, veículos e carga) e integrá-los aos modais alternativos, adequando-os aos portadores de necessidades especiais e priorizando as áreas mais populosas do município.

Criar e ampliar modais de transporte alternativo, como ciclovias, peatonais, lacustres, teleféricos, funiculares, entre outros.

Criar mecanismos de controle e limitação do acesso de veículos particulares em áreas de grande afluxo turístico, oferecendo alternativas de estacionamentos próximos a um transporte coletivo confortável e eficiente e/ou modais alternativos de locomoção.

- 3.20.2.1.3.1** Adequar os equipamentos urbanos do sistema de transporte coletivo (pontos de ônibus), às condições do clima e à paisagem natural do bairro, para que protejam o usuário e sejam harmônicos com a natureza.
- 27.10.1.1.3.1** Propor pavimentação, arborização, sinalização e mobiliário urbano adequados ao ambiente marítimos.
- 8.50.2.1.3.1** Garantir a instalação de abrigos de ônibus padrão em todos os pontos de ônibus do Distrito;
- 18.11.1.1.3.1** Estudo para a definição e incrementação de locais para a instalação de abrigos;
- 19.12.1.1.3.1** Política de implantação de equipamentos públicos e comunitários visando o apoio e melhoria à mobilidade no distrito

• DIRETRIZ SÍNTESE:

Equipamentos de apoio à mobilidade e ao Sistema de Transporte Público

Realizar estudos para adequar a funcionalidade dos equipamentos urbanos de apoio ao transporte coletivo às condições climáticas, à valorização da paisagem natural, e garantir a implantação dos mesmos em todos os locais em que se fizerem necessários.

- 3.31.1.1.3.1** O uso do transporte público deve ser incentivado, através da frequência suficiente das linhas, desenho universal, tarifas acessíveis e paradas que não obstruam o fluxo.
- 4.31.2.1.3.1** Implantar de forma permanente o transporte coletivo entre os bairros.

- 6.30.1.1.3.1** Priorizar o transporte coletivo público como principal solução para os problemas de mobilidade urbana, otimizando a relação entre quantidade, qualidade, custo e eficiência do sistema, visando sempre o interesse maior da coletividade;
- 20.14.2.1.3.1** Melhorar e adequar o transporte coletivo para os portadores de necessidades especiais;
- 25.80.2.1.3.1** Adaptar todos os ônibus com elevadores e pontos ônibus com pisos guia e alerta, conforme NBR 9050/2004
- 8.40.1.1.3.1** Reavaliar o sistema de transporte coletivo para que atenda com melhor qualidade e maior quantidade os usuários da comunidade;
- 9.30.2.1.3.1** Melhorar a qualidade do transporte público considerando portadores de necessidades especiais, aumento no número de horários, inclusive madrugada e tarifas mais acessíveis para incentivar o transporte coletivo;
- 10.71.1.1.3.1** Priorizar o transporte coletivo sobre o individual
- 10.71.1.1.3.1** Promover um Sistema de Transporte integrado de qualidade;
- 11.31.2.1.3.1** Melhorar o transporte coletivo existente através da redução de intervalos entre um ônibus e outro.
- 12.50.1.1.3.1** Transporte público de melhor qualidade;
- 12.50.1.1.3.1** Revisão do sistema de integração;
- 13.40.2.1.3.1** Dar caráter de passagem ao TICEN, proporcionando apenas a circulação dos ônibus e relocando para fora do centro aqueles que não estão em uso.
- 14.20.1.1.3.1** Prioridade e incentivo ao transporte de massa em relação ao transporte individual.
- 14.20.2.1.3.1** Melhorar o transporte coletivo em relação a horários e quantidade e qualidade dos ônibus.
- 16.61.1.1.3.1** Introduzir nova filosofia no sistema de transporte público; implantar um sistema de troca de ônibus em qualquer parada dos veículos.
- 16.61.1.1.3.1** Melhorar e subsidiar o transporte coletivo; baratear os custos da passagem.
- 17.60.1.1.3.1** Implementação da Tarifa Zero
- 18.11.2.1.3.1** Consulta à comunidade para definição de horários e estabelecimento de novos itinerários;
- 18.11.2.1.3.1** Diminuir o valor da tarifa e implantar tarifa específica para o deslocamento entre os bairros;

- 18.11.2.1.3.1** Capacitação dos funcionários do transporte, para prestar atendimento adequado aos usuários;
- 18.13.2.1.3.1** Melhorar o transporte coletivo existente através da redução de intervalos entre um ônibus e outro.
- 20.14.1.1.3.1** Orientar o planejamento e a gestão da mobilidade para as pessoas e não para as máquinas, pensando o transporte coletivo não como mercadoria, mas como meio de garantir o direito à cidade;
- 6.30.1.1.3.1** Estimular e viabilizar o uso de energia renovável e/ou menos poluente – biocombustível, eletricidade, gás natural, etc. – para o transporte público e privado;
- 6.30.2.1.3.1** Implementar campanhas permanentes de conscientização da população, visando o desestímulo ao uso do transporte motorizado individual;
- 18.11.1.1.3.1** Pensar o limite de carros para a cidade;
- 20.12.2.1.3.1** Incentivar o uso de combustíveis não poluentes para as frotas privadas e públicas, implantar uma rede de ciclovias e restringir o uso do carro particular;
- 22.20.1.1.3.1** Implementar medidas limitantes do uso de veículos particulares/individual;

**• DIRETRIZ SÍNTESE:
Qualidade e eficiência do Sistema de Transporte Público**

Desestimular o uso do transporte individual motorizado, priorizando o sistema de transporte coletivo público como principal solução para os problemas de mobilidade urbana, otimizando a relação entre quantidade, qualidade e custo do sistema, visando sempre o interesse maior da coletividade, especialmente dos portadores de necessidades especiais, respeitando as normas da ABNT – NBR9050.

Estimular e viabilizar o uso de energia renovável e/ou menos poluente – biocombustível, eletricidade, gás natural,

etc. – para o transporte público e privado.

- 6.30.1.1.3.1** Ao rever e/ou refazer contratos de concessão do serviço de transporte público devem ser atendidos, prioritariamente, os interesses legítimos da população, democratizando os processos de concessão, incentivando a criação de empresas públicas e cooperativas de transporte coletivo;
- 19.22.2.1.3.1** Abrir concorrência para novas empresas de transporte coletivo, afim de aumentar a oferta e qualidade do serviço à população.
- 20.14.2.1.3.1** Criar a Cooperativa Central de Transporte Coletivo com gestão paritária (Prefeitura, Câmara Municipal, concessionárias e sociedade civil) para a aquisição de frota e insumos para o transporte coletivo e uma Empresa Pública de Transportes como referência para operar linhas na cidade;
- 20.14.2.1.3.1** Verificar as atuais concessões das empresas de transporte e introduzir medidas que impeçam o monopólio das linhas, garantindo-se licitação pública a cada dez anos;
- 20.14.2.1.3.1** Rever o Sistema Integrado de Transportes com vistas à sua democratização, eficiência e diminuição de custos;
- 13.40.2.1.3.1** Licitação pública imediata das concessões do Serviço de transporte coletivo
- 13.40.2.1.3.1** Criação de uma Empresa Municipal de Transporte Coletivo
- 20.14.2.1.3.1** Ampliar a participação popular no planejamento e gestão da mobilidade municipal no Conselho Municipal de Transporte Coletivo e criando o Conselho Municipal de Mobilidade;
- 18.11.1.1.3.1** Fim dos monopólios no transporte coletivo, de forma que haja concorrência entre as empresas na prestação do serviço;
- 20.14.2.1.3.1** Viabilizar um Fundo Municipal de Mobilidade Urbana para investimento em transporte coletivo e em mobilidade não-motorizada utilizando recursos de multas, estacionamentos, etc;

• **DIRETRIZ SÍNTESE:**

Administração do Sistema de Transporte Público

Ao elaborar ou refazer contratos de concessão do serviço de transporte público devem ser atendidos, prioritariamente, os interesses legítimos da população, democratizando os processos de concessão, viabilizando a criação de empresas públicas e cooperativas de transporte coletivo.

- 5.30.2.1.3.1** Projetar um sistema de transporte coletivo mais eficiente, que interligue os distritos do norte da ilha e os mesmos com a grande Florianópolis;
- 19.22.2.1.3.1** Interligar todas as localidades do distrito através de um serviço circular de transporte público, incluindo o Sertão do Ribeirão
- 10.71.2.1.3.1** Implantação de transporte diferenciado que atenda os deslocamentos dentro do bairro e também, de forma integrada com os demais bairros da cidade;
- 12.50.1.1.3.1** Revisar sistema de integração, e articular integração com municípios vizinhos;
- 18.12.1.1.3.1** Integração entre os bairros e valorização dos espaços públicos;

• **DIRETRIZ SÍNTESE:**

Abrangência do Sistema de Transporte Público

Projetar um sistema de transporte coletivo que atenda os deslocamentos dentro do distrito, interligue os distritos do município e também este com os demais municípios da grande Florianópolis.

- 7.32.1.1.3.2** Supressão da avenida projetada para a orla.
- 13.40.2.1.3.2** Reavaliar estacionamentos de ônibus de turismo, paradas de "amarelinhos", locais para carga e descarga, pontos de táxi, estacionamento de motos, etc, através de planejamento integrado.
- 13.40.1.1.3.2** Prioridade ao Transporte Coletivo urbano , com a criação de corredores exclusivos
- 16.61.2.1.3.2** Criar vias exclusivas para ônibus e recuos para as paradas
- 1.10.1.1.3.2** Propor um sistema viário integrado para toda a ilha e não somente para o distrito;
- 1.60.1.1.3.2** Propor um sistema viário integrado para toda a ilha e não somente para o distrito;
- 2.41.2.1.3.2** Identificar as demandas de transportes e vias compatíveis com o desenvolvimento desejado para o Distrito de Cachoeira
- 2.41.2.1.3.2** Apresentar indicações de tipo e localização de vias alternativas para duplicação ou outras alternativas de ampliação de capacidade de fluxo
- 3.31.1.1.3.2** Nos novos traçados (ruas que forem aprovadas), sempre que possível traçar as vias (ou alargamentos) nos espaços vazios, com exceção de áreas de preservação.
- 4.34.2.1.3.2** Implantar acesso à praia a cada 125 metros desobstruindo os existentes.
- 5.30.2.1.3.2** Melhoria dos acessos existentes e novos acessos para praia do Santinho e para o Distrito do Rio Vermelho;
- 5.30.2.1.3.2** Excluir ruas projetadas do atual Plano Diretor que não há razão de existirem e outras pelo seu alto valor de indenizações;
- 6.30.1.1.3.2** Prever corredores exclusivos de transporte coletivo em todos os projetos viários de grande porte ou, não sendo tecnicamente possível, estabelecer formas de viabilizar o fluxo prioritário deste em horários de pico;
- 6.30.1.1.3.2** Pensar um sistema viário integrado para toda a ilha e não somente para o distrito;
- 7.32.1.1.3.2** Manutenção da caixa da via principal, conforme a Lei dos Balneários.
- 19.22.2.1.3.2** Melhoria do sistema viário nas localidades e distrito com pavimentação semi-permeável (drenagem maior), incluindo calçadas e ciclovias.

- 19.22.1.1.3.2** Regularizar o sistema viário atual de acesso a todas as moradias no distrito.
- 25.60.2.1.3.2** Estudar a colocação de sinalização de trânsito em locais alternativos
- 26.30.2.1.3.2** Conclusão da duplicação da SC 401 até trevo de Canasvieiras, com ciclovias e passeios ao longo de todo o seu trajeto, e interligadas aos terminais de ônibus e outros sistemas de transporte;
- 26.30.1.1.3.2** Priorizar pavimentação de vias com materiais permeáveis, como lajotas;
- 26.30.2.1.3.2** Criação de Estrada-Parque na estrada que liga Vargem Grande ao Rio Vermelho.
- 27.60.1.1.3.2** Sistema viário que realmente se integre com a malha urbana do entorno e em escala urbana e regional;
- 8.40.1.1.3.2** Estudar novas alternativas viárias e hierarquização das vias;
- 8.40.1.1.3.2** Estudar novas alternativas de acesso a Vargem Pequena para implantação de um elevador;
- 8.40.2.1.3.2** Pavimentação dos corredores de ônibus (Bento Manoel Ferreira(Canto do Moreira), João Januário da Silva (Cachoeira) e Manoel Leôncio de Brito (Vargem) com a construção de passeios e ciclovias.
- 8.40.2.1.3.2** Construção de um elevador no trevo de acesso da Vargem Pequena – SC 401
- 9.30.1.1.3.2** Manter as características de um Distrito Lento, com pequenas vias e ordenar o fluxo de veículos de forma a não congestionar a Rodovia Baldicero Filomeno;
- 9.30.1.1.3.2** Supressão de grande via no Distrito que inicia no trevo da seta pela costa oeste beirando a R.E.Pirajubaé, chegando ao alto Ribeirão ;
- 9.30.1.1.3.2** Implantação de via rápida saindo da Ponta da tapera, contornando o aeroporto hercílio luz ;
- 9.30.1.1.3.2** Construção de via rápida para o Centro sobre pilotis na área que atravessa a Reserva Extrativista do Pirajubaé;
- 9.30.1.1.3.2** Pavimentação permeável nas vias;
- 9.30.1.1.3.2** O planejamento do sistema viário deve ter como diretriz a legislação ambiental, contemplar as pessoas e não priorizar os veículos.
- 10.20.2.1.3.2** Calçamento de lajotas ao invés de asfalto, evitando a impermeabilização do solo;

- 3.31.2.1.3.2** Estabelecer o sistema de calçamento permeável como critério para a pavimentação de ruas, e não o asfaltamento, a fim de evitar a impermeabilização do solo e o comprometimento dos lençóis freáticos da região.
- 10.70.2.1.3.2** Abertura de acessos transversais nas servidões para trânsito de veículos motorizados, ciclovias e caminhos para ciclistas e pedestres.
- 10.70.2.1.3.2** Implantação de Estrada Parque na rua Manoel Petronilho da Silveira, no Muquém, na estrada do Sertãozinho, e na ligação do Rio Vermelho e Vargem Grande.
- 10.70.2.1.3.2** Implantar a Estrada Parque integrada ao Parque Estadual, criando um corredor de mobilidade no sopé das dunas e fazendo a ligação no final das servidões com acessos bem definidos à praia.
- 10.70.2.1.3.2** Criação de novas ruas e servidões somente com dimensões e infra-estrutura regulares.
- 10.70.2.1.3.2** Elaboração de estudos para uma via de ligação do Distrito, para desafogar o trânsito da Rod. João Gualberto Soares
- 10.70.2.1.3.2** Implantar sistema de mão única nas ruas Cândido Pereira dos Anjos (Travessão) e João Gualberto Soares
- 10.70.2.1.3.2** Implantação de vias transversais às servidões onde for possível e exigir o mesmo de todos os novos loteamentos, ruas e servidões.
- 11.31.1.1.3.2** Instalação e adequação do anel viário como acesso principal à Rua Haroldo Soares Glavan com localização na atual entrada do Cacupé, fazendo a ligação tanto do Caminho dos Açores como da entrada do bairro Saco Grande.
- 11.70.1.1.3.2** Elaborar projeto de reestruturação da malha viária atual compatibilizando-a com as peculiaridades físicas do Distrito, humanizando o trânsito e assegurando a acessibilidade pública qualificada.
- 11.70.2.1.3.2** Estruturar a Rodovia Padre Rohr como eixo viário para tráfego pesado de escoamento da região de Sambaqui e Barra do Sambaqui, minimizando impactos sobre a Rod. Gilson da Costa Xavier, valorizando a via costeira e conferindo-lhe caráter local da circulação e contemplação.

- 11.70.2.1.3.2** Implantar novo acesso a Sto. Antônio de Lisboa pelo Caminho dos Açores.
- 12.50.1.1.3.2** Criação de vias exclusivas para ônibus;
- 12.50.1.1.3.2** Implantar corredores de ônibus;
- 12.50.1.1.3.2** Concluir a PC- 3, reprojutando-a para melhor adequar a situação dos bairros atualmente;
- 12.50.1.1.3.2** Criar sistema de vias binárias em outros setores do continente;
- 12.51.2.1.3.2** Construção da pc-3 sem pedágios.
- 13.20.2.1.3.2** Reavaliar e ampliar numericamente as vias panorâmicas da área central.
- 13.40.2.1.3.2** Garantir as áreas de estacionamento 24hs e tratar paisagisticamente estas áreas
- 15.40.2.1.3.2** Promoção de estudo para viabilizar a solução para o problema de estrangulamento no transito da Capitão Romualdo de Barros e João Motta Espezim;
- 16.64.2.1.3.2** Implantar o sistema binário para carros, em ruas paralelas que podem se tornar mão-única.
- 16.64.2.1.3.2** Não abrir novas ruas quando consomem áreas de preservação.
- 16.65.2.1.3.2** Cancelar a extensão da Rua Itapiranga, situada no Parque São Jorge, até à Rua João Pio Duarte Silva, passando pela margem direita e sobre parte do rio Córrego Grande;
- 16.65.2.1.3.2** Cancelar a extensão da Avenida Ângelo Crema para o Parque São Jorge e para a Avenida Prof. Henrique da Silva Fontes (Av. Beira-Mar Norte), atravessando o Horto Florestal (SCI-15).
- 16.65.2.1.3.2** Cancelar a duplicação da Rua Eurico Hosterno (SCI13-2) e sua ligação com a Avenida Carlos Gonzaga (Praça Breno Pinheiro Valadares) à Avenida Madre Benvenuta. (SCI-16). Ela permanece com 12 m de largura. A área já desapropriada, transformar em AVL, com ciclovia e área de lazer. (Fls 01, 02 e 04).
- 16.72.2.1.3.2** Instituir mão única na rua Lauro Linhares no sentido Bairro-Centro, com ciclovia e passagem de veículos de pequeno porte; converter a região sul da Lauro Linhares em calçadão.
- 16.72.2.1.3.2** Abrir as vias transversais da Lauro Linhares até a Av. Beira Mar; abrir rua marginal paralela à Av. Beira-Mar, no sentido contrário ao da rua Lauro Linhares;

- 16.74.2.1.3.2** Para a via Dep. A Vieira, viabilizar a proposta da implantação de três pistas ou faixas de rolagem para veículos, e uma pista ou faixa exclusiva para o transporte coletivo (ônibus hoje e metrô de superfície amanhã), com a implantação de ciclovias e amplas calçadas.
- 16.74.2.1.3.2** No segmento situado entre a rótula/trevo da Eletrosul e a Av. Beira Mar Norte, manter a rua Dep. A Vieira como se encontra hoje, sem duplicá-la, apenas seriam construídas uma pista exclusiva para o transporte público e a ciclovia já prevista pela Lei Complementar 088/2001.
- 18.13.1.1.3.2** Instalação e adequação do anel viário como acesso principal à Rua Haroldo Soares Glavan com localização na atual entrada do Cacupé.
- 2.41.2.1.3.2** Definir e construir rede viária para Mobilidade Urbana a partir da situação atual e das necessidades futuras do Distrito
- 2.62.2.1.3.2** Ampliar e adequar o sistema viário (vias, calçadas, ciclovias) de acordo com as demandas sociais e econômicas
- 4.36.1.1.3.2** Implantar projetos que facilitem a mobilidade e a acessibilidade às praias do distrito.
- 19.22.1.1.3.2** Ampliar as condições de mobilidade urbana com a expansão do sistema viário principal de acesso ao distrito: construção imediata de viaduto no Trevo da Seta; duplicação da SC-406; implantação de uma ligação metroviária para o Sul da Ilha e o distrito.
- 19.22.2.1.3.2** Reservar e destinar espaços físicos para melhoria da mobilidade urbana nas localidades e distrito.
- 19.22.2.1.3.2** Dimensionamento do sistema viário com pavimentação adequada da estrada principal para pedestres e ciclistas. na(s) localidade(s): Costa de Dentro
- 20.14.2.1.3.2** Operar reengenharia de tráfego nas vias do entorno do Terminal de Integração do Centro para o desvio de fluxos, garantia de prioridade aos pedestres, ao transporte coletivo e a sua integração com os pontos de Táxi, Sistema Seletivo e os demais terminais rodoviários;
- 8.40.1.1.3.2** Avaliar os aspectos de mobilidade de todas as ruas e servidões oficiais existentes e propor um processo de regularização para garantir acesso dos serviços públicos, dos pedestres, ciclistas e veículos;

- 8.40.1.1.3.2** Priorizar a acessibilidade dos pedestres e ciclistas e o respeito ao meio ambiente nos projetos e na implantação de melhorias no sistema viário;
- 9.30.1.1.3.2** Traçar mobilidade entre os Distritos – Que o Distrito do Ribeirão esteja incluído no no Plano de Mobilidade do Município;
- 9.30.2.1.3.2** Levantamento de servidões regularizadas, verificação das irregulares, para adequação de projetos e condutas, com intuito de melhorar a qualidade e segurança de acesso e ambiental;
- 9.30.1.1.3.2** As futuras alterações viárias devem prever a integração entre os diversos meios de transporte, de maneira a priorizar aqueles de caráter coletivo e garantir a proteção de pedestres e ciclistas.
- 10.70.2.1.3.2** Acostamentos, ciclovias e calçadas nos principais trajetos do Distrito
- 13.40.2.1.3.2** Priorizar os acessos a hospitais no centro da cidade, garantindo maior fluidez para quem necessita deste serviço.
- 14.20.1.1.3.2** Priorizar a fluidez do tráfego local de baixa e média velocidades compatíveis com as áreas residenciais e de lazer existentes, disciplinando o trânsito, qualificando as áreas de pedestres e assegurando rotas seguras para bicicletas.
- 18.12.1.1.3.2** Novas edificações devem prever espaços para implantação de ciclovias, calçadas com passeio, arborizadas e com serviços públicos;
- 3.31.1.1.3.2** O planejamento do sistema viário deve ter como diretriz a legislação ambiental, contemplar as pessoas e não priorizar os veículos.
- 3.31.1.1.3.2** Garantir a proteção dos sítios arqueológicos no planejamento do sistema viário.
- ..1.1.3.2** resgatar os caminhos históricos.
- 3.31.2.1.3.2** A comunidade do Campeche rejeita a concepção de sistema viário proposta pelo IpuF, inclusive a criação da Via Parque na orla, PI 108, que sob o conceito de via rápida, promove a destruição ambiental, o isolamento, a insegurança e estimula a ocupação da orla marítima.
- 3.31.1.1.3.2** As futuras alterações viárias devem prever a integração entre os diversos meios de transporte, de maneira a

priorizar aqueles de caráter coletivo e garantir a proteção de pedestres e ciclistas.

- 3.31.1.1.3.2** O projeto das vias deve admitir o uso compartilhado entre pedestres, bicicletas, veículos leves e pesados, através do estudo de reservas especiais e sinalizações adequadas.
- 3.31.1.1.3.2** O traçado das vias deve preservar passagens e ruas históricas e considerar a vocação urbano-rural-natural do bairro predominantemente residencial, com atividades de pequeno porte, escolas e pesca; turismo com características comunitárias, gerador de renda e sustentável em termos culturais e ambientais.
- 3.31.1.1.3.2** Criar ruas de mão única que compartilhem o uso com calçadas e ciclovias, sempre respeitando a diretriz que trata da mobilidade e acessibilidade para todos.
- 3.31.1.1.3.2** A malha viária deverá ser coerente com os planos de uso e ocupação do solo, saneamento ambiental e contingente populacional previstos pelas diretrizes comunitárias
- 3.31.1.1.3.2** Como prioridade do Plano Diretor considerar a necessidade de alargamento das Rodovias Estaduais (SC) que cortam a região, bem como a de alternativas viárias para a conexão entre o Sul da Ilha e o Centro da cidade, a partir do aproveitamento das vias atuais
- 4.33.2.1.3.2** Concluir a rodovia SC 401 com pista dupla até a rótula de Canasvieiras.
- 4.33.2.1.3.2** Continuidade da Rodovia Virgílio Várzea com desapropriação dos terrenos para a ligação para com o centro de Canasvieiras
- 4.34.2.1.3.2** Dimensionar a largura mínima de 04 metros para servidões com mais 1 metro de calçada de cada lado
- 5.30.2.1.3.2** Viadutos e vias marginais na Rod. SC 403 à partir da entrada do Kartódromo;
- 5.30.2.1.3.2** Definir acesso à vila dos pescadores;
- 6.30.1.1.3.2** Ter os conceitos de sustentabilidade como premissas para qualquer projeto de intervenção viária, respeitando a capacidade de suporte das áreas urbanas contempladas pela mesma;
- 6.30.2.1.3.2** Criar vagas para estacionamento público de veículos, além de estimular a criação de vagas privadas – inclusive

- edifícios garagem, principalmente próximas aos terminais de transporte coletivo e/ou modais alternativos;
- 13.40.2.1.3.2** Criar mecanismos de estímulo à implantação de edifícios- garagem no centro e imediações; e de bolsões de estacionamento fora da área central.
- 6.30.1.1.3.2** Resgate dos caminhos históricos;
- 6.30.2.1.3.2** Estudar a melhor forma de reduzir o trânsito de passagem pelo Centrinho da Lagoa e a criação de uma nova forma de transposição da lagoa;
- 6.30.2.1.3.2** Re-conceituar a avenida das rendeiras respeitando os condicionantes naturais, humanizando-a e minimizando seu trânsito de passagem com estudo de novas alternativas;
- 6.30.2.1.3.2** Re-estudo da viabilidade da PI-108 com a participação popular;
- 6.40.2.1.3.2** Criar bolsões de estacionamento públicos no distrito e incentivar as iniciativas privadas neste sentido;
- 7.32.2.1.3.2** Municipalização das rodovias gerais (SC) que passam pelo distrito.
- 19.22.2.1.3.2** Não queremos ponte para acesso de veículos. na(s) localidade(s): Matadeiro
- 8.40.2.1.3.2** |mplantar projetos e incorporar conteúdos transversais no ensino infantil e fundamental que trate dos aspectos relacionados a segurança do sistema de mobilidade. (vias, ciclovias, passeios, sinalização, ...);
- 8.40.1.1.3.2** Reavaliar padrões das vias e acessos públicos em função do nível de adensamento previsto e o tipo de uso do solo;
- 8.40.2.1.3.2** Construção de passeios (calçadas) e ciclovia na Estrada Geral de Ratores (Intendente Antônio Damasco).
- 9.30.2.1.3.2** Manter e preservar caminhos antigos;
- 9.30.1.1.3.2** Estudo de novo sistema viário com participação comunitária;
- 9.30.2.1.3.2** Que não se implante nenhuma via no distrito, sem antes ser ouvida a comunidade através de audiência pública;
- 9.30.2.1.3.2** Demarcar, e manter caminhos...antigos inclusive Naufragados;
- 9.30.2.1.3.2** Via de contorno na Vila da Freguesia para atenuar impacto de trepidações na arquitetura histórica;
- 9.30.2.1.3.2** Revitalização da Rodovia Baldicero Filomeno com implementação de vias de pedestres;

- 10.70.2.1.3.2 Readequar o sistema viário considerando as demandas manifestadas pela Comunidade
- 10.70.2.1.3.2 Definir como padrão o calçamento com lajotas sextavadas das servidões e ruas, ao invés de asfalto.
- 10.70.2.1.3.2 Estudos para Municipalização da Rodovia João Gualberto Soares
- 11.31.2.1.3.2 Estabelecer o sistema de calçamento como critério para a pavimentação – lajotas, de ruas secundárias que não estão pavimentadas.
- 13.40.1.1.3.2 Elaborar um plano estratégico de mobilidade urbana, priorizando estudos vinculados ao transporte de massa, com previsão de ações de curto, médio e longo prazo e comprometendo política, administrativa e financeira à continuidade executiva de obra e repensar a acessibilidade de automóveis ao centro da cidade, adotando estratégias que privilegiem a qualidade de vida da comunidade usuária e visitante;
- 13.40.2.1.3.2 Reestudar à concessão aos estacionamentos em áreas públicas.
- 14.20.2.1.3.2 Criação de alternativas de estacionamento que não sejam nas vias principais;
- 16.64.1.1.3.2 Dar preferência a calçadas, ruas de mão-única, áreas de absorção de águas pluviais e deixar em segundo plano as duplicações.
- 16.64.2.1.3.2 Duplicar e alargar ruas, abrir túneis e construir elevados somente em benefício da bicicleta e do transporte coletivo e não mais para apenas facilitar a circulação dos carros.
- 16.64.2.1.3.2 Escolas e estabelecimentos comerciais geradores de tráfego devem ter estacionamento próprio e áreas de manobra; estacionamentos em áreas públicas devem ser cobrados.
- 16.74.2.1.3.2 Para o trecho entre a Av Beira Mar Norte e o trevo da Eletrosul, a proposta é a mesma já prevista pela UFSC/ETUSC, que prevê a implantação de pistas rebaixadas, situadas em subterrâneo, e recobertas por estrutura de laje em concreto armado.
- 16.74.2.1.3.2 Para o trecho situado entre o trevo da Eletrosul e o aterro da Via Expressa Sul, a proposta elimina o que hoje está previsto na Lei ° 088/2001, que seria a implantação de

- dois elevados e dois túneis paralelos, pois estas medidas seriam extremamente danosas para os moradores das comunidades do bairro Pantanal e Alto Pantanal.
- 16.74.2.1.3.2** Como alternativa para o tráfego de passagem (via rápida) no bairro Pantanal, construir dois túneis paralelos, com cerca de 3.350 metros cada, pelo interior do maciço rochoso do Morro da Cruz, com as embocaduras Sul situadas nas proximidades dos túneis Antonieta de Barros, no aterro do Saco dos Limões, e as embocaduras Norte situadas no imóvel público da Penitenciária estadual, entre os bairros Trindade e Agrônômica.
- 18.12.1.1.3.2** Humanização da Rodovia Virgílio Várzea, com ciclovia, praça, faixa de pedestre, áreas de convivência e pavimentação asfáltica em toda a sua extensão;
- 18.12.1.1.3.2** Humanização da Rodovia Haroldo Soares Glavan, com melhorias na pavimentação, construção de calçadas e ciclovia e manutenção desta como acesso ao bairro Cacupé;
- 18.12.1.1.3.2** Estudo para definição do tipo de pavimentação mais adequada para as ruas;
- 18.13.1.1.3.2** Estabelecer o sistema de calçamento como critério para a pavimentação – lajotas, de ruas secundárias que não estão pavimentadas.
- 22.20.1.1.3.2** Pôr em discussão as alternativas de um sistema de circulação principal para todo o município;
- 22.20.1.1.3.2** Rediscutir as grandes obras de engenharia de trânsito e transporte;
- 22.20.1.1.3.2** Resolver os problemas de saturação e afunilamento do tráfego de veículos nas pontes que unem o continente à Ilha;
- 25.30.1.1.3.2** Padronizar os semáforos do centro da cidade e principais travessias adequando os tempos de passagem dos pedestres para garantir a travessia segura.
- 25.20.1.1.3.6** Propor Legislação Própria para vagas de estacionamento
- 22.20.1.1.3.2** Diminuir tráfego de passagem de alta intensidade pelo interior das áreas urbanas.
- 3.31.2.1.3.2** Não queremos um sistema focado no modelo de grandes vias segregadoras, indutoras de alto crescimento populacional, centrado, por exemplo, na verticalização e comprometendo o ordenamento paisagístico natural, bem

como os demais recursos ambientais que caracterizam a região do distrito. uso solo

• DIRETRIZ	SÍNTESE:
<p>Planejamento</p> <p>Planejar, revisar e implantar um sistema viário hierarquizado e dimensionado para atender as demandas de desenvolvimento do município, sendo compatível com a capacidade de suporte, o uso do solo e as peculiaridades físicas, sociais, ambientais, históricas e paisagísticas de cada local, priorizando o traçado por áreas não ocupadas.</p> <p>Ouvir a comunidade local, através de audiência pública, antes da implantação de qualquer sistema viário de grande porte.</p> <p>Planejar corredores exclusivos e/ou faixas prioritárias para o transporte coletivo em todos os projetos viários de grande porte, além de contemplar o sistema ciclovitário e peatonal em todas as futuras intervenções viárias.</p> <p>Estudar a viabilidade de abertura de acessos transversais para interligação de servidões existentes com mais de 250 m, com previsão de ciclovias e passeios adequados.</p>	<p>viário</p>

- | |
|--|
| <p>• Estudar a viabilidade de regularizar o sistema viário existente, compatibilizando-o às condições adequadas de mobilidade, garantindo assim o acesso de serviços públicos, pedestres, ciclistas e veículos, considerando os aspectos físicos, ambientais e paisagísticos de cada local.</p> |
|--|

Implantar pavimentação adequada para cada tipo de via, dando preferência aos pavimentos que permitam a permeabilidade do solo.

Municipalizar as rodovias estaduais do município.

Resgatar e manter os caminhos e trilhas históricas do município.

Criar vagas para estacionamento público de veículos e rever as concessões deste serviço em áreas públicas, além de estimular a criação de vagas privadas – inclusive edifícios garagem, principalmente próximas aos terminais de transporte coletivo e/ou modais alternativos.

Reavaliar e implantar estacionamentos e paradas de ônibus de turismo, micro ônibus executivos e escolares, carga e descarga, pontos de táxi, motocicletas e bicicletas.

- 1.60.1.1.3.3** Reavaliar o plano viário com a inclusão de um plano cicloviário para o distrito;
- 2.41.2.1.3.3** Definir e implementar rede de ciclovias a partir da situação atual e das necessidades futuras do Distrito
- 4.32.2.1.3.3** Implantar ciclovias Interligando o Norte da Ilha, priorizando o projeto da rota 44, ligando Daniela a Canasvieiras.
- 4.32.2.1.3.3** Implantar ciclovias e calçadas junto à orla na Praia da Daniela.
- 4.32.2.1.3.3** Implantar ciclovia na orla ligando Canasvieiras a Cachoeira do Bom Jesus.
- 5.30.1.1.3.3** Planejamento do Sistema Cicloviário;
- 6.30.2.1.3.3** Criar uma rede cicloviária nas principais vias, que faça a integração do Distrito da Lagoa, sendo que, de imediato,

sugere-se os seguintes trechos: Rua Osni Ortiga; Do Supermercado do Chico até Ponta do Pitoco e Canto da Lagoa;Do terreno do Arlindo, passando pela Marina Philippi, Village, Saulo Ramos; No Canto dos Araçás; No caminho para a Joaquina e Rendeiras.

- 7.31.1.1.3.3** Construção de rede cicloviária em todo o distrito, com conexão para o distrito do Campeche.
- 19.12.2.1.3.3** Implantação de ciclovia em toda a extensão da rodovia e no entorno da lagoa do Peri na(s) localidade(s): Lagoa do Peri
- 19.22.2.1.3.3** Implantar ciclovia segura ao longo da rodovia SC-406 e nas ruas principais do distrito, incluindo o entorno leste da Lagoa do Peri. na(s) localidade(s): Pântano do Sul - Lagoa do Peri – Armação – Costa de Dentro
- 20.14.2.1.3.3** Aplicar a legislação que prevê a obrigatoriedade de implantação de ciclovias e calçadas quando da construção e/ou reformas de estradas;
- 9.30.1.1.3.3** Implementar ciclovias em conexão com todo Distrito e interligação com o Campeche;
- 9.50.2.1.3.3** Criação de passeios e ciclovias elevados (decks) no entorno da reserva extrativista do Pirajubaé;
- 10.70.1.1.3.3** Implantar sistema cicloviário
- 12.50.1.1.3.3** Criar ciclovias em todo continente, onde for possível;
- 12.50.1.1.3.3** Quando for implantar novas vias, dotá-las de ciclovias;
- 14.20.2.1.3.3** Construção de uma rede de ciclovias que atenda todos os bairros, articulada com a travessia da ponte e dotada das devidas condições de segurança
- 15.40.1.1.3.3** Promoção do uso compartilhado para automóveis e bicicletas nas vias públicas;
- 15.40.2.1.3.3** Criação e interligação de novas ciclovias principalmente com as universidades;
- 16.63.2.1.3.3** Construir ciclovias de qualidade. Criar uma rede de ciclovias na Bacia toda, passando pelos bairros residenciais e atingindo os principais empregadores (CELESC, Eletrosul, UDESC, UFSC e outros), todas as escolas, parques, centros comunitários e clubes, respeitando os princípios da praticidade;
- 16.63.1.1.3.3** Criar ciclovias especialmente ao longo de riachos, córregos e margens de manguezais, para a demarcação e supervisão dessas áreas; preservando a distância dos rios

- e a mata ciliar, de acordo com o determinado pelas leis ambientais;
- 17.60.2.1.3.3** Construção de ciclovia e trilhas (no entorno do Parque no Maciço)
- 18.12.2.1.3.3** Criação de ciclovias e passeios para o deslocamento alternativo;
- 3.31.1.1.3.3** O sistema viário deverá facilitar a comunicação inter e entre bairros com uma malha de ciclovias que permita conexão entre residências e redes diferenciadas de ocupações e serviços.
- 8.40.1.1.3.3** Desenvolver projeto e implantar um anel cicloviário que integre todas as localidades do Distrito (Manoel Leôncio de Brito, João Januário da Silva, Bento Manoel Ferreira, Intendente Antônio Damasco e SC 401), incluindo no projeto a construção de calçadas;
- 8.40.1.1.3.3** Integrar o anel cicloviário de Ratoles ao terminal de Santo Antônio (bicicletário);

• DIRETRIZ	SÍNTESE:
Planejamento	ciclo-viário
<p>Planejar e implantar um sistema cicloviário para atender, como modal de transporte alternativo, algumas demandas de deslocamento no município, cujo traçado das vias seja compatibilizado com as peculiaridades físicas, ambientais e paisagísticas de cada local e que possa também, em situações específicas, servir de elemento físico de proteção e fiscalização das áreas de preservação, como rotas alternativas de lazer.</p>	

- 20.14.1.1.3.3** Implantar, de forma integrada, gradual e crescente, estruturas e equipamentos para o uso da bicicleta em toda a cidade;
- 26.30.2.1.3.3** Implantação de bicicletários nos terminais de ônibus, com estrutura de vestiários e chuveiros

• **DIRETRIZ SÍNTESE:**

Equipamentos de apoio ao sistema cicloviário

Implantar, de forma integrada, gradual e crescente, estruturas e equipamentos de apoio para o uso da bicicleta em toda a cidade.

- 1.60.1.1.3.4** Plano de revitalização de passeios públicos padronizados;
- 2.41.2.1.3.4** Definir e implementar rede de calçadas a partir da situação atual e das necessidades futuras do Distrito
- 7.33.1.1.3.4** Implantação de calçadas com largura padronizada.
- 8.40.2.1.3.4** Implantar calçadas e passeios em todo o sistema viário do distrito;
- 9.30.1.1.3.4** Implantar e readequar vias de pedestres com dimensões adequadas e considerando os portadores de necessidades especiais;
- 12.50.1.1.3.4** Implantação de calçadas adequadas para os portadores de necessidade especiais;
- 12.50.1.1.3.4** Padronizar e articular na PMF uma forma de descontar no IPTU a cobrança de subsídio para a implantação de calçadas, assegurando a acessibilidade
- 12.50.1.1.3.4** Implantação de calçadas padronizadas, garantindo acessibilidade aos portadores de deficiências.
- 13.40.2.1.3.4** Garantir o livre acesso de pedestres e a desobstrução nos eixos de passagem do centro, retirando-se obstáculos, relocando-se e minimizando-se número de quiosques, camelôs e demais ambulantes.
- 14.20.1.1.3.4** Criação de programa de melhoria das condições das calçadas, assegurando uma largura mínima de 1,50m e eliminando os desníveis que prejudiquem as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com limitações físicas.
- 14.20.2.1.3.4** Adequação das calçadas a sua função pública de atender ao pedestre.
- 15.20.2.1.3.4** Promoção da padronização de pavimentação de vias e das calçadas nos bairros;
- 16.26.1.1.3.4** Privilegiar o pedestre, o transporte coletivo, e implantar ciclovias, para diminuir a poluição do ar.

- 16.62.1.1.3.4** Construir calçadas atrativas. Deixar as calçadas livres de obstáculos como postes de luz e orelhões; instalar fiação subterrânea. Instalar dispositivos que assegurem a mobilidade de qualquer cidadão, como cadeirantes e deficientes visuais.
- 16.62.2.1.3.4** Revitalizar e aumentar as calçadas, plantar árvores no lugar dos postes, para fazer sombra aos pedestres, embelezar a cidade, amortecer ruídos, renovar e resfriar o ar.
- 18.12.1.1.3.4** Padronização das calçadas e construção das mesmas pelo poder público, de forma a contemplar as necessidades de deficientes físicos e visuais;
- 18.12.2.1.3.4** Implantação de calçadas padronizadas, acostamentos e iluminação pública na região do bairro João Paulo
- 18.61.2.1.3.4** Construção de calçadas e ciclovias, bem como espaços de lazer para crianças e adultos, que contribuam com a promoção de saúde;
- 18.63.2.1.3.4** Construção de calçadas, ciclovias e pista para caminhada;
- 25.50.1.1.3.4** Promover melhoria geral e a implantação de calçadas seguras, padronizadas quanto às exigências legais, independentes do piso aplicado, e bem construídas.
- 25.50.1.1.3.4** Regulamentar por parte da Prefeitura a implantação e manutenção das calçadas
- 25.50.2.1.3.4** Permitir que a PMF execute as reformas das calçadas e cobrar o valor dos serviços no IPTU
- 25.50.2.1.3.4** Exigir a reforma completa do proprietário (calçada)
- 25.50.2.1.3.4** Promover o alargamento das calçadas por recuo dos muros e supressão de estacionamento
- 25.60.2.1.3.4** Eliminar e relocar as placas de sinalização que estão atrapalhando o trânsito de pedestres.
- 25.70.2.1.3.4** Verificar a acessibilidade da praça e adequar as imperfeições para fazer uso
- 27.60.1.1.3.4** Adoção do desenho universal nos passeios e caminhos.
- 13.40.1.1.3.4** Promover a implantação de áreas de calçadões, o alargamento de passeios à implantação, de “Ruas Jardim” e de ciclovias e/ou ciclo-faixas incluindo estruturas de apoio;
- 16.62.1.1.3.4** Remover ou demolir os avanços que empresas comerciais têm feito em cima das calçadas.

- 16.62.1.1.3.4** Construir passarelas de qualidade; substituir as escadas por acessos planos que dão condições à passagem de pedestres e ciclistas.
- 16.72.2.1.3.4** Sugerir a instalação de calçadão na Rua Delfino Conti e um anel de ciclovias em volta do Campus.
- 10.70.2.1.3.4** Construir acostamentos, ciclovias nos trechos das ruas e rodovias onde for viável e exigir dos munícipes o cumprimento da legislação com respeito à construção das calçadas.

<u>DIRETRIZ</u>	<u>SÍNTESE:</u>
Planejamento	peatonal
<p>Planejar e implantar uma padronização de calçadas, quanto a um dimensionamento hierarquizado e ao revestimento, proporcionando conforto aos usuários e acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.</p> <p>Planejar e implantar passarelas com acessibilidade por rampas, para transposição de obstáculos (sistema viário, áreas de preservação, outros), favorecendo os pedestres, deficientes de necessidades especiais e ciclistas.</p> <p>Planejar e implantar áreas prioritárias peatonais, onde há uma grande demanda de fluxo e atratividade aos pedestres, além de promover a desobstrução e alargamento dos passeios existentes.</p>	

- 24.40.2.1.3.5** Criar sistemas de acessibilidade para portadores de deficiência visual na região da Bacia do Saco Grande.
- 25.10.1.1.3.5** Identificar, corrigir e adequar às rampas existentes e não acessíveis nos padrões da acessibilidade e não permitir que sejam construídas novas rampas fora dos padrões.

- 25.20.2.1.3.5** Programar 100 vagas de estacionamento de veículos para uso das pessoas com deficiência, atendendo ao termo de ajustamento de conduta do Ministério Público e aumentar o número de vagas e relocar as vagas, caso seja necessário, conforme a demanda
- 25.60.1.1.3.5** Colocar a sinalização de trânsito em paredes ou meio fio e em braile, para atender as pessoas com baixa visão e cegas.
- 25.80.1.1.3.5** Implantar rotas acessíveis de turismo, praias, pólos de demanda, etc., que sejam adequadas aos padrões da acessibilidade
- 25.80.1.1.3.5** Adequar toda a rota aos padrões da acessibilidade
- 25.70.1.1.3.5** Dispor de equipamentos acessíveis aos portadores de necessidades especiais
- 25.70.1.1.3.5** Tornar os prédios públicos ou de acesso coletivo acessíveis
- 27.20.1.1.3.5** Garantir a acessibilidade à orla, trazendo a água à ocupação urbana e evitando o adensamento urbano;
- 9.30.1.1.3.5** Acessibilidade e mobilidade a qualquer via pública do distrito sem restrição, inclusive na base aérea ;
- 9.30.2.1.3.5** Humanizar o trânsito, considerando os portadores de necessidades especiais, pedestres e ciclistas com direitos prioritários de passagem em relação a veículos motorizados;
- 10.70.1.1.3.5** Garantir os espaços necessários para implantação do sistema de vias de circulação urbana priorizando a acessibilidade cidadã – pedestre, ciclista, pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida
- 2.13.1.1.3.5** Garantir o acesso à praia.
- 1.60.2.1.3.5** Viabilizar o livre acesso público às margens do canal da Barra da Lagoa e Lagoa, com a elaboração de termos de ajuste de conduta para os atuais ocupantes irregulares;
- 1.60.1.1.3.5** Garantir a acessibilidade pública ao canal;
- 1.60.1.1.3.5** Garantir o uso público a todos os trapiches e decks existentes na orla do canal, bem como a restauração e/ou manutenção dos ranchos de canoas;
- 2.41.1.1.3.5** Estabelecer políticas para a implantação e acesso às praias, escolas, clínicas e hospitais
- 3.31.1.1.3.5** O sistema viário não deve ser indutor de ocupação de áreas de preservação nem reforçar a atual tendência de privatização dos acessos ao mar em toda extensão da

planície, do Morro das Pedras ao Porto da Lagoa, respeitando a lei que regulamenta os acessos.

- 4.34.1.1.3.5** Planejar, implantar e restaurar calçadas obedecendo as normas da ABNT NBR9050: 2004, priorizando no espaço viário a circulação de pedestres, principalmente na orla do balneário.
- 4.34.2.1.3.5** Urbanizar, iluminar e desobstruir as Alamedas no Jurerê Niemeyer.
- 4.36.2.1.3.5** Implantar rampas especiais e sinalização específicas para deficientes de acordo com as normas da ABNT NBR9050/2004, no Forte São José da Ponta Grossa e nas faixas de pedestres.
- 4.36.1.1.3.5** Incentivar a implementação de equipamentos que facilitem o contato direto com a natureza, assim como trilhas ecológicas situadas entre as praias de Canasvieiras e a Praia do Forte.
- 5.31.2.1.3.5** Melhoria dos acessos à orla;
- 6.20.1.1.3.5** Garantir o livre acesso à orla da Lagoa e ao longo desta com a manutenção dos acessos existentes, resgate de caminhos históricos e criação de novos, de modo a cumprir a legislação que determina distância não superior a 150m entre eles;
- 7.32.1.1.3.5** Garantia de acessibilidade nas vias.
- 8.40.2.1.3.5** Projetar os passeios e ciclovias adequados os portadores de necessidades especiais.
- 9.30.2.1.3.5** Desobstruir e criar acessos para as praias e definir termos de ajustamento de condutas;
- 10.70.2.1.3.5** Abrir acesso público às margens da Lagoa da Conceição.
- 11.30.1.1.3.5** Viabilizar acesso às praias e costões e implementar passeios públicos seguros, ciclovias e pistas compartilhadas, eliminando pontos de conflito entre veículos automotores, ciclistas e pedestres.
- 25.70.1.1.3.5** Dar acessibilidade e uso aos equipamentos públicos adequando estes espaços públicos aos padrões de acessibilidade, inclusive com brinquedos específicos para crianças deficientes
- 25.70.1.1.3.5** Relocação de todo mobiliário urbano no trecho de 80 cm próximo ao meio fio e o mobiliário deve contemplar o conceito de desenho universal (Design seguro e de fácil percepção)

- 27.10.1.1.3.5** Garantir acessibilidade universal e mobilidade contínua, de forma a ampliar a apropriação das áreas a beira-mar.

• **DIRETRIZ** **SÍNTESE:**

Acessibilidade

Garantir acessibilidade plena e universal a qualquer via, edificação ou espaço público do município, especialmente às escolas, hospitais e clínicas, e à orla marítima, fluvial e lacustre, bem como a seus equipamentos de apoio (trilhas, decks, rampas e trapiches), obedecendo às normas estabelecidas pela ABNT – NBR9050.

Humanizar o trânsito, considerando especialmente os portadores de necessidades especiais, pedestres e ciclistas com direitos prioritários de passagem em relação aos veículos motorizados.

ANEXO P

ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL DIÁRIO
CATARINENSE QUE RELATA A CONTINUIDADE DO
TRABALHO DO NGM

TERÇA-FEIRA | 3 | NOVEMBRO | 2009

Artigos >

Consulta popular

GERT SCHINKE *

Uma vez reeleito, o prefeito mudou radicalmente o Plano Diretor Participativo (PDP), com o qual se beneficiou politicamente: mudou o nome; desmantelou o Ipu; alijou o Núcleo Gestor Municipal do processo e, para substituir sua função coordenadora, contratou uma empresa privada. Consumou um golpe na participação popular, marca do PDP até fins do ano passado, ao promover uma razoável discussão nos distritos organizados nos núcleos distritais. Desmobilizada, a população hoje corre o risco de não ver suas deliberações atendidas na proposta que está sendo gerada. O grupo de representações do Núcleo Gestor Municipal, que se convocou a partir do início do ano, em função da ausência das representações do Executivo, levou a questão aos ministérios públicos federal e estadual, pois a prefeitura mostrou total intransigência em dialogar sobre uma fórmula que contemplates a participação e deliberação popular sobre o

projeto de lei que elabora.

O conflito não é meramente jurídico, mas, sobretudo, político, cuja síntese é: o processo que a PMF está executando é participativo e deliberativo? Quem decidirá isso: a Justiça, a prefeitura, a Câmara Municipal, o Ipu? Diante do imbróglio, defendo a realização de uma consulta popular para auscultar a população se quer se pronunciar a respeito do projeto de lei, a partir da pergunta clara e objetiva: "A população deve deliberar sobre o projeto final do PDP a ser encaminhado à Câmara Municipal?" Ela seria feita pelo TRE, com o emprego de urnas eletrônicas, cujo resultado será inquestionável. As milhares de pessoas que participaram intensamente do processo do PDP entre meados de 2006 e fins de 2008, certamente comparecerão às urnas, consagrando sua legitimidade, e definirão se o povo deseja decidir sobre o projeto final do PDP, ou ficar de braços cruzados assistindo ao faz-de-conta democrático.

* Historiador

ANEXO Q

NOTIFICAÇÃO PEDINDO O FECHAMENTO DE UMA BASE DISTRITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS



NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezado Senhor Geraldo Von Mühlen,

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – IPUF, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Municipal, estabelecida na Praça Getúlio Vargas, n.º 193, Centro, Florianópolis/SC, CNPJ n.º 83.469.965/0001-55, vem, respeitosamente por intermédio de Assessor jurídico, Dr. Michel Curi, solicitar que sejam devolvidos à sede desta Autarquia Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias, todos os equipamento e acessórios relacionados em anexo, que foram entregues ao Senhor Ruy A. Pures em 18 de fevereiro de 2007.

Destaca-se que o Decreto n.º 4.771 de 26 de março de 2007, o qual nomeia os membros titulares e suplentes do Núcleo Gestor do Plano Diretor, cessou seus efeitos em 31 de dezembro de 2007, assim todos os atos praticados posteriormente a essa data tornam-se nulos.

Dessa forma, a recusa em devolver os materiais pertencentes ao Poder Público, implicará na promoção da ação judicial correspondente.

Florianópolis, 06 de abril de 2009.

Michel Curi
OAB/SC 1.167
Assessor Jurídico do IPUF

PEDIDO PARA A CONTINUIDADE DO PROCESSO E CANCELAR O FECHAMENTO DAS BASES DISTRITAIS

Florianópolis, 09 de março de 2009.

Ilmo Sr.
Atila Rocha dos Santos
Diretor Presidente do IPUF
Nesta.

Prezado Presidente:

Na qualidade de representantes eleitos em audiências e reuniões públicas pelas populações dos distritos e formalizados pelo chefe do executivo, reportamo-nos à correspondência encaminhada, por V.Sa. aos representantes distritais e dos subnúcleos. Com a clareza que temos da nossa responsabilidade na Elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, vimos discordar da afirmação emitida por V.Sa. de que o Plano Diretor de Florianópolis esteja em fase final de conclusão. Solicitamos esclarecimentos, haja vista que esta afirmação foi utilizada como justificativa para a supressão dos instrumentos de comunicação e com a intenção manifestada de desmonte das bases distritais e dos subnúcleos.

A metodologia aprovada pelo Núcleo Gestor Municipal para elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis nos remete atualmente para a fase de aprovação das diretrizes sínteses e macro diretrizes em audiência Pública Municipal. Como deve ser de vosso conhecimento, sequencialmente a metodologia prevê a elaboração do Macrozoneamento, incluído neste o zoneamento ambiental; a construção de cenários para os temas a serem abordados pelo plano diretor, tais como: mobilidade, infraestrutura urbana, meio ambiente, gestão democrática, uso e ocupação do solo, instrumentos urbanísticos, dentre outros; a elaboração do microzoneamento; a elaboração do projeto de lei e por fim sua implementação. Em todas as etapas da elaboração do plano a metodologia, respeitando o Estatuto da Cidade, prevê-se a participação popular, quer seja através de seminários, encontros e reuniões regionais e distritais, como também nas audiências públicas a serem realizadas em cada uma das fases da Elaboração do Plano Diretor Participativo.

Entendemos que o referido plano não é um mero "projeto" como V.Sa. cita no referido ofício, mas sim um instrumento de política urbana e que nos termos do art. 40 § 4º e art. 43 do Estatuto da Cidade, corroborado pela Resolução 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades deverá ser elaborado, implementado e executado de forma participativa e a coordenação do processo de elaboração deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação de poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo, desde a sua elaboração, passando pela definição dos mecanismos para a tomada de decisões e acompanhamento da sua implementação.

Diante do exposto, nós representantes distritais e dos subnúcleos distritais abaixo subscreitos, solicitamos a V.Sa. que:

- 1) Sejam retomados, imediatamente, os trabalhos do Núcleo Gestor, suspensos em dezembro de 2008, a partir de uma convocação de reunião ordinária por parte do Presidente do Núcleo Gestor Participativo conforme prevê o Regimento Interno;
- 2) Sejam mantidas as bases distritais e dos subnúcleos, dotando-as de infraestrutura, e apoio operacional e técnico, incluindo a disponibilização de materiais, cessão de equipamentos, informações, mapas, estagiários, acompanhamento dos técnicos do

IPUF para que as mesmas possam exercer na íntegra o direito de participação, conferida pelo Estatuto da Cidade, em todas as etapas da elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis;

- Sejam reativados telefones convencionais e celulares, garantindo os instrumentos de comunicação das bases distritais e subnúcleos e dos seus representantes eleitos democraticamente.

Certos que V.Sa. terá discernimento para acatar nossas demandas, colocamo-nos a disposição.

Atenciosamente,

- [Handwritten signature]* Núcleo Distrital de Bateria
[Handwritten signature] Núcleo Ribeirão do Ilho
[Handwritten signature] SUB-NÚCLEO DA BAÍA DO ITAÇORUBI
[Handwritten signature] Suplente do Núcleo Bento
[Handwritten signature] Suplente do ND Ingleses
[Handwritten signature] NÚCLEO DISTRITAL DA BARRA DA LAGOA
[Handwritten signature] Núcleo Distrital do Campeche
[Handwritten signature] Nucleo Distrital Lagoa
[Handwritten signature] - SUBNÚCLEO SACO GRANDE
 Paul Henrique Spinelli - Núcleo Distrital de Incles
 P/ Joani Justino Felix - Núcleo Distrital do Rio Vermelho
 P/ Cezar Ismael - Núcleo Distrital do Rio Vermelho
 P/ IVÂNIO ALVES DA LUZ - NÚCLEO DISTRITAL DE CANALVIEIRAS
 P/ HÉLIO CARVALHO FILHO - SUBNÚCLEO MACIO DA CRISTEIRA
 - P/ FRANCISCO DOS SANTOS - NÚCLEO DISTRITAL SEDE - CONTINGENTE
 - P/ Kelly Antônia - Pólo Alzira
 - P/ Intelecto C: SEDE - PDP
 P/ BEATRIZ KAUDINSKI CARDOSO - SUBNÚCLEO DE CORUBIENS
 P/ ROBSON ALVES - NÚCLEO DISTRITAL SÃO ANTONIO DE LISIA
 P/ ALDO PERRO - NÚCLEO DISTRITAL CACHOEIRA DO BOM JESUS
 - JAIR BATISTA CARVALHO - NÚCLEO DO MACIO DO MORRO DA CRUZ

ANEXO R

REPORTAGEM QUE APRESENTA A CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO CEPA PARA ELABORAR O PROJETO DE LEI

The image is a collage of newspaper clippings and advertisements. At the top left is the masthead of 'A Fonte Catarinense' with the website www.afontecatrinense.com.br and phone number (48) 3024-7777. To the right is a small photo of a man speaking at a podium under the heading 'LEIS DA SEGURANÇA' and 'PÁGINA 11'. Below this is a clipping titled 'FOLCLÓRICO DA ADEBS' with a photo of a man in a hard hat and a sign, and 'PÁGINA 04'. The main clipping is titled 'EMPRESA DE MOBILIDADE URBANA SERÁ CRIADA NA CAPITAL' and 'PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO ENTRA PARA A HISTÓRIA DA CAPITAL'. It features a photo of a meeting and text: 'Formadora do monitor e do orden de serviço que autorea o Centro de Estudos e Planejamento do Meio ambiente (Fundação Cepa) e faz os trabalhos de elaboração do PDP.' and 'Página 07'. Below this is a clipping titled 'INSENSATEZ' with a photo of a person in a wheelchair and text: 'Paralelos de Necessidades Especiais são desvirtuados por legislação brasileira.' and 'PÁGINA 07'. At the bottom left is an advertisement for 'ONVREPSI' with the slogan 'Você em boas mãos.' and a list of services: Segurança, Serviço de Pessoas, Capacitação Profissional, Limpeza e Conservação, and Serviços Terceirizados, Administração Profissional. At the bottom right is an advertisement for 'OrsiTec' with the slogan 'Assessoria empresarial de alta qualidade e total segurança para sua empresa', phone number '(48) 3024-7777', and address 'Rua Afonso Pena, 453 - Estreito - Florianópolis'.

Plano Diretor Participativo é consolidado

Foto/Mauro Vaz



Estiveram presentes na solenidade de assinatura, secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, José Carlos Ferreira Rauen, o Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Áttila Rocha dos Santos e vereadores.

Na última sexta-feira, dia 07, o prefeito de Florianópolis Dário Berger assinou a ordem de serviço que autoriza o Centro de Estudos e Planificação do Meio ambiente (Fundação Cepa) a fazer parte dos trabalhos de elaboração do PDP.

O presidente do IPUF Áttila Rocha ressaltou que o órgão busca, em conjunto com a sociedade, observar os movimentos da cidade e a vocação de cada lugar. Com isso, as observações

técnicas, em conjunto com a participação popular, farão com que o PDP possa demonstrar o que a sociedade deseja.

A Fundação Cepa fará a junção entre as diretrizes técnicas e as da comunidade e em seguida, coordenará, com o IPUF, oficinas e audiências públicas.

As atividades serão concluídas com a finalização do texto do projeto de lei que será encaminhado à Câmara de vereadores até o final de fevereiro de 2010.

ANEXO S

MPF RECOMENDA O ADIAMENTO DA ENTREGA DO ANTEPROJETO DO PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS E INTIMA A CONVOCAÇÃO DO NGM

05/04/10 - Prefeitura deve convocar o Núcleo Gestor do Plano Diretor e retomar as discussões

O Ministério Público Federal encaminhou recomendação ao prefeito de Florianópolis, Dário Berger, para que seja adiada a entrega do anteprojeto do plano diretor da capital, definido pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

A recomendação, de autoria da procuradora da República Analúcia Hartmann, faz parte de um inquérito civil do MPF que acompanha o procedimento de elaboração do anteprojeto de lei do plano diretor de Florianópolis e foi encaminhada à Prefeitura após a tentativa frustrada de audiência pública no último dia 18 e diante das manifestações de repúdio de diversas representações comunitárias da capital ao projeto.

A procuradora Analúcia recomenda também que seja realizada uma nova convocação do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo e que seja retomada a discussão a partir da análise dos documentos gerados pelos Núcleos Gestor e Distritais e da apresentação dos dados técnicos obtidos com a consultoria contratada pela Prefeitura para a elaboração do anteprojeto.

Considerando que há informações sobre o descumprimento das cláusulas do contrato firmado entre a Prefeitura e a consultoria técnica, o MPF requisitou cópia dos trabalhos técnicos apresentados pela empresa ao IPUF, das atas das reuniões e oficinas comunitárias, dos levantamentos socioeconômicos e de suportabilidade ambiental, das análises qualitativas dos documentos dos núcleos, bem como informações sobre as entidades que teriam sido consultadas sobre a pretensão de empreendimentos em Florianópolis.

Foi fixado o prazo de cinco dias úteis para resposta quanto ao atendimento da recomendação e para o encaminhamento dos documentos solicitados.

ANEXO T

CRONOGRAMA ELABORADO POR ND PANTANO DO SUL, PARA EXPLICAR O PROCESSO ATÉ O MOMENTO AOS DEMAIS PARTICIPANTES.

DIAGRAMA CRONOLÓGICO ILUSTRATIVO DO PDP por Gert Schinke, Florianópolis, maio de 2012			
7 2014	- VETOS voltam para a CMF - Sansão e VETOS do Prefeito - Aprovação do PDP na CMF		7 2014
2013	- Tramitação do PROJETO na CMF		2013
2012	- Redação final e envio do PROJETO para a CMF em dezembro - APM delibera sobre o pré-projeto em novembro - APD's e APR's em julho, agosto e setembro		2012
	Apresentação do pré-projeto no Clube XII - OS		
	- Ago-Nov: Reinstalação do NGM (Decr. 9413/14)		
2011	- Congresso da Cidade - Poucos ND's continuam funcionando, além do NGM-Auto - ND do Pântano do Sul discute toda a cidade - Poucos ND's continuam funcionando, além do NGM-Auto	PRESSÃO POLITICA E LEGAL COBRANDO RETOMADA DO PDP	2011
2010	- Seminários de segmentos		2010
	- Alguns ND's fazem macro e micro-zon - Apresentada ACP - NGM Autoconvocado - Desmantelamento das bases operacionais		2010
2009			2009
2008	- Suspensão unilateral do NGM por parte da PMF - Sistematização e apresentação de todas as diretrizes distritais e dos segmentos sociais no Clube XII		2008
	- Aportes de segmentos sociais como o Floripa Real, entre outros		
	- Deliberação de diretrizes distritais na segunda bateria de APD's		
	- Instalação das Bases Operacionais Distritais (21 no total)		
	- Leitura comunitária distrital		
2007	- Complementação final do NGM com eleição de distritais na primeira bateria de APD's, totalizando os 39 membros		2007
2006	- Constituição do NGM com APM's de agosto e setembro no TAC, funcionando inicialmente com 26 membros		2006
2005	PRESSÃO POLITICA E LEGAL COBRANDO O PDP		2005